

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP) “JÚLIO DE MESQUITA  
FILHO”**

**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO E DA  
COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA**

**Priscila Santana Caldeira**

**JORNALISMO E MOVIMENTO SOCIAL: ENQUADRAMENTO DO MOVIMENTO  
GREVISTA DOS PROFESSORES DO PARANÁ NOS JORNAIS BRASIL DE FATO E  
FOLHA DE S. PAULO**

**BAURU  
2017**

**Priscila Santana Caldeira**

**JORNALISMO E MOVIMENTO SOCIAL: ENQUADRAMENTO DO MOVIMENTO  
GREVISTA DOS PROFESSORES DO PARANÁ NOS JORNAIS BRASIL DE FATO E  
FOLHA DE S. PAULO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Professora Dra. Caroline Kraus Luvizotto.**

**BAURU  
2017**

Caldeira, Priscila Santana.

Jornalismo e movimento social: enquadramento do movimento grevista dos professores do Paraná nos jornais Brasil de Fato e Folha de S. Paulo / Priscila Santana Caldeira, 2017  
155 f.

Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2017


1. Jornalismo. 2. Movimento social. 3. Enquadramento. 4. Jornais Online. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE PRISCILA SANTANA CALDEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.**

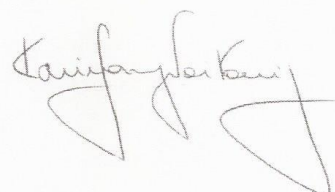
Aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2017, às 14:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Assistente Doutor KARINA JANZ WOITOWICZ do(a) Departamento de Comunicação / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de PRISCILA SANTANA CALDEIRA, intitulada **Jornalismo e movimento social: enquadramento do movimento grevista dos professores do Paraná nos jornais Brasil de Fato e Folha de S. Paulo**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

  
Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Professor Assistente Doutor KARINA JANZ WOITOWICZ



## AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado forças nessa caminhada acadêmica.

Aos meus pais Iraci e Manoel, meus grandes exemplos, que, com muito amor, carinho e compreensão não mediram esforços para que essa trajetória se concretizasse.

À minha irmã Camila, pelo apoio e constante incentivo ao longo da produção deste trabalho, mesmo à distância. Ao meu irmão Vitor por proporcionar momentos de descontração.

À orientadora desta dissertação, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Kraus Luvizotto, pela parceria em todo o processo de (des)construção da pesquisa, pelo contato frequente mediante as dúvidas e inquietações surgidas, a compreensão durante as dificuldades no delineamento da escrita, e a disposição em integrar coautoria de publicações científicas.

Aos professores doutores Maria Cristina Gobbi e Maximiliano Martin Vicente por tecerem contribuições valiosas e norteadoras à pesquisa na banca de qualificação. Admiro-os no exercício da docência e pesquisa.

Agradeço duplamente ao professor Max pela oportunidade extremamente significativa em realizar o estágio docência em suas aulas de Realidade Socioeconômica e Política Regional.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karina Janz Woitowicz, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) onde tive o privilégio de me graduar em Jornalismo. Agradeço não só pelo aceite do convite em participar da banca de defesa e contribuir com a pesquisa, como também pelo aprendizado obtido no primeiro ano de graduação. Karina acompanhou os meus primeiros passos nesta trajetória, enquanto ainda era uma caloura cheia de medos e incertezas profissionais.

Aos servidores da Seção Técnica de Pós-Graduação, Silvio Decimone e Helder Gelonezi, pela gentileza em atender a todas as solicitações.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Wendel Cléber Soares, então diretor das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), atualmente Centro Universitário de Adamantina (UniFAI), onde atuo como jornalista, por ter concedido afastamento quando fui contemplada pela bolsa de estudos da UNESP.

Ao Prof. Dr. José Luiz Vieira de Oliveira, então diretor pró-tempore da mesma instituição, por ter autorizado a prorrogação da licença, o que possibilitou o desenvolvimento da dissertação nesse um ano em que estive afastada.

Agradeço também à parceria acadêmica e, sobretudo, amizade de Ana Cristina Consalter Amôr, Sheila Luana Sales Abrantes, Kátia Vanzini e Fábio Alves Silveira.

Aos colegas de turma do mestrado e aos do doutorado que dividiram momentos de amadurecimento intelectual, inquietações, alegrias e companheirismo, em especial Daniele Seridório, Emery Komono, Josiane Gothardo, Mariana Carareto, Monique Nascimento, Natalia Gonzales, Nayara Kobori, Victoria Sayuri Freire dos Santos Kudeken, Vivianne Lindsay Cardoso e Henrique Perazzi de Aquino. Ao colega da UFMG, Gober Mauricio Gómez Llanos, pelo apoio e sugestões para a versão final desta pesquisa.

Aos meus amigos da vida Paulo César Franco Gomes, Francieli Queiróz Vieira, Maria Rizioneide Pereira Santos, Lilian Yuri Yashimoto, Carlos Eduardo Bertin, Nayane Rodrigues de Brito e Marcelo Figueiredo por dividirem alegrias, conselhos e sempre me encorajarem nessa trajetória. Agradeço a todos que contribuíram para que essa etapa se cumprisse.

CALDEIRA, Priscila Santana. **JORNALISMO E MOVIMENTO SOCIAL: ENQUADRAMENTO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DO PARANÁ NOS JORNAIS BRASIL DE FATO E FOLHA DE S. PAULO.** 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Bauru, 2017.

## RESUMO

Frequentemente a mídia tradicional/hegemônica deixa de reconhecer a importância de movimentos grevistas e movimentos sociais em geral. Atuando no contraponto de tendências dominantes, a mídia alternativa se estabelece como lugar de fala para a manutenção da conquista de direitos, tratando a cidadania como instrumento de emancipação e justiça social. Uma greve unificada da educação que durou mais de 100 dias no estado do Paraná em 2015 marcou a história do acontecimento e afetou milhares de pessoas em todo o estado. Este estudo verificou como os veículos de comunicação brasileiros, o alternativo jornal *Brasil de Fato* e o hegemônico *Folha de S. Paulo*, enquadraram o movimento grevista de servidores e professores da rede estadual de ensino do estado do Paraná, especificamente o “Massacre/Batalha do Centro Cívico”. A metodologia utilizada foi a do enquadramento, pois permitiu analisar a posição dos meios de comunicação sobre o acontecimento. O objeto da análise foi a cobertura das versões *online* dos jornais *Brasil de Fato* e *Folha de S. Paulo*, de 28 a 30 de abril de 2015 – período que abarca o que ficou conhecido por “Batalha do Centro Cívico”, ocorrido em 29 de abril, e os dias anterior e posterior à repressão do movimento grevista. Buscou-se analisar os padrões de cobertura dos jornais alternativo e hegemônico na atuação do movimento social, por meio da compreensão de como cada um dos veículos articulam as questões relacionadas aos sujeitos protagonistas da “Batalha do Centro Cívico”. A partir disso, se teve condições de apontar um paralelo de significação entre os dois veículos, foco de observação na pesquisa. A amostragem compreendeu três textos do *Brasil de Fato* e 13 matérias da *Folha de S. Paulo*. A *Folha de S. Paulo* enquadrou a reivindicação dos grevistas de maneira criminalizada, apesar de ter sido mais plural com relação ao uso das fontes. Já a cobertura do *Brasil de Fato* não foi tão problematizadora mesmo tendo atuado na contextualização do motivo da greve e apresentação dos dados da repressão policial. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa por meio da Teoria do Enquadramento tal como proposta por Entman (1993). A fundamentação teórica se assenta nas obras de Maria da Glória Gohn (2008, 2012, 2014), Ilse Scherer-Warren (2004, 2011), Pedro Demo (2009), Máximo Simpson Grinberg (1987), Bernardo Kucinski (1991), Cicilia Peruzzo (2008), John Downing (2002), Chris Atton (2001), Entman (1993) e Mauro Porto (2001).

**Palavras-chave:** Jornalismo. Movimentos sociais. Enquadramento. Brasil de Fato. Folha de S. Paulo.

CALDEIRA, Priscila Santana. **JOURNALISM AND SOCIAL MOVEMENT: *BRASIL DE FATO* AND *FOLHA DE S. PAULO* FRAMING ABOUT PARANÁ STATE TEACHERS' STRIKE MOVEMENT**. 155 leaves. Dissertation (Master in Communication) – Programa de Pós-graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Bauru, 2017.

## **ABSTRACT**

Traditional/hegemonic media often fails to recognize striking and social movements importance. Acting as a counterpoint of dominant tendencies, alternative media establishes itself as a speech place for the maintenance of rights achievements, seeing citizenship as an instrument for emancipation and social justice. In 2015, a unified education strike that lasted more than 100 days in the state of Paraná marked the event history and affected thousands of people across the state. This study verified how Brazilian media, the alternative newspaper *Brasil de Fato* and the traditional / hegemonic *Folha de S. Paulo*, framed the Paraná's state servers and teachers strike movement, specifically the "Civic Center Battle". The methodology used was the framework analysis, because it allowed analyzing media's position about the event. The analysis was applied in the online publications of *Brasil de Fato* and *Folha de S. Paulo* between April 28<sup>th</sup> and 30<sup>th</sup> 2015 - this period includes the event that became known as "Civic Center Battle", which took place in April 29, and the days before and after the repression of the strike movement. It was aimed to analyze alternative and hegemonic patterns of newspapers coverage about this social movement, to understand how each vehicle articulate issues related to protagonists of “Civic Center Battle”. From this analysis, it was possible to point out a significance parallel between the two vehicles studied in this research. The sample was three texts from *Brasil de Fato* and 13 articles from *Folha de S. Paulo*. *Folha de S. Paulo* framed the strikers' claim in a criminalized way, although it was more plural in the use of sources. *Brasil de Fato* coverage wasn't so critical, however, it has contextualized the reasons for the strike and presented data about police repression. This study uses qualitative approach through Framing Theory as proposed by Entman (1993). The theoretical foundation is based on the works of Maria da Glória Gohn (2008, 2012, 2014), Ilse Scherer-Warren (2004, 2011), Pedro Demo (2009), Máximo Simpson Grinberg (1987), Bernardo Kucinski (1991), Cicilia Peruzzo (2008), John Downing (2002), Chris Atton (2001), Entman (1993) and Mauro Porto (2001).

**Keywords:** Journalism. Social Movements. Framing. *Brasil de Fato*. *Folha de S. Paulo*.

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO A – MATERIAL JORNALÍSTICO DO BRASIL DE FATO .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO B – MATERIAL JORNALÍSTICO DA FOLHA DE S. PAULO .....</b>	<b>125</b>



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>16</b>
2.1 A grande mídia na lógica mercadológica .....	26
2.2 Mídia alternativa: conceituação e características .....	32
<b>3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS .....</b>	<b>39</b>
3.1 Histórico das pesquisas relacionadas aos movimentos sociais .....	46
3.2 Movimentos sociais contemporâneos .....	53
3.3 Movimentos sociais e comunicação .....	56
3.4 Movimento sindical .....	58
<b>4 MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DO PARANÁ, A BATALHA/MASSACRE DO CENTRO CÍVICO .....</b>	<b>62</b>
4.1 Segunda fase .....	67
4.2 APP-Sindicato: breve histórico e participação nas manifestações .....	71
<b>5 ANÁLISES .....</b>	<b>75</b>
5.1 Objetos da pesquisa .....	77
5.1.1 <i>Folha de S. Paulo</i> .....	77
5.1.2 <i>Brasil de Fato</i> .....	78
<b>6 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>81</b>
6.1 <b>Brasil de Fato .....</b>	<b>81</b>
6.1.2 <i>“Truculência da polícia de Beto Richa deixa 107 servidores feridos”</i> .....	83
6.1.3 <i>“Pepe Vargas qualifica repressão da PM a professores no Paraná como inaceitável”</i> ..	84
<b>6.2 Folha de S. Paulo .....</b>	<b>85</b>
6.2.1 <i>“Batalhão de Fronteira policia votação desta quarta sobre previdência do PR”</i> .....	88
6.2.2 <i>“Professores cercam Assembleia do PR contra proposta que muda previdência”</i> .....	90
6.2.3 <i>“Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná”</i> .....	91
6.2.4 <i>“Richa defende PM, ataca PT e diz que ‘truculência’ foi de black blocs”</i> .....	94
6.2.5 <i>“Após confronto com ao menos 180 feridos, polícia desfaz cerco no Paraná”</i> .....	95

6.2.6 “ <i>Ex-tucano, prefeito de Curitiba critica ataque da PM a manifestantes no PR</i> ” .....	97
6.2.7 “ <i>Estudantes fazem ato em apoio a professores feridos em Curitiba</i> ” .....	98
6.2.8 “ <i>Em nota, MEC lamenta confronto entre policiais e docentes em Curitiba</i> ” .....	99
6.2.9 “ <i>Confronto no Paraná gera embate entre petista e tucano no Senado</i> ” .....	100
6.2.10 “ <i>PM do Paraná posta foto coberto de tinta vermelha e é criticado na internet</i> ” .....	101
6.2.11 “ <i>Para tucanos, faltou ‘habilidade política’ a Richa em protesto</i> ” .....	101
6.2.12 “ <i>Promotoria vê ‘indício de excesso’ na ação da PM do Paraná em protesto</i> ” .....	103
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>107</b>
<b>Referências</b> .....	<b>111</b>
Anexos .....	118

## 1 INTRODUÇÃO

Configurada como um mecanismo clássico de luta no qual visa reconstruir um novo pacto social em busca da cidadania, a greve não é apenas motivada pela obtenção de direitos, mas busca evitar a perda dos já conquistados.

À medida que grupos sociais têm seus direitos trabalhistas, civis ou sociais atacados, a greve é reconhecida e legitimada como forma de mobilização social e um exercício de participação política. Em seu artigo 9º, a Constituição Federal e a Lei nº 7.783/89 asseguram o direito à greve a todo o trabalhador.

No entanto, a(s) mídia(s) hegemônica(s) – atrelada(s) aos conglomerados de comunicação, deixam de reconhecer a importância de movimentos grevistas. Atuando no contraponto de tendências dominantes, a mídia alternativa se estabelece como lugar de fala para a manutenção da conquista de direitos, tratando a cidadania como instrumento de emancipação e justiça social.

Este estudo objetivou verificar como os veículos de comunicação brasileiros de circulação nacional jornais *Brasil de Fato* e *Folha de S. Paulo* enquadraram o movimento grevista de servidores e professores da rede estadual de ensino do estado do Paraná. Buscou-se analisar os padrões de cobertura dos jornais alternativo e hegemônico, respectivamente, por meio da compreensão de como cada um dos veículos articulam as questões relacionadas aos sujeitos protagonistas da “Batalha/Massacre do Centro Cívico”<sup>1</sup>. A partir disso, se teve condições de apontar um paralelo de significação entre os dois veículos, foco de observação na pesquisa. Tendo a clareza de que a comunicação jornalística é um elemento relevante na organização da vida social, as notícias atuam no dimensionamento de aspectos da realidade, gerando, assim, associações de ideias mais salientes que outras.

A metodologia utilizada foi a do enquadramento, segundo Entman (1993) e Porto (2001), o qual nesta pesquisa assumiu cinco classificações: factual/episódico, quando o fato foi relatado sem haver contextualização; protagonismo quando o foco foi as ações dos professores; legislativo/executivo, quando é dado enfoque às medidas dos setores do poder público; criminalização do movimento, quando o enfoque é o conflito em si associando uma

---

<sup>1</sup>Em 29 de abril de 2015 o “Massacre do Centro Cívico” deixou mais de 200 servidores públicos e professores do estado do Paraná feridos por policiais militares, que formavam um cerco ao prédio da Assembleia Legislativa, em Curitiba. O aparato policial atacou os manifestantes em greve com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, para impedir que houvesse intervenção na votação do projeto de lei que propunha mudanças no sistema previdenciário dos servidores estaduais e que naquela mesma tarde foi aprovado pelos deputados.

forma depreciativa ao ativismo; e por último, o enquadramento sobre violência/segurança quando o texto apresenta estatística acerca da repressão impetrada aos manifestantes (trabalhadores da educação, profissionais da mídia e estudantes).

Ao retratar uma mobilização social de servidores da educação, com o agravante de ter havido repressão violenta sobre a mesma, a mídia demonstra o significado/interpretação atribuído a esse acontecimento<sup>2</sup> de acordo com sua ótica. Assim, a relação do jornalismo com os movimentos sociais é considerada interdependente, pois ou o jornalismo se torna instrumento para representar a visibilidade de sujeitos em mobilização e, por consequência, a cidadania, ou contribui para gerar a criminalização da luta. Portanto, a análise da cobertura noticiosa revela o processo de construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 2011) produzido por dois diferentes veículos jornalísticos, pelo fato de as notícias serem integrantes e atuarem como modificadoras dessa realidade.

A atenção dada às manifestações coletivas – frutos de movimentos sociais e da junção deles e da sociedade como um todo em prol de um mesmo objetivo – assume relevância pelo fato de estas serem movidas pela resistência e insatisfação ao sistema hegemônico, à medida que elucida situações específicas de luta e negociação. O olhar sobre esse movimento grevista se justifica devido não apenas ao expressivo número de trabalhadores (250 mil) que lutaram contra a aprovação do Projeto de Lei 252/2015 – o qual alterou o regime de previdência própria dos servidores do Paraná, mas pela violência impetrada contra os manifestantes. A temática violência é um valor-notícia<sup>3</sup> indiscutível no meio jornalístico.

A escolha do veículo *Brasil de Fato* baseou-se na natureza alternativa de seus discursos e na postura de ideologia contra-hegemônica. O contexto de surgimento do *Brasil de Fato* remete ao Fórum Social Mundial, em 25 de janeiro de 2003, vinculado a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina e a Consulta Popular.

À medida que o veículo cumpre uma agenda mínima de movimentos sociais e manifestações da sociedade civil, confere “voz” e visibilidade às minorias. O diálogo da imprensa alternativa com manifestações que pregam mudanças sociais assume relevância na sociedade pelo fato de proporcionar a diversidade, além de mostrar autonomia diante dos grandes conglomerados de comunicação.

---

<sup>2</sup> Aqui este conceito é definido segundo a perspectiva de Alsina (2009), segundo a qual é um fenômeno social determinado histórica e culturalmente.

<sup>3</sup> Este conceito é referência para a determinação ou não de um acontecimento em notícia (GOLDING e ELLIOTT, 1978 apud TRAQUINA, 2005, p. 62).

Em contrapartida a essa narrativa, é importante olhar para o acontecimento na grande mídia a fim de traçar a construção de sentido e interpretação estabelecidos. Optou-se, então, pela escolha da *Folha de S. Paulo*, fundada em 1921, por se tratar do jornal de maior circulação no Brasil – com média de 320.741 exemplares de segunda a domingo, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>4</sup>.

Desta forma, a análise de um veículo popular e um tradicional/hegemônico mostra-se central porque permite identificar o embate cultural-ideológico do contexto em que são subtraídos os direitos de trabalhadores. A mobilização da sociedade civil contemporânea em nome da garantia de direitos não apenas trabalhistas, mas também à educação pública e gratuita de qualidade, problematiza o papel do jornalismo, tanto tradicional quanto alternativo, nesse tipo de articulação que busca, incessantemente, expressões de cidadania. Acredita-se que este estudo poderá contribuir para a discussão de modo amplo e crítico, situando o papel das mídias alternativa e tradicional/hegemônica e esclarecendo a relação existente com a mobilização social.

O objeto da análise foi a cobertura das versões *online* dos jornais *Brasil de Fato* e *Folha de S. Paulo*, nos dias 28, 29 e 30 abril de 2015, pois abarca o dia do que ficou conhecido por “Batalha/Massacre do Centro Cívico” – ocorrido em 29 de abril – e os dias anterior e posterior à repressão do movimento de greve.

O período delimitado para análise foi de intensa mobilização dos trabalhadores da educação do Paraná e se integrou no segundo momento da greve, com duração de 44 dias (de 27 de abril a 09 de junho de 2015), registrando 90% de adesão de educadores posicionados contrariamente à aprovação do projeto de lei que propunha a alteração do sistema previdenciário naquele Estado.

No protesto contra a aprovação do referido projeto – sobre o qual a categoria de servidores alegou que seria colocada em risco a sustentabilidade da Previdência estadual –, os professores acamparam no Centro Cívico da capital paranaense, onde se localiza a Assembleia Legislativa e a sede do governo.

Em 29 de abril de 2015, quando os deputados estaduais decidiram votar o projeto, foi montado um cerco no prédio da Assembleia Legislativa, com aproximadamente 1.100 policiais militares. A medida foi justificada pelo governo como cumprimento a uma decisão judicial que previa autorização do uso de força policial caso houvesse ocupação da Casa, pois na

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em 20 de mar. 2017.

primeira fase da greve em fevereiro, servidores ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa a fim de evitar a votação de um pacote de ajuste fiscal.

Por volta de duas horas, os policiais avançaram sobre os manifestantes acampados com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cães, mesmo depois de eles terem recuado. O ataque teria se iniciado devido à tentativa de um grupo ultrapassar a área de isolamento.

Ainda durante o bombardeio os deputados aprovaram as mudanças na Paraná Previdência e o projeto de Lei foi sancionado pelo governador Beto Richa menos de 24 horas após o protesto, que deixou mais de 200 pessoas feridas.

A questão norteadora deste estudo é: A atuação político-ideológica dos veículos *Brasil de Fato* e *Folha de S. Paulo* permite considerar o contexto e a dinâmica social ao cobrir o movimento grevista dos educadores do estado do Paraná, criando assim uma esfera pública alternativa? Em outras palavras, se quer compreender se estamos diante de uma nova forma de comunicação, que seja plural e democrática, verificando o papel do jornalismo na construção da cidadania.

Por meio da análise do enquadramento da narrativa dos dois veículos escolhidos para a análise foram feitos os seguintes questionamentos: Houve uma contextualização sócio-histórica do verdadeiro motivo da greve nestes veículos? As fontes consultadas nos textos representam de fato o trabalhador da Educação que milita em defesa da asseguaração de direitos? Qual espaço dedicado nas publicações *online* para as fontes que representam servidores e professores ou até mesmo lideranças de movimento sindical dos profissionais da Educação? Quantas foram as menções diretas a fontes? Em que medida as raízes de surgimento dos veículos (o *Brasil de Fato*, por exemplo, é vinculado ao MST e Via Campesina) influencia na cobertura do tema proposto?

Pelo fato de uma ação repressiva ter sido imputada a fim de se impor determinado ponto de vista, foi adotada a perspectiva de John Thompson (1998). Segundo ele, o poder simbólico é materializado na sociedade e se forma via comunicação, sendo o grande fator de transformação social. Para Thompson a realidade social é constituída pelos sentidos formados pela sociedade, motivo pelo qual nessa construção se opera uma luta intensa para tornar hegemônica determinada versão em prejuízo das outras. Thompson (1998) destaca que, por meio de relações de poder, a dominação confere poder a um determinado grupo que nem sempre representa a vontade da maioria.

A dinâmica social, nessa perspectiva, não é movida pela questão material apenas, há outros componentes como a capacidade de mobilização que também estão em jogo. Para

Thompson (1998), como os fenômenos culturais envolvem relações de poder, são construídas diferentes interpretações sobre eles dependendo da posição do ator social na estrutura da sociedade.

Assim, foi verificado se a cobertura dos veículos de comunicação selecionados buscou traçar a contextualização do movimento grevista: causas, soluções e consequências, ou se focalizou, apenas, versões e interpretações para justificar um ponto de vista – nesse caso, o da criminalização do movimento, que desconsiderou a repressão impetrada aos servidores públicos e estudantes que compunham a manifestação no Centro Cívico.

No segundo capítulo foi contextualizada a questão da comunicação na sociedade moderna e a centralidade dos meios de comunicação na organização societária. Nesse sentido, foi adotada a perspectiva de John Thompson (1998) sobre a teoria social da mídia. Perpassa-se pela globalização da comunicação e a influência dos conglomerados de mídia na produção e disseminação da informação, bem como na opinião pública. Devido a essa mercantilização da notícia, abordou-se o surgimento e papel das mídias alternativas como contraponto à visão hegemônica da grande mídia e suas características mediante a contestação do *status quo*. Também foi apontada a diferenciação entre a produção noticiosa da grande mídia e da alternativa.

No terceiro capítulo apresentou-se uma discussão conceitual sobre movimentos sociais, situou-os historicamente conforme o avanço que obtiveram enquanto objeto de pesquisa nas Ciências Sociais. Também foram caracterizados os movimentos contemporâneos e sua relação com a comunicação. E, por último, um breve histórico sobre o movimento sindical.

No quarto capítulo foi contextualizado o acontecimento que teve repercussão nacional e internacional diante da truculência impetrada pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná contra os manifestantes que exerciam o direito à greve, por se posicionarem contra a aprovação do Projeto de Lei 252/2015 o qual visava alterar o regime de previdência próprio dos servidores. Foram descritos detalhes sobre os aspectos que envolveram o movimento de greve dos servidores públicos, a motivação e os desdobramentos das ações organizadas em conjunto com o sindicato da categoria, as adesões obtidas e a tentativa de negociação com o governo, com base em publicações de veículos de comunicação – que não os objetos desta pesquisa, e de um e-book organizado por um docente e pesquisador de uma Instituição de Ensino Superior do Paraná.

O capítulo cinco explicita os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação para a verificação dos enquadramentos atribuídos pela *Folha de S. Paulo* e *Brasil de Fato* na

cobertura jornalística da segunda fase do movimento grevista dos servidores e profissionais da educação do estado do Paraná, em 2015. Foi apresentado o histórico de surgimento de cada um dos veículos.

No sexto capítulo, há a descrição e interpretação dos dados coletados da produção noticiosa *online* dos jornais objeto desta pesquisa, com cada notícia separada por subtópico. Ao final, estão anexadas as matérias analisadas.



## 2 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O contexto da modernidade e as condições de vida geradas por ela remetem à consideração da centralidade que os meios de comunicação assumem na sociedade. Seu uso afeta diretamente e transforma a organização da vida social, “novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 1998, p. 13). Nessa perspectiva, a mídia é o *locus* da configuração do espaço público e da cidadania ao realizar agendamento de temas a serem discutidos publicamente, enquadrá-los e conferir legitimidade ou não a determinado debate, podendo estimular a participação por meio de mobilizações. Desta forma, sendo resultado de várias negociações, a notícia é um produto coletivo.

Parte-se aqui da concepção de Berger & Luckmann (2011) de que a realidade é continuamente construída. Assim, os jornalistas são considerados “participantes ativos” na construção das notícias e, conseqüentemente, da realidade (TRAQUINA, 2005b). Ao fazerem isso, eles acabam por atribuir significados aos acontecimentos. A perspectiva de Adriano Duarte Rodrigues (1993, p. 27-28), nesse sentido, ajuda na compreensão do acontecimento, o qual é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. [...] quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”.

A ênfase que o campo jornalístico atribui a determinadas ocorrências, a seleção de aspectos da realidade e o enquadramento utilizado para a interpretação deles exercem influência na formação simbólica, política e ideológica dos indivíduos. A partir da constatação que a mídia assume na formação da opinião pública é que se encaminham os rumos e a validade desta pesquisa, a qual verifica a forma de tratamento e significação dados pela cobertura noticiosa de dois veículos de comunicação brasileiros – um intitulado popular alternativo e o outro comercial, com o mais alto índice de circulação no país – diante de uma mobilização no Paraná que reivindicava a manutenção de direitos, mas que sofreu repressão pelo aparato do Estado, que ficou conhecido por “Massacre do Centro Cívico”. Para a contextualização da relação comunicação/sociedade adotou-se a perspectiva de John Thompson (1998) sobre a teoria social da mídia, pois considera que o desenvolvimento da mídia impactou na transformação do espaço e tempo da vida em sociedade.

Como um elemento relevante na (des)construção de modos de vida, a mídia e os veículos de comunicação ressignificam identidades. A abordagem de Thompson, nesse

sentido, configura-se como central para a compreensão do acontecimento no Estado do Paraná, uma vez que a verificação paralela dos enquadramentos atribuídos nas versões *online* de jornais, com propostas e posturas diversas, revelam o significado da ação do movimento grevista e a repressão imputada a ele. A influência desta significação para a opinião pública afeta a mobilização e desmobilização de movimentos sociais, contribuindo, desta forma, para a criação de uma imagem por vezes estereotipada deles e dos seus ativistas.

Levando em consideração que a comunicação é uma forma de ação, Thompson ressalta que a análise da comunicação precisa se fundamentar, então, na ação contextualizada socialmente: “Hoje nós podemos retomar a observação de Austin somente se desenvolvermos uma teoria social substantiva da ação e dos tipos de poder, recursos e instituições em que ele se baseia” (THOMPSON, 1998, p. 20).

De acordo com Thompson (1998, p. 21), as diferentes posições dos indivíduos nos campos de interação – como denominou Bourdieu em 1983 –, adquirem certa estabilidade quando são institucionalizadas. Além disso, a posição que um indivíduo ocupa em um campo ou instituição está relacionada ao poder que possui. “No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. Seu exercício ocorre em diversos contextos, “desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos até os encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua” (THOMPSON, 1998, p. 21).

O autor distingue as variadas formas de poder, que são: econômico, político, coercitivo e simbólico. No entanto, elas podem se sobrepor de maneiras complexas. O poder econômico diz respeito à atividade produtiva, que provoca o uso de vários tipos de recursos materiais e financeiros. Já o poder político refere-se à “coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação”, conforme aponta Thompson (1998, p. 22).

As instituições geralmente envolvem o estado, que apesar das várias formas existentes ao longo da História, se caracteriza como sistema de autoridade. Abarcam um complexo sistema de regras que permitem a ação de certos indivíduos. “Em alguns casos estas regras e procedimentos são explicitamente codificados em forma de leis promulgadas por corporações soberanas e administradas por um sistema judicial” (THOMPSON, 1998, p. 23).

Então, Thompson cita Max Weber para explicar que o exercício da autoridade pelo estado está relacionado ao modo de recorrer a duas formas diferentes de poder: o coercitivo e o simbólico. O poder coercitivo sugere a ameaça ou a utilização da força física, não apenas vinda da força humana, mas também do uso de armas e equipamentos. A maneira mais

relevante do poder coercitivo é o poder militar, que tem sido utilizado e fortalecido pelos estados com o objetivo de defesa e conquista externas e para pacificação e controle internos.

“(...) esta definição institucional não é absolutamente definitiva, e há muitos exemplos na história recente do uso do poder militar para reprimir agitações internas” (THOMPSON, 1998, p. 24). É o caso das manifestações dos servidores públicos do Estado do Paraná, objeto desta dissertação, que foram duramente reprimidas pelo aparato estatal por meio da força militar – uso de spray de pimenta, balas de borracha, gás lacrimogêneo, bombas de gás – o qual feriu mais de 200 pessoas que se manifestavam contra o projeto de lei que visava alterações no regime de previdência social dos servidores públicos, a Paranáprevidência.

Já o poder cultural ou simbólico surge quando se produz, transmite e recebe o significado das formas simbólicas. Característica fundamental da vida social, a atividade simbólica envolve os meios de informação e comunicação.

Estes recursos incluem os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico (que Bourdieu chama de ‘capital cultural’); e o prestígio acumulado, o reconhecimento e o respeito tributados a alguns produtores ou instituições (‘capital simbólico’) (THOMPSON, 1998, p. 24).

Essa capacidade de intervir no processo dos acontecimentos e “produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas” é definida por Thompson (1998, p. 24) por poder simbólico. Nos processos de transmissão simbólica há o emprego de um meio técnico que é o elemento material por meio do qual a informação é transmitida do produtor para o receptor. Conforme o grau de fixação do meio técnico, as informações são armazenadas para poderem ser utilizadas posteriormente.

Outra característica dos meios técnicos é sua reprodutibilidade, situada na base da exploração comercial dos meios de comunicação. A invenção e o desenvolvimento da máquina impressora, da litografia e da fotografia facilitaram a reprodução de livros, filmes, discos, etc. Em contrapartida, a valorização nas obras de arte reside na singularidade.

Como terceiro aspecto dos meios técnicos, Thompson (1998, p. 28) cita o distanciamento espaço-temporal: “Todas as formas de comunicação implicam um certo grau de distanciamento espaço-temporal, certo grau de deslocamento no tempo e no espaço”. Mas há variações conforme as circunstâncias de comunicação e o tipo de meio técnico empregado.

Para Thompson (1998, p. 30), meio técnico de comunicação são os “elementos materiais pelos quais a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido”. Já o termo “meios de comunicação” remete a instituições e produtos como livros, jornais,

programas de rádio e televisão. Segundo ele, para designar esse conjunto de instituições de forma imprópria é utilizada a expressão “comunicação de massa”. O mais importante está no fato de que os produtos estão disponíveis para uma pluralidade de destinatários e não que inúmeros indivíduos os recebem.

Outro aspecto enganoso do termo “massa” diz respeito à ideia de que os espectadores sejam passivos e acríticos. A expressão é associada a tipos de transmissões da mídia como os jornais de grande circulação e os programas de rádio e TV. No entanto, com o desenvolvimento de sistemas de transmissão foi criado um novo cenário de flexibilidade na operação da informação e comunicação.

“A comunicação de massa implica a mercantilização das formas simbólicas no sentido de que os objetos produzidos pelas instituições da mídia passam por um processo de valorização econômica” (THOMPSON, 1998, p. 33).

Thompson (1998, p. 39) relata que novos meios de comunicação e transporte também afetaram as experiências com o espaço e o tempo na vida social. Alterou-se a maneira de os indivíduos pertencerem a grupos e comunidades, pois “sentimo-nos pertencentes a grupos e comunidades que se constituem em parte através da mídia”. A preocupação do autor reside em relacionar os meios de comunicação com o contexto social onde há a produção e recepção de formas simbólicas mediadas. Ele aponta a recepção como uma atividade, uma prática por meio da qual os indivíduos interpretam e trabalham o material simbólico.

Como acontece com todas as formas simbólicas, o ‘significado’ de uma mensagem transmitida pela mídia não é um fenômeno estático, permanentemente fixo e transparente para todos. Antes, o significado ou o sentido de uma mensagem deve ser visto como um fenômeno complexo e mutável, continuamente renovado e, até certo ponto, transformado, pelo próprio processo de recepção, interpretação e reinterpretação (THOMPSON, 1998, p. 44).

Thompson considera esse processo de recepção como um processo hermenêutico, pois há apropriação da mensagem pelos indivíduos: “É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida – um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação” (THOMPSON, 1998, p. 45). O autor explica os fatores de transformações institucionais na Europa moderna, cuja base cultural foi o desenvolvimento das organizações da mídia que surgiram na segunda metade do século XV. A mudança da escrita para a impressão, desenvolvida por Gutemberg, foi uma das ocorridas na organização social do poder simbólico.

Thompson (1998, p. 69) cita a obra “Mudança estrutural da esfera pública” de Habermas para enfatizar a relevância política do “desenvolvimento da imprensa periódica nos inícios da Europa moderna. Tal desenvolvimento é tratado não como um conjunto histórico separado dos outros processos histórico-sociais mais abrangentes, mas antes como parte integrante deles”.

Conforme a concepção de Habermas (apud THOMPSON, 1998, p. 68), no século XVI com o desenvolvimento do capitalismo mercantil e as transformações do poder político surgiu uma nova esfera pública. De um lado estava o estado ou o domínio da autoridade pública e, de outro, o domínio privado das relações pessoais e da sociedade civil. Entre ambos os domínios situava-se a esfera pública burguesa que integrava “indivíduos que se reuniam privadamente para debater entre si as normas da sociedade civil e da condução do estado”. Essa esfera confrontava e criticava as atividades do estado por meio de uma discussão aberta entre os indivíduos.

Sua emergência ocorreu na Inglaterra no início do século XVIII devido à proliferação de periódicos e jornais e ao crescimento do número de cafés em Londres: “Muitos dos novos periódicos se interligavam estreitamente com a vida dos cafés, uma vez que eram lidos e debatidos por indivíduos que lá se juntavam para discutir as questões do dia” (THOMPSON, 1998, p. 68).

Thompson (1998, p. 69) cita que a argumentação de Habermas reforça a abertura do Parlamento perante a imprensa e conseqüentemente à articulação da opinião pública. “Estes e outros desenvolvimentos foram de considerável importância; eles são um testemunho contínuo do impacto político da esfera pública burguesa e de seu papel na formação dos estados ocidentais”.

Entre as críticas atribuídas a alguns argumentos de Habermas, Thompson (1998, p. 70) aponta a restrição da esfera pública burguesa, que apesar de ser baseada no princípio de acesso universal, se restringia a indivíduos pertencentes às elites instruídas e era predominantemente masculina: “Habermas não deixou de notar a marginalização das mulheres na esfera pública burguesa e no caráter patriarcal da família burguesa”.

Segundo Thompson (1998, p. 70), desde sua concepção no período moderno, a esfera pública foi gerada com a suposição da diferença dos gêneros. Porém, o argumento de Habermas mais criticado por ele não diz respeito ao surgimento da esfera pública burguesa, mas ao seu declínio.

A separação entre o estado e a sociedade civil – que tinha criado um espaço para a esfera pública burguesa – começou a sucumbir à medida que os estados assumiram um crescente caráter intervencionista e maiores responsabilidades na administração do bem comum dos cidadãos, e os grupos de interesse organizados se tornaram mais reivindicantes no processo político (THOMPSON, 1998, p. 70).

A imprensa passou a se organizar atrelada a interesses comerciais. Com a comercialização da mídia, o debate crítico foi transformado em “um domínio de consumo cultural, e a esfera pública burguesa esvazia-se num mundo fictício de imagens e opiniões” (THOMPSON, 1998, p. 71). Nesse sentido a política se torna um espetáculo, a maioria da população não integra mais o processo de discussão e tomada de decisão, sendo tratada de forma manipulável por líderes políticos.

Thompson aponta mais fragilidades na argumentação de Habermas, como a presunção em considerar os receptores da mídia como passivos. Para o primeiro, tal suposição precisa ser recolocada num contexto e ser analisada a recepção individual. Outro problema reside na chamada “refeudalização” da esfera pública. Para Thompson (1998, p. 72) é superficial tecer comparações quanto às mediações do século XX e as da Idade Média, pois o necessário é “repensar o significado do ‘caráter público’ hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações”.

O autor (1998, p. 73) aponta tendências no desenvolvimento das indústrias da mídia desde o início do século XIX. A primeira é a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala; a segunda diz respeito à globalização da comunicação; e a terceira, o “desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas”. A primeira tendência teve início no começo do século XIX devido às inovações técnicas na indústria da imprensa e na segunda metade desse século houve queda significativa das taxas de analfabetismo, o que favoreceu a expansão do mercado de impressos, pois o público era maior. No entanto, o desenvolvimento da mídia no Brasil ocorreu no século XX.

A consolidação das indústrias no século XX gerou uma concentração de recursos principalmente na indústria jornalística. No início dos anos 1990 na Inglaterra “quatro grandes grupos da mídia controlavam cerca de 92% da circulação dos jornais diários e cerca de 89% da circulação dos jornais de domingo” (THOMPSON, 1998, p. 74).

Por meio de fusões, de acordo com Thompson (1998, p. 74) os conglomerados da comunicação exerceram um “crescente e importante papel no domínio da mídia: são organizações multimídia e multinacionais que participam dos lucros de uma variedade de indústrias interessadas na informação e na comunicação”. Conforme o autor (THOMPSON,

1998, p. 75), os maiores conglomerados da comunicação, como Time Warner, grupo Bertelsmann, News Corporation, Fininvest “forneceram as bases institucionais para a produção de informação e conteúdo simbólico e sua circulação em escala global”.

A segunda tendência é a globalização da comunicação, originada na metade do século XIX, com o desenvolvimento de agências internacionais em cidades da Europa e a expansão das redes de comunicação. Já a terceira tendência é o desenvolvimento de inovações técnicas que teve ligações com o poder econômico, político e coercitivo. “Estes desenvolvimentos estão criando um novo cenário técnico em que informação e conteúdo simbólico podem se converter rapidamente e com relativa facilidade em diferentes formas” (THOMPSON, 1998, p. 76).

Com o desenvolvimento da mídia, novas formas de publicidade ou visibilidade foram criadas não mais limitadas a um espaço compartilhado. Segundo Thompson (1998, p. 114), são formas de publicidade mediada que se caracterizam por tornar públicas ações e eventos por meio de gravação, sendo transmitidos a indivíduos “fisicamente distantes do tempo e do espaço de suas ocorrências”. Porém, o autor ressalta o destaque da publicidade tradicional da copresença na sociedade.

A reordenação do espaço e do tempo provocada pelo desenvolvimento da mídia faz parte de um conjunto mais amplo de processos que transformaram (e ainda estão transformando) o mundo moderno. Estes processos são comumente descritos hoje como ‘globalização’. O termo não é preciso, pois é usado de diversas maneiras na literatura. No sentido mais geral, ele se refere à crescente interconexão entre as diferentes partes do mundo, um processo que deu origem às formas complexas de interação e interdependência (THOMPSON, 1998, p. 135).

Thompson explica que a globalização surge quando atividades ocorrem numa arena global, são organizadas numa escala global e envolvem reciprocidade e interdependência: “Só se pode falar de globalização neste sentido quando a crescente interconexão de diferentes regiões e lugares se torna sistemática e recíproca num certo grau” (THOMPSON, 1998, p. 135).

Suas origens remontam ao mercantilismo nos séculos XV e XVI, mas foi nos séculos XVII, XVIII e XIX que gradativamente se firmou. As redes de comunicação foram organizadas em escala global no século XIX devido ao desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitaram a independência da comunicação com a condução física das mensagens, o estabelecimento de agências de notícias internacionais, e o surgimento de novos meios de transmissão de informação por meio de ondas eletromagnéticas. “(...) este processo é,

entretanto, tipicamente um fenômeno do século XX. Pois foi durante este século que o fluxo de comunicação e informação em escala global se tornou uma característica regular e penetrante da vida social” (THOMPSON, 1998, p. 143).

Thompson cita algumas dimensões integrantes desse processo, como fundamentalmente as atividades de conglomerados de comunicação, que se originaram no século XIX. “Através de fusões, compras ou outras formas de crescimento corporativo, os grandes conglomerados assumiram uma presença sempre maior na arena global do comércio de informação e comunicação” (THOMPSON, 1998, p. 144).

De acordo com o autor, o desenvolvimento dos conglomerados formou grandes concentrações de poder simbólico e econômico, privadamente controlados e desigualmente distribuídos. Com a digitalização da informação e o avanço de tecnologias eletrônicas foi criada a base para as tecnologias de informação e comunicação convergirem, permitindo a circulação dos produtos da mídia numa arena internacional.

Com o aumento dessa circulação, bem como a transformação das organizações da mídia “em organizações comerciais de grande escala, a liberdade de expressão teve que enfrentar crescentemente novas ameaças, ameaças que provêm (...) do desimpedido crescimento das organizações da mídia e de seus interesses comerciais” (THOMPSON, 1998, p. 208). Sendo orientadas pela lógica do lucro e do mercado, as indústrias da mídia não necessariamente cultivam a diversidade e o pluralismo. Por isso, o autor sugere o princípio do pluralismo regulado, segundo o qual é o

estabelecimento de uma estrutura institucional que abriga e garante a existência de uma pluralidade de independentes organizações da mídia. É um princípio que leva a sério a tradicional ênfase liberal na liberdade de expressão e na importância de sustentar as instituições da mídia independentemente do poder do estado. Mas é um princípio que também reconhece que o mercado deixado a si mesmo não pode garantir necessariamente as condições de liberdade de expressão e promover a diversidade e o pluralismo na esfera da comunicação (THOMPSON, 1998, p. 209).

Estas condições podem ser garantidas com uma intervenção no mercado, de modo a não enfraquecer a diversidade e o pluralismo com a concentração de poder econômico e simbólico. Exigiria também a aplicação de uma legislação restritiva, conforme esclarece Thompson (1998, p. 210), que freasse o demasiado poder dos conglomerados e facilitasse a emergência e ampliação de “novos centros de poder simbólico fora da esfera de controle dos conglomerados e de suas redes de produção e intercâmbio”. Além disso, faz-se necessário uma divisão entre as instituições da mídia e o poder estatal. Como aponta, criar uma esfera pública e pluralista numa sociedade depende que haja diversidade em níveis internacionais,



“porque todas as sociedades são afetadas pelos fluxos de informação e comunicação sobre os quais nenhum estado nacional particular tem total controle” (THOMPSON, 1998, p. 211).

As lutas por reconhecimento depois do advento da imprensa e da mídia eletrônica se transformaram em lutas por visibilidade, conforme Thompson (1998, p. 215), pois o “desenvolvimento dos movimentos sociais (...) fornecem amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade na mídia”. Depois de gerada uma visibilidade na mídia, a ação do movimento será reconhecida publicamente e, como consequência, servirá para mobilizar indivíduos que não dividem o mesmo tempo e espaço.

As imagens e mensagens da mídia podem levar a profundas divisões e sentimentos de injustiça que são experimentados pelos indivíduos em suas vidas cotidianas. A mídia pode *politicizar o cotidiano* tornando-o visível e observável em maneiras que antes não eram possíveis e, portanto, tornando os eventos cotidianos um catalisador para ações que vão muito além dos locais imediatos onde ocorrem (THOMPSON, 1998, p. 215).

A veiculação das imagens em tempo real no dia 29 de abril de 2015, durante a repressão da manifestação dos profissionais da educação e de outras categorias do funcionalismo público do estado do Paraná, gerou sentimentos de injustiça e serviu como forma de proteção contra a violência policial.

Com o desenvolvimento da democracia participativa no mundo moderno, Thompson aponta alguns problemas que ameaçam a legitimidade do ideal de democracia. Um deles diz respeito à restrição das práticas democráticas às esferas políticas institucionalizadas. O aparecimento de movimentos sociais, como os dos direitos civis, o das mulheres e os ambientalistas, demonstra a insatisfação com as instituições políticas no que tange às questões que mais os afetam.

O modelo de democracia direta e participativa ressalta o diálogo e a participação mais do que a violência e a força para atuar na resolução das diferenças. Assim, por meio da argumentação e debate busca articular uma vontade coletiva nos indivíduos. Nesse sentido, Thompson (1998, p. 220) propõe a ideia de democracia deliberativa a fim de desenvolver as instituições representativas. “Por ‘democracia deliberativa’ entendo a concepção de democracia que trata todos os indivíduos como agentes autônomos, capazes de formar juízos razoáveis através da assimilação de informações e diferentes pontos de vista”. A ênfase desse modelo reside nos processos onde são assumidas as decisões. Por meio da deliberação, “da

consideração e avaliação de diferentes pontos de vista, os indivíduos chegam a formar suas vontades” (THOMPSON, 1998, p. 221).

O incentivo à diversidade e ao pluralismo na mídia se revela indispensável para a democracia deliberativa se desenvolver, pois o fornecimento de informações diversas propicia aos indivíduos formar juízos de valor acerca de determinado assunto. “A deliberação prospera como encontro de visões conflitantes; nada é mais destruidor do processo deliberativo do que um coro orquestrado de opiniões que não permite divergências” (THOMPSON, 1998, p. 222).

Thompson discute a influência da comercialização da mídia para a dimensão ética e relaciona o esvaziamento da ética na vida pública ao que Habermas atribuiu à transformação da esfera pública. Para Habermas, conforme Thompson (1998, p. 224) nela se realizava a publicidade, pois as opiniões de indivíduos poderiam evoluir para uma opinião pública: “Habermas sustentou que, apesar do declínio da esfera pública burguesa, que permitiu uma realização parcial e imperfeita desta ideia, o princípio crítico da publicidade conserva seu valor como um ideal normativo”. Para ser válida, uma norma precisaria ser discutida amplamente e ter o consentimento de todos, pressupondo, portanto, um compartilhamento face a face. No entanto,

esta concepção tem pouca relação com os tipos de ação e comunicação que se tornaram enormemente comuns no mundo moderno. Hoje ações podem afetar indivíduos largamente dispersos no espaço e no tempo; e a mídia criou formas de comunicação que não implicam diálogos em locais compartilhados. O modelo de Habermas é essencialmente uma extensão (embora muito mais elaborada) da concepção tradicional de publicidade como co-presença (THOMPSON, 1998, p. 225).

Nesse sentido, Thompson sugere a reflexão do universo ético para além da copresença por meio do reconhecimento da intercomunicabilidade do mundo moderno e o compartilhamento de responsabilidade, não apenas pelas ações individuais, mas pelas coletivas. De acordo com Thompson (1998, p. 228), “É este sentido de responsabilidade que poderia fazer parte de um novo tipo de reflexão moral-prática, livre das limitações antropocêntricas, espaciais e temporais da concepção tradicional de ética”. Atuar na tentativa de estabelecer essa reflexão para assim possibilitar a intervenção na conduta humana é o caminho apontado pelo autor para desenvolver esse sentido de responsabilidade.

A teoria social da mídia elaborada por Thompson e seu impacto na vida em sociedade auxilia na compreensão de que os conteúdos e representações disseminados pelos meios de comunicação muitas vezes se pautam em interesses de conglomerados de mídia, de classes sociais, interesses industriais e financeiros. Nesse sentido, torna-se relevante verificar a

angulação, o enquadramento atribuído ao movimento grevista de professores e servidores públicos do estado do Paraná, pois possibilita analisar a posição dos veículos de comunicação sobre o acontecimento. O tópico a seguir explicita como a lógica do mercado afeta a produção noticiosa, a qual exerce influência nos processos políticos em nosso país.

## **2.1 A grande mídia na lógica mercadológica**

A manutenção de um distanciamento entre a técnica e a ética é apontada por Abramo em 1995 durante discurso a estudantes de jornalismo e transcrita por Arbex Jr. (2003, p. 10), como o maior desafio da profissão de jornalista, pois as novas tecnologias de nada valem “se não forem utilizadas com profundo sentido ético e com a visão clara de que a imensa maioria da sociedade, em todos os países, ainda luta para libertar-se da exploração, da opressão, da desigualdade e da injustiça”. A ética se configura, portanto, como fundamental à atividade jornalística.

Com a rapidez proporcionada pela tecnologia, a larga produção de notícias no mundo vem se concretizar como mecanismo de dominação. Sodré (2010, p. 24-25) enfatiza que a velocidade e a flexibilização explicam o processo da globalização: “(...) como a informação e o conhecimento são os insumos principais de uma ordem produtiva altamente tecnologizada, a velocidade converte-se em valor cultural por excelência”. A interconexão possibilitada por dispositivos de comunicação acaba por legitimar a globalização capitalista. Porém, há o risco da tentativa de unificação de valores e estilos de vida. “E assim atuam apresentando-se como espaços abertos à reverberação da ‘vontade geral’ – na verdade, um hábil artifício retórico para dissimular vínculos orgânicos com a lógica do capital” (MORAES, 2010a, p. 09).

Essa lógica do pensamento único tomou conta dos meios de comunicação brasileiros desde 1994, segundo Hamilton Octavio Souza no prefácio da obra de Abramo (2003). A utilização de fontes oficiais mostrava a relação da produção jornalística com o projeto político do governo de então. “Nada mais atual do que a ocultação total, parcial ou de aspectos da realidade; a fragmentação nas edições; a inversão da relevância das informações ou a mais primitiva descontextualização dos acontecimentos” (SOUZA, 2003, p. 19).

Configurando-se com predominância comercial e cada vez mais globalizada, a mídia “atua em mercados que ela mesma criou, sem conexão espacial direta com constituintes democráticos ou classes sociais tradicionais, e é amplamente conduzida por interesses diferentes dos democráticos” (EKECRANTZ, 2006, p. 96). O autor enfatiza a força política

autônoma da grande mídia, que pouco presta contas ao público – público esse que se transformou em audiência, num aglomerado de indivíduos consumistas.

Walter Lippmann (2008) na obra “Opinião Pública” afirma que o cidadão pode conhecer o mundo real apenas por meio da mídia. Para ele, a elite utiliza dos meios de comunicação para manipular a opinião pública, já que o autor não considera um intermediário entre a elite produtora das mensagens e a massa. Segundo Oliveira (2009, p. 4), os meios de comunicação, “em particular o jornalismo, para Lippmann, têm o papel institucional de servir como ‘timoneiros’ da sociedade”. Conforme o autor, o problema “é que esses tais ‘timoneiros’, longe das preocupações estratégicas de conduzir a sociedade pelo mar de conhecimento, comportam-se nesse novo contexto da indústria midiática como agentes imediatos do mercado financeiro” (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

O jornalismo praticado por empresas privadas de comunicação, seguidor da lógica do mercado, serve como vínculo e instrumento de controle das elites. Portanto, faz-se necessário afirmar aqui a consideração da mídia como ator político e ferramenta propagadora de ideologia de grupos, setores e classes sociais. A lógica da obtenção do poder move a organização do sistema de comunicação, originado com o sistema de economia capitalista.

Moraes (2010b, p. 188) elucida dois papéis estratégicos desempenhados pelas corporações de mídia na contemporaneidade. O primeiro se refere à mídia, por meio do discurso, tornar-se legitimadora da globalização, isto é, atrela a expressão cultural com o nível de consumo dos indivíduos, posicionando, assim, o mercado como regulador e organizador da sociedade. Nesse ponto Ramonet (2010, p. 246) define o sistema midiático como “aparato ideológico da globalização. É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização”.

O outro papel das organizações de mídia é como agente econômico nos mercados mundiais, por meio da venda dos produtos que ela própria produz e com visibilidade aos anunciantes. “A chamada grande mídia fabrica o consenso sobre a superioridade das economias abertas, insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais” (MORAES, 2010b, p. 188).

Organizadora não apenas do discurso da vida, a mídia também autovalida a produção comunicativa. Como afirma Moraes (2010b, p. 188), “A mídia passa a ocupar posição destacada no âmbito das relações produtivas e sociais, visto que é no domínio da comunicação que se fixa a síntese político-ideológica da ordem hegemônica”. Sendo capaz de integrar o planeta por meio das tecnologias de comunicação e informação, “assegura ao capital total

fluidez para estar em constante deslocamento pelos continentes atrás de rentabilidade” (MORAES, 2010b, p. 190).

Além de um fenômeno superestrutural, a prática comunicativo-informativa expressa um modo de produção o qual interage com o sistema político, com o estado e a articulação deste com a sociedade civil. À medida que a comercialização dos complexos midiáticos não tem limites geográficos, suas estruturas de operação e os objetivos mercadológicos não apresentam distinção, conforme Moraes (2010b, p. 190). “Os grupos de mídia buscam alcançar os parâmetros de lucratividade que norteiam as ações dos gigantes transnacionais. (...) Durante a década de 1990, a indústria de comunicação adequou-se às linhas mestras da corporação-rede”.

Essa dificuldade de distinguir de forma nítida o mundo da mídia, da comunicação, da cultura de massas e o mundo da publicidade é também frisada por Ramonet (2010). A revolução digital fundiu os universos e os complexificou. De acordo com ele, com a unificação do texto, do som e da imagem,

(...) estão surgindo firmas, empresas que têm vocação de administrar todo o conteúdo das diferentes esferas. É significativo que no ano 2000 tenhamos assistido ao surgimento de megagrupos de comunicação, com a fusão do grupo líder da comunicação mundial, Time Warner, com a empresa líder de Internet, America On Line (RAMONET, 2010, p. 245).

Nesse contexto, a informação na contemporaneidade sofre influência das grandes empresas, tendo sido transformada em mercadoria. Ou seja, se move conforme as exigências comerciais: “Compra-se e vende-se informação com o objetivo de obter lucros” (RAMONET, 2010, p. 247). Assim, o jornalismo passa a servir a outros interesses que o distancia da prática democrática. Kovach & Rosenstiel (2004, p. 32) afirmam que a tecnologia alterou a organização econômica das empresas jornalísticas. É ameaçado não apenas pela censura do governo: “O novo perigo reside no fato de que o jornalismo independente pode ser dissolvido no meio da informação comercial e da sinergia da autopromoção”.

Segundo Ramonet (2010, p. 247), além de mercadoria, a aceleração da produção e circulação da informação transformou o jornalismo em imediatismo. E a informação tende à gratuidade cada vez mais. “As grandes firmas midiáticas presenteiam informação. Se pensarmos sobre a informação que consumimos, veremos que recebemos a maior parte dela gratuitamente, ou aparentemente gratuitamente. Quando ouvimos rádio, quando vemos televisão (...)”. O pagamento da informação acontece via publicidade: “(...) hoje uma empresa midiática vende consumidores a seus anunciantes. Quer dizer, a AOL-Time Warner, por

exemplo, vende a seus anunciantes – Nike, Ford, General Motors – o número de consumidores que possui” (RAMONET, 2010, p. 248).

O acesso à ampla difusão da informação é condicionado pelo estágio de industrialização, conforme aponta Cremilda Medina (1988, p. 135): “A passagem do Direito de Livre Expressão burguês para o Direito Social à Informação é impulsionada, tanto nas democracias ocidentais (na esfera do capitalismo) quanto nas orientais (na esfera do socialismo), pelos avanços tecnológicos (...)”. Mesmo com o aumento do fluxo noticioso propiciado pela tecnologia, “(...) esse fluxo não se põe a serviço integral da demanda social. A informatização proporciona o eficiente aprofundamento das fontes de informação, mas por enquanto ela só serve aos interesses econômicos da circulação no mercado” (MEDINA, 1988, p. 138).

Esse efeito exposto pela autora é apontado também por Sodré (2010, p. 36), segundo o qual o paradigma do mercado, imposto gradualmente no século XX, que estrutura a produção da realidade causa o enfraquecimento da cidadania “medida pela relação ético-política do Estado com a demanda cívica e social das massas”. A mídia globalista à medida que se compatibiliza com a lógica mercadológica e a ideologia da globalização confere menor peso aos aspectos humanos e sociais em detrimento dos tecnoeconômicos (SODRÉ, 2010).

Quanto mais sofisticados os planejamentos e as análises econômicas, mais perversa tem-se afigurado a relação das elites, centros de poder e meios de comunicação com os excluídos ou desfavorecidos pelos processos de integração social. A globalização – que bem poderia ser a palavra de ordem de um novo patamar civilizatório, o desafio mobilizador de uma verdadeira reforma da velha ordem social – não tem sido apresentada como outra coisa que “mercado total”, ou seja, outro nome para a exclusão tanto econômica quanto psíquica da maioria populacional (SODRÉ, 2010, p. 38-39).

Essa relação da natureza do sistema capitalista com a organização do sistema de comunicação fornece instrumentos para se compreender o fazer jornalístico. Os estudos de Abramo (2003) constataram os padrões de manipulação da informação e distorção da realidade na grande imprensa. “Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar *outra realidade*, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade *artificial, não-real, irreal*, criada e desenvolvida pela imprensa” (ABRAMO, 2003, p. 23, grifo do autor). As contradições podem ser perceptíveis quando o público é o agente ou testemunha da realidade. “A manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (ABRAMO, 2003, p. 24).

Porém, cair em generalizações sobre a manipulação ser recorrente a toda a imprensa, autodesmistificaria e autodestruiria o fenômeno. Do mesmo modo, considerar reduzida sua ocorrência, anulariam os efeitos. Abramo (2003, p. 25) enfatiza que a gravidade do fenômeno “(...) decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa, embora muitos exemplos ou matérias isoladas possam ser apresentados para contestar a característica geral”.

O autor distingue quatro tipos ou modelos de manipulação: ocultação, fragmentação, inversão e indução. O padrão da ocultação se refere ao silenciamento de determinados fatos da realidade, quando da apuração da informação e planejamento da edição. Isso ocorre devido à falsa divisão pelos jornalistas e empresários dos órgãos de comunicação entre os fatos jornalísticos e os não jornalísticos. No entanto, o jornalístico não é uma característica do real em si, “mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade. (...) todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística (...)” (ABRAMO, 2003, p. 26).

O padrão de fragmentação também ocorre no momento da produção da pauta, sobretudo no da busca de informações, preparação do texto, imagens e edição. A realidade, após a retirada de fatos chamados de não jornalísticos, se revela fragmentada por fatos particularizados e desconectados com as causas e consequências em que ocorreram. Esse padrão envolve a seleção de aspectos do fato e a descontextualização, conforme Abramo (2003), as quais se devem à linha editorial do veículo de comunicação. O fato é decomposto e dividido em particularidades, portanto, deixa de obter o significado original, ou seja, passa a ser criada outra realidade.

Após a fragmentação do fato, que foi descontextualizado, ocorre outro modelo de manipulação: a inversão. Responsável pelo reordenamento das partes, troca e substituição da relevância dessas partes, esse padrão elimina a realidade original e cria outra. “É um padrão que opera tanto no planejamento como na coleta e na transcrição das informações, mas que tem seu reinado por excelência no momento da preparação e da apresentação final, ou da edição, de cada matéria ou conjunto de matérias” (ABRAMO, 2003, p. 28-29).

A inversão pode ocorrer de várias maneiras. Uma das principais é a relevância dos aspectos, quando o menos importante é posto no lugar do mais importante; o secundário é tido como principal. A inversão da forma pelo conteúdo acontece quando o texto é mais valorizado que o fato sobre o qual ele trata; a palavra em vez da informação. Na inversão da versão pelo fato, o que assume relevância é a versão do fato que o veículo de comunicação adotou, e a utiliza por meio da apresentação de declarações que corresponde a essa versão.

Como enfatiza Abramo (2003, p. 29) “Muitas vezes prefere engendrar versões e explicações opiniáticas cada vez mais complicadas e nebulosas a render-se à evidência dos fatos”.

Uma das consequências extremas desse padrão é o chamado frasismo, o qual consiste em utilizar frases, uma expressão ou palavra que tendem a substituir a realidade original. “O abuso é tão excessivo que quase todos os grandes órgãos de imprensa chegam a criar uma ‘seleção de frases’, isto é, uma realidade robótica, extraterrena, pura ficção” (ABRAMO, 2003, p. 30). O extremo é o oficialismo, o qual é a utilização da versão da fonte oficial, cujo posicionamento se aproxima ao do veículo de comunicação. A realidade é apresentada de uma forma positiva para que haja adesão do leitor.

Outro padrão de inversão, apontado por Abramo (2003, p. 31, grifo do autor) diz respeito à substituição da informação pela opinião. “O *juízo de valor* é inescrupulosamente utilizado como se fosse um *juízo de realidade*, quando não como se fosse a própria mera exposição narrativa/descritiva da realidade”. A opinião é introduzida no interior da reportagem de tal modo que não é possível o leitor distinguir qual é a informação (ou se há). “A informação, quando existe, serve apenas de mera ilustração exemplificadora da opinião adrede formada e definida – a tese – e que, esta sim, se quer impor à sociedade” (ABRAMO, 2003, p. 32).

Já o outro tipo categorizado pelo autor se refere ao de indução, o qual se torna o resultado da combinação de outros padrões que o leitor esteve em contato:

(...) o que torna a manipulação um fato essencial e característico da maioria da grande imprensa brasileira hoje é que a hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade, artificialmente inventada (ABRAMO, 2003, p. 33).

Presente do planejamento até o processo final do material jornalístico, este padrão envolve ainda os índices de tiragem e audiência pelo fato de situar o jornalismo como integrante da indústria cultural. Por isso, a maior responsabilidade quanto à manipulação recai sobre os veículos que detém maior tiragem e mais anúncios publicitários. Apenas determinados assuntos, aspectos, personagens e segmentos sociais são tratados pela imprensa (ABRAMO, 2003).

Devido à omissão de temas e ao vínculo com grupos políticos provenientes de uma elite econômica, a mídia tradicional ou grande mídia tende a privilegiar o poder e o modelo neoliberal. Essa categorização da realidade gerada por comprometimentos políticos aclara a



existência de um processo de marginalização e silenciamento de sujeitos e vozes, como exposto. Reconhecer a influência do componente ideológico na forma de apresentação dos fatos noticiados permite tecer considerações acerca do papel da mídia e, em específico, do jornalismo, objeto desta dissertação, nas ações de movimentos sociais. Os padrões de cobertura da chamada grande mídia tendem a não contemplar a multiplicidade de sujeitos que integram o processo de reivindicação de direitos, portanto, interfere no efetivo exercício da democracia.

A concentração da propriedade dos meios de comunicação mostra-se um entrave à abertura de espaço para as ações coletivas, fruto da atuação de movimentos sociais. O jornalismo praticado pela grande mídia, segundo Genro Filho (1987), ressalta uma cidadania imaginária, pois produz um conhecimento relacionado ao pensamento hegemônico, o qual tende a ser universalizado.

“Estas empresas tratam a informação como mais um produto vendável dentro da lógica do capitalismo, o que influencia de diferentes maneiras as leituras de mundo e as práticas políticas das sociedades” (POSSEBON, 2011, p. 02).

A atenção dada a manifestações coletivas, mesmo que diversificadas, assume relevância pelo fato de estas serem movidas pela resistência e insatisfação ao sistema hegemônico, à medida que elucida situações específicas de luta e negociação. Nesse sentido, caberia ao jornalismo dar visibilidade aos atores e não silenciá-los.

A proposta da mídia alternativa é oferecer um contraponto à grande mídia, por meio da visibilidade às lutas coletivas que reivindicam direitos e buscam por mudanças. O fenômeno alternativo de comunicação objetiva romper com o cerco das estruturas informativas dominantes, mesmo sendo integrante do contexto da sociedade global. Conceituar e tecer as características dessa mídia contribui para a reflexão que a pesquisa busca empreender: estabelecer um paralelo à mídia tradicional ou grande mídia quanto à diversidade e pluralidade de informações, especificamente no trato do “Massacre do Centro Cívico”. O objetivo maior é compreender o papel do jornalismo como instrumento de emancipação e cidadania, ao se verificar o significado atribuído ao ativismo do movimento grevista dos servidores públicos em 2015 e a sua repressão pelo governo do Paraná.

## **2.2 Mídia alternativa: conceituação e características**

Como um antídoto frente a essa situação de monopólio da palavra da mídia e da detenção dos poderes político e econômico, proliferaram na América Latina os meios de comunicação alternativos, um fato significativo para a história desses países. “(...) as experiências alternativas costumam constituir *avanços de novas relações sociais* e, especificamente, *práticas constitutivas das mesmas*” (GRINBERG, 1987, p. 16, grifo do autor).

Sua atuação remete a movimentos antiglobalização como o Fórum Social Mundial, com o objetivo de formar uma consciência política por meio do esforço coletivo na reivindicação de direitos e questionamento do *status quo*. A ampliação da possibilidade de mobilização é citada por Malerba (2008):

[...] os meios de comunicação comunitários surgem como uma possibilidade de que novos sentidos sejam agenciados nas esferas de negociação do poder: indivíduos historicamente excluídos do processo comunicacional têm a chance de que suas demandas passem a circular na sociedade através de suas próprias enunciações. Além dessa possibilidade de *antes se representarem que serem representados*, alguns veículos de comunicação comunitários têm desempenhado um importante papel de mobilizar indivíduos em torno de demandas sociais locais coletivamente reconhecidas (MALERBA, 2008, p. 152-153, grifo do autor).

John Downing (2002) traz à tona a disseminação geográfica da mídia radical alternativa. Sua definição de mídia é ampliada, cuja consideração perpassa além do universo das mídias: rádio, televisão, jornal, cinema, mas também o grafite, as canções populares, danças, vestuário, teatro popular, greves e manifestações públicas. Com o termo mídia radical, o autor se refere à “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2002, p. 21). Para citar alguns aspectos elencados por Downing que diferencia a mídia radical da convencional, ele aponta a questão da adoção do termo “alternativa”, que para ele se configura um paradoxo, pois, em algum ponto, qualquer coisa é alternativa a outra.

Porém, Grinberg (1987, p. 20) ressalta que o alternativo, quando se fala em opções, não se refere exclusivamente aos meios que sejam distintos dos de massa. Mas os meios são uma alternativa enquanto instrumentos do poder “e, inversamente, o meio não é *em si* o alternativo (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social”. Portanto, a luta não acontece contra os meios tradicionais em si, mas sim contra o monopólio deles em benefício das elites. Estar à margem das redes de distribuição da grande mídia não assegura ser, de fato, alternativo, pois implica no questionamento do *status quo*.

Para Grinberg (1987), então, é alternativo o meio que,

num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural – nas diversas situações possíveis desde o sistema de partido único e economia estatizada (Cuba) até os regimes capitalistas de democracia parlamentar e as ditaduras militares – implica uma opção frente ao discurso dominante; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares” (GRINBERG, 1987, p. 30).

Essa definição de Grinberg (1987) que abarca a tentativa de rompimento do circuito das estruturas de informação predominantes é compartilhada por Kucinski (1991), o qual atribui quatro significados à alternatividade da imprensa. É importante ressaltar o contexto de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, ao qual o autor remete ao surgimento e término de aproximadamente 150 jornais que revelaram oposição ao então regime, por isso sendo denominados de imprensa alternativa ou nanica.

Segundo Kucinski (1991, p. XIII), suas características demonstram algo que não é atrelado a políticas dominantes; o de escolha entre duas coisas entre si excludentes; “o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam”.

Peruzzo (2008, p. 03) define a comunicação popular e alternativa como “expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’”. Seu conteúdo é reivindicativo, tendo o povo como protagonista. Configura-se, pois, como “instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2008, p. 03). Representada por pequenos jornais, geralmente formato tabloide, essa imprensa analisava criticamente a realidade.

O jornalismo alternativo é caracterizado pela autora (PERUZZO, 2008, p. 05) como “uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem”. No entanto, segundo aponta, outras formas de comunicação, como boletins informativos, literatura de cordel, panfletos recebiam a denominação de alternativos devido à força do conteúdo transmitido. Por isso, ela considera que uma comunicação alternativa integra os movimentos populares para além do jornalismo.

Conforme Peruzzo (2008, p. 07), a recriação da comunicação alternativa é permanente em conjunto com o jornalismo alternativo, os quais adquirem “diversas feições”, cujas

motivações provêm do interesse de pessoas e organizações civis “em interferir nos sistemas geradores e mantenedores da desigualdade, além das possibilidades inovadoras, como a efetiva interatividade, que as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) oferecem” (PERUZZO, 2008, p. 07).

Inclui-se aí a proposta de horizontalidade, que diverge dos meios de comunicação tradicionais. Maria Lúcia Becker (2008) afirma que nesse ponto há semelhança com o jornalismo ou comunicação popular, “ou seja, a primazia do diálogo, do compartilhamento de idéias e conhecimentos, da troca de informações e opiniões que propicia a ação no sentido do domínio e mudança da realidade” (BECKER, 2008, p. 03).

Nesse sentido, o componente básico da imprensa alternativa é a rejeição ao lucro, o posicionamento crítico ao capitalismo e “ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação” (KUCINSKI, 1991, p. XVI). Porém, a ditadura não foi o único motivo da existência da imprensa alternativa:

Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições (KUCINSKI, 1991, p. XXVI).

O impulso decisivo para que a imprensa alternativa se desenvolvesse foi jornalístico e não político, conforme aponta Kucinski (1991). No auge da imprensa alternativa brasileira dos anos 1970 houve articulação com as organizações de esquerda no projeto nacional “dentro de estratégias predominantemente defensivas, as estratégias possíveis numa ditadura. (...) E nos momentos de grande comoção social, a grande imprensa reabre seus espaços críticos” (KUCINSKI, 1991, p. 38). Nesse momento, os jornalistas não buscam a alternativa, conforme menciona o autor. Por isso, deve-se considerar a complexidade da interação do fazer político com o fazer jornalístico, que pode gerar adições ou anulações. “Na maior parte do grande arco de tempo que vai de 1964 a 1980 elas se somaram. No biênio 1968-70, no entanto, assim como a partir de 1980, elas se anularam” (KUCINSKI, 1991, p. 38).

Apesar de a realidade contemporânea no Brasil diferir do regime ditatorial que permaneceu até 1985, em que havia clara explicitação do posicionamento ideológico, “o jornalismo alternativo permanece ativo e compreendê-lo também é uma maneira de defini-lo” (SILVA; ANDRADE, 2014, p. 140). À medida que desafia as narrativas do jornalismo tradicional, o alternativo atua na criação de uma via direta com a democracia.

Nesta pesquisa optou-se pela adoção do termo mídia alternativa, conforme Grinberg, em vez de mídia radical alternativa como nomeia Downing. Porém, pela relevante discussão gerada por este último aqui é abordada, já que converge com os apontamentos de Grinberg.

Além de forças construtivas, essa mídia pode levar ao retrocesso da sociedade, caso seja representante do fundamentalismo ou fascismo. O outro aspecto citado por Downing (2002) diz respeito à inclusão da mídia de minoria étnica, como a religiosa ou comunitária, na designação de radical. Porém, isso ocorre conforme o contexto e conteúdo da mídia: “Assim, o contexto e as consequências devem ser nossos principais guias ao que pode ou não pode ser definido como mídia radical alternativa. As fronteiras são quase sempre indistintas” (DOWNING, 2002, p. 28).

Outro elemento é o radicalismo da mídia que pode se tornar um entrave ao seu “verdadeiro espectro”, conforme aponta Downing (2002, p. 29). A denominada mídia radical alternativa apresenta variados formatos e rompe regras.

(...) esses meios são tipicamente de pequena escala, dispõem em geral de poucos fundos, às vezes não são amplamente conhecidos, de tempo em tempo tornam-se alvo da raiva, do medo ou do ridículo de alguma autoridade, ou mesmo do público em geral, ou ambos. Às vezes, são atraentes; às vezes, entediantes e repletos de jargões; às vezes, alarmantes; e, às vezes, dotados de um humor inteligente (DOWNING, 2002, p. 29).

É seguidora geralmente de dois propósitos: expressão vertical da oposição à estrutura de poder; obtenção horizontal de apoio e solidariedade para construção de uma rede de relações posicionada contrariamente a essa estrutura de poder (DOWNING, 2002). Um último aspecto que caracteriza a mídia radical é a tendência de ser mais democrática do que a mídia tradicional, pois à medida que desafia os discursos tradicionais, abre espaço para uma pluralidade de vozes na esfera pública.

Silva e Andrade (2014, p. 142) enfatizam que “(...) a imprensa alternativa tem de ser capaz de expor as negligências e as falhas do projeto hegemônico constituído pelas classes dominantes”. Para Chris Atton (2001) o caráter alternativo se manifesta já na forma de produção e distribuição, pois revela um distanciamento com a concepção mercantil.

Com propósitos democráticos na mídia alternativa, segundo Kucinski (1991, p. XIX-XX), “Havia entre as concepções vigentes, uma forte presença de inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional”.

Nesse sentido, a fim de embasar o papel da mídia alternativa na relação entre poder e cultura, o conceito de hegemonia de Gramsci, trabalhado por Downing (2002, p. 49), oferece uma nova forma de compreensão. “Numa estrutura em que as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação, o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade”.

Com o intuito de transformar a sociedade, os grupos de oposição fazem a utilização dessa mídia, de modo a desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico. “(...) a mídia radical alternativa expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia convencional” (DOWNING, 2002, p. 81).

O conceito de hegemonia introduzido por Antonio Gramsci (apud COUTINHO, 1999) vai além do de cultura que se constitui da visão de mundo da sociedade de uma época, por indagar sobre as relações de poder, e ultrapassa o conceito de ideologia – concebida como sistema de representações, normas e valores da classe dominante –, porque envolve um processo social vivo, no qual as representações se organizam por meio de práticas sociais dominantes (CALDEIRA, 2015, p. 03).

Porém, conforme Ramonet (2010, p. 249) há dificuldade na construção de um discurso de contrainformação “com características de sedução”, que seja dirigido às massas sem se configurar como um discurso doutrinário e retórico. “(...) por vezes, o discurso militante ou de contra-informação não é suficientemente pedagógico ou não tem os critérios de sedução que lhe permitiriam competir com o discurso dominante” (RAMONET, 2010, p. 248).

Sobre essa relação de forças pertencente à sociedade global, Grinberg (1987, p. 35) aponta a problemática da comunicação alternativa, “pois o próprio caráter do complexo global comunicação-informação é uma expressão dos sistemas econômico e político-social”. A ocorrência e, principalmente, a permanência de experiências alternativas está diretamente relacionada a uma democratização dessas estruturas de comunicação. “(...) nesse processo de mudança pode superar-se, na medida de sua profundidade, a falsa oposição entre meios alternativos e meios de massa dominantes. Articulação em vez de oposição; interação em vez de irredutíveis antinomias” (GRINBERG, 1987, p. 35).

Os movimentos sociais são fundamentais para compreender a mídia alternativa por se situarem numa relação de interdependência dialética. “A comunicação e a mídia, tanto dentro quanto fora de suas fileiras, desempenham um enorme papel na trajetória dos movimentos” (DOWNING, 2002, p. 59). A existência dessa mídia se justifica a partir das demandas e lutas

por direitos de grupos da sociedade civil e dos movimentos sociais, e estes, por sua vez, conseguem potencializar suas reivindicações quando há abertura na agenda midiática.

Tendo clara essa relação interdependente entre o jornalismo e as mobilizações sociais, no próximo capítulo será abordada a temática dos movimentos sociais enquanto objeto de estudo nas Ciências Sociais, sua dinâmica e sua história. O desequilíbrio social gerado pelo avanço da tecnologia propiciou seu surgimento, motivado por mudanças sociais. Voltar-se à exploração do tema permite compreender as diversas facetas de movimentos, inclusive os contemporâneos, que potencializam seu alcance por meio do uso da internet móvel. As discussões conceituais realizadas a seguir são fundamentais para embasar a reflexão sobre a participação de sujeitos coletivos na sociedade contemporânea e sua luta para uma visibilidade na mídia.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS

A participação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) nas manifestações durante o período de greve dos servidores públicos estaduais e educadores (as) daquele Estado, contra a proposta do governo de alteração do regime previdenciário, demonstra a tentativa de organizar a mobilização coletiva, que inspirou a luta de milhares de trabalhadores.

A fim de discorrer a respeito do movimento grevista, o enfoque foi dado à discussão conceitual acerca de movimentos sociais e ações coletivas para, na sequência, abordar o movimento grevista e sindical. Em meio a uma diversidade de significações, e por vezes considerando a presença de ambiguidades na definição do termo “movimento social” – que no início do século XX referenciava a organização dos trabalhadores nos sindicatos (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 75) –, é necessário apresentar as imprecisões que com ele ocorrem.

Uma solidez teórica foi adquirida a partir da década de 1960 nas Ciências Sociais, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem o sujeito assume papel central nas ações dos movimentos sociais (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004), sendo estes considerados objeto da Sociologia.

Gadea e Scherer-Warren (2005, p. 42) ressaltam que Touraine na terceira fase de análises sobre a América Latina, quando ampliou suas reflexões, afirma que “o sujeito não é o indivíduo (no sentido liberal do termo), pois ‘ser sujeito’ significa ter a vontade de ser ator, isto é, atuar e modificar seu meio social mais do que ser determinado por ele”.

Esta colocação explicita que a formação de um movimento social não está relacionada a situações meramente objetivas, mas depende da reunião de atores movidos pela resolução de um conflito social por meio da participação (GADEA; SCHERER-WARREN, 2005).

No reforço ao pensamento da autora, Mendonça (2006, p. 118) ressalta ser preciso compreender que a reflexão sobre os movimentos sociais deve incorporar que tais formas de organização propõem a redefinição de leis, “padrões de comportamento, quadros de interpretação e hábitos culturais. Tais movimentos reivindicam, sobretudo através de práticas discursivas, uma reestruturação da realidade no tocante a um determinado tema”.

Goss e Prudêncio (2004, p. 80) enfatizam essa atuação compartilhada e em redes contra a forma de dominação social: “(...) os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais”.



A busca por mudança é característica do movimento social, que se une aos outros por meio de ações que têm como foco a transformação do contrato social e a busca por identidade coletiva. Nesse sentido, cabe estabelecer a conceituação de Gohn (2012a, p. 251): “Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”.

Segundo a autora, suas ações são estruturadas conforme repertórios criados sobre temas e problemas vivenciados pelo grupo na sociedade, desenvolvendo um processo social e político-cultural no qual se cria uma identidade coletiva para o movimento. “Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados” (GOHN, 2012a, p. 251).

Além do princípio da identidade – compreendida aqui como um campo de tensões e inserida no processo de reconhecimento da institucionalidade da ação coletiva –, Touraine atribui outras duas qualificações ao movimento social: oposição e totalidade (MOURIAUX; BEROUD, 2005, p.165).

Contestar a lógica da ordem é pressuposto da existência de um movimento social, no qual é integrado pelo sujeito ou o indivíduo como ator. Esses movimentos são marcados pela pluralidade e tensões internas e não por uma pré-definição, como afirma Mendonça (2006, p. 119): “É na troca intersubjetiva com o próprio coletivo, com outros grupos e indivíduos que eles se constroem, tecem a identidade coletiva e elaboram ‘realidades possíveis’”.

Por meio do diálogo e da interação, as contestações são parte do sistema de forças sociais que disputam uma direção, segundo Touraine.

(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (TOURAINÉ, 1998, p. 262 apud GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 80).

O surgimento desse fenômeno – movimentos sociais – ocorreu instigado pela pressão por mudanças sociais, pois com o avanço do capitalismo houve o desequilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e a situação de miséria de milhões de pessoas, “as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade

humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina (...)” (GOHN, 1988, apud GOHN, 2012b, p. 20).

Assim, o conceito de movimento social refere-se à participação social que

demanda do Estado a efetivação dos direitos sociais, políticos e civis. Empiricamente, é visível no conjunto de manifestações coletivas organizadas, com duração de tempo significativo, um determinado Estado, ou mesmo ações coletivas de caráter global, a exemplo do Fórum Social Mundial (SOUZA, 2008, p. 9).

O Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em três edições consecutivas no Brasil: em 2001, 2002 e 2003, elucida uma das perspectivas para a atuação de movimentos sociais. Porto Alegre sediou o diálogo de uma diversidade de movimentos, ONGs e sujeitos empenhados à transformação da sociedade. Além da pluralidade de temas abordados, Scherer-Warren e Luchmann (2004, p. 21) ressaltam “o crescente entendimento (do primeiro ao terceiro FSM), de que o respeito ao pluralismo das ideias da sociedade civil organizada constituiu-se como princípio fundamental”.

A coletividade, então, torna-se o cenário onde são construídas as vontades, se configurando como o campo “por excelência de ações culturais pluralistas. Ainda que os sujeitos destas ações tenham objetivos comuns e reivindicações iguais, os fins pelos quais aquelas ações se organizam devem contemplar a diversidade e a diferença” (GOHN, 2012b, p. 116).

A fim de atrair a visibilidade da mídia para pressionar o poder público na reivindicação de direitos, ou até mesmo a luta por sua manutenção, os movimentos sociais realizam formas de mobilização social. Para Toro e Werneck (2004, p. 10), a mobilização social é entendida como a “convocação livre de vontades” para atuar num objetivo comum. É uma maneira “de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político”.

Gohn (2014) explica que o uso da categoria “mobilização social” se configurou como uma das novidades do novo milênio na América Latina, pois no século XX não havia recebido tratamento específico nos manuais e dicionários de sociologia. Ela afirma que na abordagem de vários analistas a categoria mobilização social tem sido substituída pela categoria movimento social, que também gera uma sigla MS. É o caso de José Bernardo Toro, um colombiano que desenvolveu o trabalho de organização de uma mobilização fundamentado na metodologia de mobilização social pela *Fundación Social da Colômbia*. No

Brasil foi aplicado desde o final de 1993 que gerou inspiração em ONGs e programas de reformas governamentais, principalmente da educação, como no Pacto de Minas pela Educação, em Minas Gerais, e posteriormente no Paraná, em Mato Grosso e no Ceará.

Segundo Gohn (2014, p. 66), a abordagem foi criticada “pela então oposição brasileira como uma abordagem neoliberal. No novo milênio, aquela oposição ascendeu ao poder do Estado central e aplicou a mesma abordagem como metodologia de trabalho na área social”. A perspectiva de Toro considera a mobilização social como estrutura de oportunidades para a ação coletiva. Por conseguinte, o surgimento do movimento social ocorre como resultado do processo de mobilização, sendo fruto da colaboração e ação, isto é, foi invertida a definição de um movimento social. Gohn (2014, p. 67) esclarece a abordagem de Toro: “Movimento é um resultado e não o foco inicial da ação coletiva. Os conflitos são vistos como naturais, inerentes ao ser humano e ao processo democrático”. Dessa forma, o ponto de partida não seriam as causas dos processos de exclusão, mas a partir da situação presente inicia-se o processo de mobilização e engajamento de pessoas.

Trata-se de um processo de mobilização de ações de civis, que uma vez inseridas num projeto coletivo passam a ser denominadas movimento social. (...) A dimensão do político é esquecida ou negada. E essa dimensão é o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena (GOHN, 2014, p. 69).

A abordagem de Toro, conforme aponta Gohn (2014), fundamenta as ações coletivas de milhares de ONGs e entidades do terceiro setor na América Latina. Não mais predominam no novo milênio as ações coletivas originadas por movimentos do campo, como o MST, ou movimentos indígenas. A metodologia de Toro privilegia a atuação dos cidadãos no cotidiano, por isso designa pessoas chamadas de produtores e reeditores sociais para desenvolver processos participativos, atuar em redes comunicativas, criar fóruns: “A identidade é criada de fora para dentro do grupo, por meio de incorporação em projetos e programas sociais que contemplam políticas de identidade, identidades estratégicas, voltadas para a realização de certos objetivos” (GOHN, 2014, p. 67).

De acordo com o dicionário organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino em 1986, conforme aponta Gohn (2014, p. 65), há dois tipos de mobilização: a política e a social. A primeira “indica um processo de ativação das pessoas, ou massas (...). Poderá ser feita tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil”.

Já a mobilização social envolve processos com o objetivo de mudar comportamento e adquirir novos valores. A adesão do outro é imprescindível para se concretizar a ação. “Nesta acepção, mobilização é uma categoria gêmea de participação” (GOHN, 2014, p. 65).

Atrelada à natureza social do ser humano, a participação não é apenas um mecanismo para a solução de problemas. De acordo com Bordenave (1983, p. 16), sua prática “envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros”. Pressupõe intervir ativamente nas decisões coletivas, por meio da tomada de decisões. Implica fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas, tomar parte revela um engajamento, por meio do qual se caracteriza uma participação ativa.

Ainda inserido na participação ativa, conforme Bordenave (1983), há processos de micro e macroparticipação que revelam a qualidade da intervenção das pessoas na sociedade. A microparticipação compreende a “associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos” (BORDENAVE, 1983, p. 24). Já a macroparticipação ou a participação social diz respeito às formas de intervenção em processos que envolvem a história da sociedade, ou seja, quando as pessoas têm parte na produção, gestão e “no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1983, p. 25).

Para Demo (2009, p. 18), a participação é um processo sem fim, uma conquista: “Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir”.

Nesse sentido, o projeto de cidadania<sup>5</sup> é integrado pela noção de formação, que considera a potencialidade do educando; a noção de participação, de autopromoção, de autodefinição; a noção de sujeito social; a noção de direitos e deveres fundamentais; a noção de democracia, “como forma de organização sócioeconômica e política mais capaz de garantir a participação como processo de conquista” (DEMO, 2009, p. 53); a noção de liberdade, igualdade, comunidade; a noção de acesso à informação e ao saber; a noção de acesso a

---

<sup>5</sup> Aqui é conceituada conforme Demo (2009, p. 70): “Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes na história. No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios, e traduzem a síntese de todos os direitos imagináveis que o homem possa ter”.

habilidades “capazes de potenciar a criatividade do trabalho, visto aqui como componente cultural, mais do que como simples elemento produtivo” (DEMO, 2009, p. 53).

Para o autor, a cidadania pressupõe o Estado de direito que teoriza a igualdade de todos perante a lei e reconhece que o indivíduo e a sociedade detêm direitos e deveres. A forma organizada da cidadania, por meio de processos de participação, permite a compreensão dela a partir dos interessados, dos desiguais e dos excluídos (DEMO, 2009).

A clareza e consciência sobre a existência de conflito de interesses e injustiças configura-se como cidadania fundamental, segundo Demo (2009), que leva ao descobrimento dos direitos, vislumbra estratégias de reação e atua na tentativa de mudança de rumo da história.

Enquanto exercício democrático, a participação gera aprendizado no processo de eleição, no estabelecimento de rodízio no poder, na exigência da prestação de contas, na abertura dos canais de acesso, e não apenas no comparecimento às eleições.

A população entra em cena como matéria de manipulação eleitoreira, é massacrada por assistencialismos gritantes e conduzida às urnas da forma mais tutelada possível. Geralmente não tem ideia crítica dos candidatos, dos partidos, dos programas, mesmo porque não existe condição educativa para tal elaboração (DEMO, 2009, p. 71).

Controlar o poder pela base é, conforme Demo (2009), o fenômeno básico da democracia. “A democracia visa a convivência crítica e criativa com o poder. Pode ser realista, porque exatamente parte do poder e de sua tendência à perpetuação e privilegiamento” (DEMO, 2009, p. 74). Uma das formas mais efetivas de controle do poder é por meio da rede de organização da sociedade civil, pela conscientização de sua cidadania.

Os meios de comunicação, em igual medida, contribuem para esse controle, “por intermédio da informação fidedigna e aberta, capaz de estigmatizar abusos de poder, formas de corrupção, privilégios burocráticos, etc.” (DEMO, 2009, p. 74-75). Outros canais de expressão, como sindicatos, professores universitários, partidos de oposição atuam nesse sentido.

Esse processo de vivência que leva à transformação social atribui, segundo Gohn (2008), sentido (orientação) e significado (definição/conceito) a um grupo ou movimento social, o que faz com que se desenvolva uma consciência crítica “desalienadora”.

Para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos do conteúdo das mensagens implícitas, determinar quem é o emissor e o receptor,

que universos simbólicos contêm, que valores defendem ou rejeitam (GOHN, 2008, p. 31).

A autora aponta que à medida que os significados são revelados, geram respostas tanto materializadas em discursos quanto em ações e, conseqüentemente, são criados processos identitários, individuais e coletivos. Assim, os indivíduos passam de atores sociais, como trabalhadores, membros de sindicato, movimento, partido, a serem sujeitos, pois reinterpretem o significado dos fatos e atribuem-lhes novos significados.

O caminho da participação é exercício de uma sociedade democrática. A luta em si para a participação social já abrange processos participatórios, segundo Bordenave (1983), como atividades que os grupos organizam para a defesa dos interesses coletivos ou maneiras de influir nos poderes públicos.

Num processo de mobilização, Toro e Werneck (2004, p. 29) enfatizam que a participação é simultaneamente um objetivo para ser atingido e um meio para realizar outros objetivos. “Ela precisa crescer em abrangência e profundidade ao longo do processo”. Por isso, afirmam a relevância em considerar a participação como um valor democrático, ou seja, integrante do modo de vida da democracia; considerar sua abrangência como valor democrático, o que significa construir com todos uma ordem social de convivência e produtividade nas áreas econômica, política, cultural e social; e considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social, pois participar gera aprendizado: “Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente; ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia” (TORO; WERNECK, 2004, p. 30).

Segundo a concepção de Toro e Werneck (2004), a sociedade civil constrói a chamada coisa pública, sendo que o Estado não detém o caráter público da gestão. Os conflitos de interesses que ocorrem na democracia podem ser superados por meio da “deliberação, da participação e da ‘negociação e consenso’ transparente para alcançar benefícios comuns que se expressam em forma de programas, leis e instituições que obrigam e servem a todos (o Público)” (TORO; WERNECK, 2004, p. 34). Portanto, na concepção desses autores, o interesse público deveria reunir todos para a ação coletiva.

No tópico a seguir será explorada uma contextualização sobre a pesquisa da temática dos movimentos sociais.

### 3.1 Histórico das pesquisas relacionadas aos movimentos sociais

A fim de pontuar os estudos acerca dos movimentos sociais será utilizada a sistematização de Gohn (2012a) na obra “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”.

Conforme a autora (2012a, p. 10), a pesquisa da temática dos movimentos sociais no Brasil se caracterizou por três pontos. O primeiro refere-se à produção empírico-descritiva, a qual conferiu dinamismo para as ciências sociais no país. O segundo ponto diz respeito à divisão dos estudos e pesquisas “nas áreas acadêmicas e a localização da maioria deles nos programas de pós-graduação no país. Assim, a antropologia estudou os movimentos indígenas; a política, a sociologia urbana e o planejamento urbano pesquisaram sobre os movimentos sociais populares; o direito e a arquitetura acompanharam as questões ligadas à terra e à moradia etc”.

O terceiro remete à aplicação teórica do paradigma europeu na análise da realidade brasileira, o que gerou incongruências no debate teórico, por um lado; e, por outro, silenciou o paradigma norte-americano e o debate com os europeus nos anos 1980. Gohn (2012a, p. 10) ressalta ainda a “ínfima importância dada neste debate à produção e à própria existência dos movimentos na América Latina e no chamado ‘Terceiro Mundo’”.

Até os anos 1960, os estudos se concentraram no movimento operário, especificamente as lutas sindicais. Os estudos que analisaram outros movimentos – que se assemelham aos atuais – referiam-se a distúrbios populares.

O panorama começou a mudar a partir dos anos 1960, quando os movimentos sociais se tornaram visíveis socialmente, pela concretude do fenômeno histórico. Seu estudo, então, se tornou objeto científico de análise. Foram desenvolvidas teorias das ações coletivas e uma nova teoria sobre a sociedade civil.

Nessa época, o Estado passou a ser criticado e deslegitimado. Até então ocupava a centralidade nas pesquisas dos cientistas sociais. Porém, “com a globalização perdeu sua importância como regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência” (GOHN, 2012a, p. 11).

No entanto, o crescimento de diversos movimentos sociais reforçou as lacunas que já existiam acerca do debate envolvendo a conceituação e outras questões da sua teorização. Isso se deve ao fato de os movimentos transitarem por espaços não consolidados das organizações da sociedade. E, na maioria das vezes, questionarem as estruturas, com a proposição de novas

formas de organização. “Citando ainda Melucci, ‘eles são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas tais como: o que é a ação social?’” (MELUCCI, 1994, p. 190, apud GOHN, 2012a, p. 12).

À medida que há mudanças na estrutura da sociedade, conseqüentemente, os movimentos sociais sofrem transformação. E para acompanhar essa constância de lutas e movimentos, surgiram paradigmas que, de acordo com o contexto e localização geográfica – América do Norte, Europa, e América Latina – atribuíram o conceito, as teorias (a quais manifestações sociais se referem) e metodologias utilizadas para a compreensão do fenômeno:

Os pesquisadores de cada um destes blocos adotaram posturas metodológicas para realizar as análises de suas realidades nacionais, locais ou regionais. Na Europa e na América do Norte estas posturas geraram teorias próprias. Na América Latina as posturas metodológicas foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais, como o caso a ser analisado da teoria europeia dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2012a, p. 13-14).

Gohn (2012a) ressalta que se configurando como uma área clássica de estudo da sociologia e da política, a temática dos movimentos sociais ocupa destaque nas ciências sociais. Adquiriu visibilidade nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o que não indica que data dessa época. Entretanto, Gohn frisa a série de alterações que o conceito tem tido historicamente.

Dos anos 1950 e parte dos anos 1960, os movimentos sociais eram estudados no contexto de conflitos e tensões, como geradores de revoluções. Sua classificação era feita de forma dualista: religiosos-seculares, reformistas-revolucionários, violentos-pacíficos. “Movimentos sociais e revoluções eram termos sinônimos e sempre que se falava em movimento a categoria ‘trabalhador’ era destacada” (GOHN, 2012a, p. 332).

Já no paradigma da teoria marxista, até os anos 1950, a conceituação era associada à luta de classes, dependente do conceito de classe – central na análise. Sua determinação envolvia períodos históricos longos, como as guerras e movimentos nacionalistas.

O paradigma compreendia a classe trabalhadora como sujeito dos processos de mudança e transformação social. Desta forma, a maioria das pesquisas utilizava o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos como objeto (GOHN, 2012a).

O destaque para o lado positivo dos movimentos sociais, enquanto “construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais” (GOHN, 2012a, p. 333), foi dado pelo paradigma norte-americano. Nesse período ocorreu uma revisão crítica da teoria



funcionalista, quando se originou a teoria da Mobilização de Recursos. As análises das mobilizações seguiam uma ótica econômica por meio da qual a organização, interesses, recursos, oportunidades e estratégias eram tidos como fatores objetivos.

Segundo a revisão teórica de Gohn (2012a, p. 334), na Europa, a partir dos anos 1960, a onda dos chamados novos movimentos sociais, “de estudantes, mulheres, pela paz, ecologia, meio ambiente, antinucleares etc., deu origem ao que Offe designou como um novo paradigma da ação social e foi responsável pelo surgimento de abordagens que elegeram os movimentos sociais como tema central de investigação”. As teorias neomarxista e dos Novos Movimentos Sociais integraram essas abordagens. Na primeira eram representantes as pesquisas de Castells e Borja na Espanha; Hobsbawn e Thompson na Inglaterra. Já na abordagem dos Novos Movimentos Sociais destacavam-se Touraine, na França; Melucci na Itália; Offe na Alemanha; Scott na Inglaterra; Cohen nos Estados Unidos.

Uma nova fonte de estudos sobre os movimentos sociais surgiu no final da década de 1970 e durante os anos 1980: a dos países do Terceiro Mundo. O mote da maioria se centrou mais na descrição histórica do que no tratamento conceitual. “Apresentando em cena novos atores (Sader, 1988), novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda para gerar ações coletivas” (GOHN, 2012a, p. 335).

Na década de 1980 foi revisto o paradigma da Mobilização de Recursos e a discussão com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais. Outras problemáticas passaram a direcionar as lutas sociais devido às alterações no panorama mundial das manifestações dos movimentos sociais.

As lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África, e o próprio movimento operário, foram deixando de ser estruturados conforme os antagonismos entre as classes sociais, de acordo com Gohn (2012a, p. 335):

O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos de 1960, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas conjuntamente com a construção da problemática do gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares; assim como pela constituição do movimento dos ‘pobladores’ ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha (GOHN, 2012a, p. 335).

Já nos anos 1990, houve alteração tanto nas manifestações como na produção teórica sobre os movimentos sociais. Surgia a preocupação em se analisar as Organizações Não

governamentais (ONGs), as quais muitas vezes foram tratadas como sinônimas dos movimentos sociais. A temática se ampliou e “passou a enfatizar outras dimensões das ações coletivas como ‘os protestos sociais’” (GOHN, 2012a, p. 337).

O crescimento dos trabalhos referentes à temática ocorreu na produção norte-americana. A europeia cresceu em menor proporção. Mas na América Latina, especificamente no Brasil, houve queda na quantidade de pesquisas, por conta das “mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização” (GOHN, 2012a, p. 338). Surgiu um novo ciclo de movimentos e lutas focados nas formas de exclusão social e não tanto na questão dos direitos.

Os excluídos, então, se tornaram a nova referência nas análises sobre os movimentos sociais, pois foram marginalizados pela sociedade devido à nova estruturação do mercado de trabalho.

A autora (2012a, p. 340) afirma que as massas voltaram a fazer parte do cenário político internacional a fim de atuarem na manifestação de vontades. Tornou-se corriqueiro a grupos organizados marcharem e fazerem concentrações nas capitais.

Sair às ruas para comemorar a vitória de um time de jogadores também se tornou usual. E as massas são mobilizadas a partir dos movimentos ou não. (...) A população que participa da concentração final que culmina na marcha é muito superior às bases militantes dos movimentos (GOHN, 2012a, p. 341).

Gohn (2012a, p. 341), reforça que a consequência disso foi a reflexão por parte de analistas e militantes quanto ao real poder de transformação social dos movimentos sociais: “O universo dos movimentos sociais se amplia e se restringe ao mesmo tempo. Ampliam-se as formas e restringem-se as esperanças quanto a suas potencialidades transformadoras”.

Conforme aponta, discorrer a respeito de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais, nesse sentido, se distancia de uma real colocação, pois se trata de um paradigma divergente de lutas e movimentos sociais em comparação aos movimentos europeus, norte-americanos e canadenses. O desenvolvimento dos estudos nos países latinos ficava a cargo de universidades e alguns institutos de pesquisa ou ONGs.

Mesmo com as diferenças, foram utilizados na América Latina os modelos teóricos provenientes da Europa e Estados Unidos. A teoria da modernização – anos 1950 a 1960 – tecia comparações entre processos históricos dos países de industrialização avançada e a América Latina. Entre outros problemas, apresentou diagnósticos equivocados. As teorias, produzidas pela Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina (CEPAL)

costumavam estar fundadas no paradigma dualista: “uma face moderna e outra atrasada” (GOHN, 2012a, p. 212).

Para a realidade latino-americana, a contribuição residia na ênfase à “participação social dos indivíduos (vistos isoladamente), como parte do processo de integração social” (GOHN, 2012a, p. 212). Destacaram-se os trabalhos de Germani, Solari e Lipset, cuja centralidade era as elites e os processos de desenvolvimento.

Já a teoria da dependência produzida por Cardoso e Falleto trouxe à luz a importância das especificidades da América Latina. No entanto, foi disseminada no contexto de militarização nos países latinos. Apesar disso gerou releituras e tornou possível uma análise crítica das correntes da teoria da marginalidade, conforme Kowarick. Segundo Gohn (2012a, p. 214), a marginalidade passou a ser analisada

a partir de então não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à acumulação, num processo de superexploração da força de trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão de obra desqualificada, oriunda do campo – dado o processo de desagregação das relações socioeconômicas neste setor.

As lutas sociais geralmente aconteciam ao redor de sindicatos, que detinham o poder de serem interlocutores entre os trabalhadores, os empresários e o Estado. Nesse contexto de repressão, surgiram movimentos de resistência à exploração da força de trabalho e, posteriormente, a favor da redemocratização do país.

Na América Latina houve o predomínio dos estudos dos movimentos populares, baseados teoricamente nos desenvolvidos na Europa, como os de Castells. E forneceu os elementos teóricos para a formação da nova geração de pesquisadores (GOHN, 2012a, p. 215). A aproximação com as teorias europeias ocorreu por serem mais críticas e também articuladas a pressupostos ideológicos da nova esquerda, adotados por forças políticas que se expressavam por meio de movimentos sociais no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Foram ignoradas as teorias norte-americanas por serem estigmatizadas como “funcionalistas”.

Inicialmente o paradigma marxista era utilizado na produção teórica europeia e predominou nas universidades na década de 1970. Ao longo dos anos 1980, a abordagem dos Novos Movimentos Sociais passou a ocupar seu lugar.

Na década de 1970, conforme explica Gohn (2012a, p. 218), ocorreu um diálogo entre a produção norte-americana e europeia. Porém, o Brasil, que se destacava na América Latina nos estudos sobre os movimentos sociais, não abordou o debate – que gerou um

enriquecimento da reflexão teórica. Com a queda das teorias marxistas nos anos 1980, o crescimento dos Novos Movimentos Sociais no mesmo período e a posterior estagnação deste último na década de 1990, “levou uma certa ‘orfandade teórica’ aos analistas latino-americanos nos anos 1990, por estarem presos ao referencial europeu” (GOHN, 2012a, p. 218).

A autora (2012a) destaca que na América Latina os movimentos surgiram de forma diferenciada em termos de localização geográfica. Em países mais industrializados, sua existência iniciava nos grandes centros, vinculados a sindicatos, igreja e partidos de oposição ao sistema político. Depois migravam para outras regiões. Já em países de estrutura econômica mais agrária, surgiam em vilarejos. Os repertórios eram variados como questões étnicas, suprimento de gêneros e serviços sociais, terra, moradia, educação e questões de gênero.

O maior número de movimentos nas últimas três décadas esteve concentrado no Brasil. Segundo Gohn (2012a), isso se deve a extensão territorial, população – se comparado aos outros países latino-americanos – e desenvolvimento industrial.

Com a globalização nos anos 1990 houve alteração no processo de trabalho, ofuscamento das fronteiras entre as nações, queda da economia formal e crescimento da economia informal, queda do poder dos sindicatos, entre outras consequências detalhadas por Gohn (2012a, p. 298):

As relações de trabalho deixam de ser o principal foco da luta dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho dentro de uma categoria. O tempo se altera em função dos novos meios de comunicação. A mídia, principalmente a TV e os jornais da grande imprensa, passa a ser um grande agente de pressão social, uma espécie de quarto poder, que funciona como termômetro do poder de pressão dos grupos que têm acesso àqueles meios (GOHN, 2012a, p. 298).

Os sindicatos dos trabalhadores e movimentos sociais populares perderam força devido a não interlocução com organizações institucionalizadas, exigência das políticas integradoras. A exclusão passou a ser legitimada como forma de integração nesse padrão de desenvolvimento: “Passa a ser exclusão integradora, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico com a redefinição dos atores sociopolíticos em cena” (GOHN, 2012a, p. 299).

As ONGs e outras entidades do Terceiro Setor ganharam importância por meio do estabelecimento de parceria com o poder público. A conjuntura de crise econômica gerou diminuição dos empregos na economia formal, crescimento do número de pessoas sem-teto e

das estatísticas sobre a fome, do aumento da violência, fragmentação da produção semiartesanal, pulverização das atividades produtivas e relações sociais em geral (GOHN, 2012a).

As problemáticas do cenário internacional, como pontua a autora, influenciam nas formas de gestão do sistema socioeconômico, tanto do nosso país como internacionalmente. O mercado passa a ter centralidade em detrimento do Estado. Há ainda a economia da ilegalidade (tráfico de drogas e armas) “que criou uma rede paralela de recursos econômicos, não controlados pela sociedade nem pelo Estado, além de um poder político paralelo, que atua na clandestinidade, baseado na violência e na corrupção” (GOHN, 2012a, p. 301).

A era da globalização gerou um sistema excludente, que à medida que moderniza algumas regiões do país, utiliza mão de obra de reserva de trabalhadores pobres e analfabetos que se deslocaram do campo para as cidades. O sistema produtivo mundial criado é fragmentado, competitivo, porém produtor de mais miséria e desemprego.

No entanto, o que tornou central nos planos e propostas do governo a questão da “miséria dos indigentes”, de acordo com Gohn (2012a, p. 302) não foram somente os fatores macroestruturais, mas se deveu à organização dos grupos e movimentos sociais, que propiciaram a formação de redes de relações por meio das ações coletivas. Ou seja, devido às pressões da sociedade civil, o Estado passou a incorporar os problemas relacionados à miséria em seus discursos, “transferindo grande parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada” (GOHN, 2012a, p. 302).

Em suma, o contexto brasileiro da década de 1990 apresentou “um conjunto enorme de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar com a sociedade civil” (GOHN, 2012a, p. 303). Nas décadas de 1970 e 1980, a constituição dos novos espaços foi efetuada por movimentos sociais, que incluem os populares. E nos anos 1990 por ONGs. Tanto estas quanto aqueles desempenham papéis que as estruturas formais não têm conseguido exercer.

Advindo dos movimentos sociais populares do campo, os sem-terra começaram a ganhar força. De 1994 a 1997 houve a ampliação da atuação do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – criado em 1979 em Santa Catarina – com a elaboração do projeto de reforma agrária. “O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades, e diminuir aquela violência” (GOHN, 2012a, p. 307).

O que a autora atribui à crise dos movimentos, principalmente os populares, na década de 1990 se refere à queda de visibilidade dos mesmos se comparada aos anos 1980. “(...) não significa o desaparecimento deles, e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes, mas sim uma rearticulação, interna e externa, de seu papel na sociedade” (GOHN, 2012b, p. 119).

Registraram-se tensões entre as lideranças dos movimentos urbanos no que se refere à participação em programas do governo, em conselhos criados pelo poder público, institucionalização. Assim a dinâmica dos movimentos sofreu alteração, o que passou a exigir a atuação articulada em redes.

### 3.2 Movimentos sociais contemporâneos

A articulação/mobilização em redes assumiu nova proposição para os movimentos sociais no novo milênio, “cabendo à pesquisa social distinguir aquele significado do sentido analítico de rede social” (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 22).

Têm como principais características a organização em rede, apresentando um novo modelo de liderança, processos de organização interna, estratégias de atuação, uso de dispositivos midiáticos e plataformas digitais. “Essa concepção de liderança descentralizada a partir da construção compartilhada de significados e o uso de meios de comunicação alternativos” (SEGURADO; BACHINI; ARAÚJO, 2015, p. 11).

Castells (2013) lista as características dos movimentos sociais contemporâneos: são conectados em rede de múltiplas formas (*online e offline*); sua estrutura é descentralizada, ou seja, não há liderança formal. “Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral” (CASTELLS, 2013, p. 129).

Outra característica se refere à ocupação do espaço urbano, a qual o torna um movimento.

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos da internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos (CASTELLS, 2013, p. 129).

Ainda segundo Castells (2013, p. 130), os movimentos são locais e globais ao mesmo tempo, ao iniciar suas redes e realizar a ocupação do espaço urbano. São globais ao efetuarem a conexão com o mundo, a qual pode estimulá-los no envolvimento de sua própria mobilização, além de manter um “debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais”.

Outro atributo apontado pelo autor diz respeito ao fato de serem desencadeados por “uma centelha de indignação, seja relacionada a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes” (CASTELLS, 2013, p. 131).

Os movimentos também são virais, não apenas devido à transmissão das mensagens e imagens da mobilização, mas também por inspirar a possibilidade de mudança. “*A passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia. As tomadas de decisão em geral ocorrem em assembleias e em comitês por elas designados*” (CASTELLS, 2013, p. 131, grifo do autor). Essas redes horizontais geram companheirismo, cooperação e solidariedade entre as pessoas.

De acordo com Castells (2013), a violência com que um movimento social é defrontado na prática torna-se um dos mais relevantes temas de debate.

Já que o objetivo de todos os movimentos é manifestar-se em nome da sociedade como um todo, é fundamental eles sustentarem sua legitimidade pela justaposição de seu caráter pacífico à violência do sistema. De fato, em todos os casos, as imagens da violência policial ampliaram a simpatia dos cidadãos pelo movimento, assim como o reativaram (CASTELLS, 2013, p. 132).

Foi o caso das manifestações de apoio da sociedade frente à repressão dos que se manifestavam nos arredores da Assembleia Legislativa em Curitiba, Paraná, no segundo momento da greve dos servidores estaduais.

Outra característica dos movimentos sociais, citada por Castells (2013), é a multiplicidade de demandas, o que faz com que raramente sejam programáticos.

Para a área de conhecimento dos movimentos sociais, a nova forma de organização se estabelece como uma problemática, pois sugere expressivas alterações “na dinâmica dos processos de participação política, na medida em que complexifica (ou ‘desorganiza’) as relações imediatas e diretas entre representantes/representados” (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 25).

Segundo Scherer-Warren e Lüchmann (2004, p. 23), devido a essa abordagem se configurar como uma nova ferramenta teórica e/ou metodológica na compreensão dos atores coletivos contemporâneos deve ser tratada por meio de vários referenciais teóricos.

De acordo com Scherer-Warren (2011, p. 25), os anos 1990 instauraram outras formas de análise dos movimentos sociais, as quais devem considerar o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas organizações da sociedade civil.

Resta verificar em maiores detalhes, tanto nos meios de comunicação de massa como na imprensa alternativa, os espaços de massificação, de uniformização, de consolidação de ideologias dominantes *versus* espaços de contestação das formas de dominação ou discriminação, de difusão de propostas alternativas de vida social, de novos valores universalizáveis de acordo com os interesses dos novos atores coletivos mencionados, bem como o espaço para a formação e comunicação das redes de movimentos (SCHERER-WARREN, 2011, p. 25).

A utilização das TICs contribui para certa independência dos movimentos sociais com relação à cobertura noticiosa da grande mídia. Há o incentivo a formas de participação política, o que permite que “o universo informacional e as movimentações mundiais passaram a ser acessíveis aos usuários contribuindo para o processo de envolvimento político e quebrando o monopólio da informação dos meios de comunicações tradicionais” (SEGURADO; BACHINI; ARAÚJO, 2015, p. 19).

As alterações no formato das mobilizações e na forma de atuação dos sujeitos protagonistas de ações coletivas resultam da ampliação das fronteiras dos conflitos gerados pela globalização. Gohn (2010, p. 25) enumera a difusão do uso das tecnologias e expansão dos meios de comunicação, bem como o alargamento das problemáticas que geram demandas aos movimentos, pois não mais estão circunscritas apenas ao trabalho e condições de moradia ou justiça, mas as questões básicas relacionadas à infraestrutura, tais como a água e energia provocam conflitos entre a população, principalmente ribeirinhos ou indígenas.

Conforme a autora (GOHN, 2010, p. 32), o termo rede social passa a ter na atualidade um papel mais importante que o próprio movimento social. Considerá-la se faz relevante na análise das relações sociais de uma comunidade pelo fato de permitir a tradução da diversidade sociocultural e política.

Gohn contextualiza o surgimento do termo nas ciências exatas, que o utiliza há muito tempo na física. Nas ciências humanas e biológicas o termo data de 1920, considerada na análise dos ciclos de vida. Na administração são analisadas no ambiente institucional. Já nas ciências sociais, o uso de redes sociais, apesar de antigo, “foi revigorado nos últimos tempos



como instrumento de análise e articulação de políticas sociais” (GOHN, 2010, p. 33), a exemplo de estudos, entre outros pesquisadores, de Scherer-Warren, segundo a qual as redes oferecem uma possibilidade de retratar a sociedade civil por meio da captação de diversidades.

Castells, citado pela autora, inscreveu o conceito de rede como ferramenta metodológica contemporânea, pois trata a sociedade globalizada como uma rede e as estruturas sociais, resultados da construção em redes, como sistemas dinâmicos.

Há muitos estudos sobre a ideia de rede. “(...) ela caracteriza-se por ‘articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendam vários níveis organizacionais’ (SCHERER-WARREN, 2009, p. 515). Estes níveis vão dos agrupamentos de base às lutas políticas mais amplas, transnacionais” (GOHN, 2010, p. 35).

Conforme afirma Scherer-Warren (2011, p. 122), a atuação das redes de movimentos vai além do nível simbólico. Por um lado, visa transformar a opinião pública e por outro pretende ser fonte de pressão nos campos cultural e político.

As redes de comunicação assumem importância para fundamentar a esfera pública alternativa, além do fato de construir as bases dos movimentos sociais. Segundo Moraes (2010b, p. 210) um dos caminhos para a mundialização das lutas sociais é a expansão de redes que façam a ligação de visões de mundo e “dêem ressonância a campanhas em prol da democratização da esfera pública”. O conceito de rede, segundo o autor, iria diluir a hierarquização do poder entre os participantes e instituir relações mais horizontalizadas.

### **3.3 Movimentos sociais e comunicação**

A atuação dos movimentos sociais ocorre em diversas esferas, inclusive na mídia. Novos saberes são construídos pelas classes subalternas por meio da utilização de rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres e instalações artísticas. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública.

A comunicação é um ponto importante para os movimentos sociais do século XXI. Castells (2013, p. 162) lembra que a comunicação “em ampla escala” passou por transformações profundas, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto organizacional nos últimos anos. As novas tecnologias propiciam o surgimento de um fenômeno de

“autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio”.

Essas tecnologias permitem que os movimentos sociais tenham a oportunidade de fazer a sua própria mídia, já que a mídia comercial, assim como os governos e outras instituições, também são objeto de desconfiança desses movimentos. A possibilidade da tecnologia sem fio, as facilidades criadas pelas redes sociais, possibilitaram não só a produção de conteúdos próprios, mas também de distribuição desses conteúdos pelos cidadãos envolvidos nas mobilizações, dispensando o papel da imprensa e da mídia como mediadores do diálogo com a sociedade.

Pelo fato de uma ação repressiva ter sido imputada a fim de se impor determinado ponto de vista, foi utilizada a perspectiva de John Thompson (1998). Segundo ele, o poder simbólico é materializado na sociedade e se forma via comunicação, sendo o grande fator de transformação social. Para Thompson a realidade social é constituída pelos sentidos formados pela sociedade, motivo pelo qual nessa construção se opera uma luta intensa para tornar hegemônica determinada versão em prejuízo das outras. Thompson destaca que, por meio de relações de poder, a dominação confere poder a um determinado grupo que nem sempre representa a vontade da maioria.

A dinâmica social, nessa perspectiva, não é movimentada pela questão material apenas, há outros componentes como a capacidade de mobilização que também estão em jogo. Para Thompson (1998), como os fenômenos culturais envolvem relações de poder, são construídas diferentes interpretações sobre eles dependendo da posição do ator social na estrutura da sociedade.

A checagem da existência ou não de uma contextualização do movimento de greve, foco de atenção nesta pesquisa, nos veículos jornalísticos *Brasil de Fato* e *Folha de S. Paulo* revelaria a preocupação dos mesmos em apontar as causas, soluções e consequências. Ou se focaliza, apenas, versões e interpretações do fato para justificar o ponto de vista/linha editorial do jornal – por exemplo, o da criminalização do movimento, que desconsidera a repressão perpetrada aos servidores públicos e estudantes que compunham a manifestação no Centro Cívico. Buscou-se assim considerar as contradições e complexidades da dinâmica social que envolveu a manifestação em Curitiba (PR).

Thompson (1998) afirma que a sociedade não é uniforme, aceita que existe luta de classe (não no sentido clássico, mas sim num embate sociocultural). Assim, se verifica que a sociedade é plural e palco de debates entre os diversos componentes que vivenciam seu cotidiano. Nesse sentido, cabe citar a imprensa alternativa, pois seria o meio possível para

levar conhecimento contra-hegemônico à população, tendo em vista o processo de comunicação surgido de grupos populares – portanto, considera a participação dos indivíduos, explicita a postura ideológica e possui caráter de mobilização.

No item seguinte será abordado o histórico de surgimento e atuação do movimento sindical no Brasil, um tipo de movimento social por vezes deslegitimado pela grande mídia.

### **3.4 Movimento sindical**

Entre os tipos de movimentos sociais estabelecidos por Gohn (2012a), o movimento sindical integra a primeira categoria, que diz respeito aos movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou obriga seus mandatários. A autora parte da premissa de que a inserção de todo movimento social na sociedade se dá a partir de instituições como igreja, partido, sindicato. “As instituições sociais possuem ideologias específicas que orientam a forma e o próprio conteúdo das demandas. Elas são as matrizes dos discursos e das práticas dos movimentos” (GOHN, 2012a, p. 269). Nessa categoria situam-se os movimentos religiosos, político-partidários, sindicais, de corporações de estudantes, professores, funcionários.

Para situar o surgimento e desenvolvimento do movimento sindical no Brasil aborda-se o contexto econômico e social do país. Com desenvolvimento tardio se comparado às potências capitalistas, a economia brasileira na passagem do século XIX ao XX era predominantemente agrícola. Em 1858, posicionados contra as injustiças patronais e reivindicando melhores salários, os tipógrafos do Rio de Janeiro realizaram a primeira greve no Brasil.

O início do século XX ainda foi marcado pela exploração do trabalho de mulheres e crianças, má remuneração e redução salarial como forma de punição. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia (SINTET-UFU), os imigrantes, iludidos com juramentos nunca cumpridos, “trouxeram experiências de luta muito avançadas do que as que existiam no Brasil, e é a partir deles que se organizou o anarquismo, que foi a posição hegemônica no movimento operário brasileiro no período de nascimento e consolidação da indústria” (SINTET-UFU, 2017).

Havia três correntes ideológicas, o socialismo reformista, o trabalhismo e o anarquismo. A dos socialistas realizou a fundação do primeiro partido operário em 1890. Em

abril de 1906, o 1º Congresso Operário Brasileiro foi realizado no Rio de Janeiro, junto a diversos sindicatos, federações e uniões operárias do eixo Rio - São Paulo. Surgia, assim, a primeira entidade operária nacional: Confederação Operária Brasileira (COB).

A reação patronal e do governo ocasionou a expulsão de 132 sindicalistas do Brasil. Houve queda dos salários dos operários devido à crise de produção ocorrida pela 1ª Guerra Mundial, o que gerou onda de greves entre 1917 e 1920: “A greve de 1917 paralisou São Paulo e chegou a envolver 45 mil pessoas. O governo convocou as tropas do interior e 7 mil milicianos ocuparam a cidade. O ministro da Marinha enviou dois navios de guerra para o porto de Santos. A repressão era total sobre os trabalhadores” (SINTET-UFU, 2017).

Na “Revolução de 1930”, Getúlio Vargas consolidou um Estado Nacional que permeava todas as relações da sociedade. Isso afetou diretamente a estrutura do movimento sindical.

Porém, com a industrialização do Brasil a partir da década de 1930, a classe operária passou a ser mais relevante. A estrutura sindical tornou-se corporativista, pois possuía vínculo com o Estado (inspirada no Fascismo italiano). Segundo Fernandes (1994, p. 103), lideranças populistas obtiveram apoio popular com o adiantamento de medidas de proteção social e integração dos sindicatos nos aparelhos de suporte do Estado. “Se estes perdiam, assim, grande parte da sua autonomia, ganhavam por outro lado acesso às instâncias máximas de poder. As negociações do trabalho com o capital podia então ser processadas sob a égide de um árbitro superior”.

Foi criado o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Foram fundados sindicatos oficiais e criado o imposto sindical durante a política populista de Vargas, o que estimulou o surgimento dos pelegos.

A palavra pelego, que originalmente significa a manta que se coloca entre o cavalo e a sela de montar, passou a ser utilizada para classificar os dirigentes sindicais que ficavam amortecendo os choques entre os patrões e o cavalo que, no caso, era a própria classe trabalhadora (SINTET-UFU, 2017).

A resistência de sindicatos obteve conquistas importantes como a jornada de oito horas e férias, entre outras. Também aumentavam as mobilizações de trabalhadores, as quais fundaram em 1934 a Aliança Nacional Libertadora.

De 1940 a 1953 há o registro de 1,5 milhão de trabalhadores nas indústrias, fazendo com que as greves se tornassem frequentes. “Em 1947, sob o governo do marechal Dutra, mais de 400 sindicatos sofreram intervenção” (SINTET-UFU, 2017). Neste ano surgia a APP-Sindicato.

Também tiveram início as mobilizações no campo e, aos poucos, foram surgindo os sindicatos rurais. Porém a valorização dos sindicatos na América Latina a partir dos avanços da industrialização teve seu fim nos anos 70. A entrada do desenvolvimentismo em colapso, “o sindicalismo não teve condições de resistir à ofensiva conservadora e autoritária dos anos 60/70” (LORENZETTI; FACCIO, 2000).

As lideranças sindicais mantiveram engajamento ativo na luta contra as ditaduras militares. Aproximadamente duas mil entidades sindicais do Brasil foram alvo de ocupações militares e intervenções. Eram utilizadas práticas de tortura, censura, assassinatos e privação da liberdade de expressão e manifestação política. “A desarticulação, repressão e controle do movimento foram acompanhados de uma nova política de arrocho de salários, da lei antigreve nº 4.330 e do fim do regime de estabilidade no emprego” (SINTET-UFU, 2017).

De acordo com Lorenzetti e Faccio (2000, p. 108), a política dos militares de desmonte do Estado, em contrapartida, reforçou o fechamento do mercado externo e a intervenção do Estado na economia.

Essa política gerou um forte crescimento industrial e uma urbanização acelerada, pelo crescimento da oferta de empregos, mas também pela mudança da política agrária – a expansão do capitalismo no campo. A ampliação, diversificação e modernização do parque industrial influíram significativamente sobre a consciência dos trabalhadores, gerando as bases do que a partir de 1978 se denominou o *novo sindicalismo brasileiro*.

Nesse contexto foi criada e consolidada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que possibilitou uma mobilização e “transformou as lideranças sindicais em importantes atores políticos do processo de transição democrática no ocorrido no início da década de 80 e que permitiu a expansão e fortalecimento do movimento sindical; até o princípio dos 90, quando passou a enfrentar o crescimento do desemprego e perdeu o fôlego anterior” (LORENZETTI; FACCIO; 2000, p. 108).

Surgiu também a mais expressiva liderança sindical brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva, que em 1969 participou pela primeira vez da diretoria de um sindicato sendo eleito como 2º suplente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 1972, na eleição seguinte, se tornou 1º secretário e, em 1975 se tornou presidente do sindicato.

Em agosto de 1984 foi realizado o 1º Congresso Nacional da CUT, em São Bernardo do Campo, quando participaram 5.260 delegados eleitos em assembleias, de todos os estados do país, que representavam 937 entidades sindicais (SINTET-UFU, 2017). Conforme Morales

(1999, p. 33), a partir de 1988, “com a nova Carta Constitucional, o movimento sindical brasileiro passou a desfrutar de uma maior liberdade”.

A nova proposta sindical fortaleceu o movimento e culminou com a eleição de Lula para presidência do país em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – criado em 1980 por sindicalistas, intelectuais e representantes do movimento popular, cuja proposta era representar a classe trabalhadora.

Devido às mudanças na economia e a desregulamentação dos processos de trabalho, os movimentos sindicais estavam perdendo a relevância nos primeiros anos do século XXI. No entanto, segundo Gohn (2010, p. 132), a crise econômico-financeira mundial a partir de 2008 reinseriu a atuação dos sindicatos na resistência às demissões em massa, na possibilidade de negociações de acordos e na organização de protestos: “A política voltou às ruas e às portas das fábricas”. Em 2009 havia seis organizações sindicais no Brasil, sendo a maior delas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com 1.632 entidades afiliadas.

No próximo capítulo será apresentada uma contextualização do movimento grevista dos professores e servidores públicos do Paraná, com a descrição das pautas de mobilização e a descrição das duas fases da greve.

#### **4 MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DO PARANÁ, A BATALHA/MASSACRE DO CENTRO CÍVICO**

Uma greve unificada da educação que durou mais de 100 dias no estado do Paraná em 2015 marcou a história do acontecimento e afetou milhares de pessoas em todo o estado. Trata-se de um episódio de relevância para a história dos movimentos sociais e sindicais. Não apenas por ter envolvido mais de 250 mil servidores públicos do Paraná, mas pela violência impetrada contra os manifestantes no dia 29 de abril de 2015, durante a segunda fase do movimento grevista.

A articulação do movimento grevista dos servidores do Paraná feita pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, APP-Sindicato, teve como principal característica a tentativa de organizar o movimento social. Destaca-se, também, a atuação de outros sindicatos que aderiram à paralisação: Assuel (Sindicato dos Técnico-administrativos da Universidade Estadual de Londrina), Sinteemar (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá), Sintespo (Sindicato dos Técnicos e Professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa), Sindiprol (Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá e Sinduepg (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa).

A fim de reconstruir as ações dos servidores nesse fato ocorrido em 2015, recorreu-se aqui a publicações de diversos veículos de comunicação. Houve a preocupação desta pesquisa em se compreender detalhadamente o contexto de reivindicações dos profissionais da educação.

Denominada de “Batalha/Massacre do Centro Cívico”, a repressão da Polícia Militar comandada pelo governador Carlos Alberto Richa, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), feriu mais de 200 pessoas que protestavam na Praça 19 de Dezembro, no centro de Curitiba.

A luta de reivindicações visou a manutenção de direitos trabalhistas, ameaçados pelo pacote de medidas – conhecido por “pacotão da maldade” – enviado à Assembleia Legislativa do Paraná no início do ano letivo sem ampla discussão, que previa cortes de benefícios do funcionalismo, dentre eles, alterações na previdência estadual, fundo de aposentadoria dos servidores do Paraná. As medidas permitiriam a apropriação de R\$8 bilhões do Fundo Previdenciário dos professores por parte do estado, pois o dinheiro seria utilizado para saldar as dívidas da gestão anterior do mesmo governador.

O primeiro passo foi dado em dezembro de 2014, dois meses após a reeleição de Beto Richa, quando foi enviado um conjunto de medidas denominado “tarifaço” no qual foi aplicada elevação das alíquotas de impostos estaduais, como o ICMS e IPVA, pois “(...) o Paraná fechou 2014 devendo R\$ 1,2 bilhão a fornecedores” (CARAZZAI, 2015, p. 01).

O pacote de medidas apresentado pelo governador Beto Richa que está sendo chamado de “tarifaço”, ou ainda de “pacote de maldades”, inclui uma série de custos extras que vão pesar no bolso dos trabalhadores. Entre eles está o aumento de 40% no IPVA, cobrança de ICMS em itens da cesta básica que estavam isentos, a taxação dos servidores aposentados e uma série de outras medidas. Estas ações administrativas aprovadas pelos deputados, inclusive, podem ser responsáveis por eventual aumento da inflação no Estado (CUT-PR, 2014, p. 01).

Enviados à Assembleia em 04 de fevereiro de 2015, os projetos tramitaram em regime de urgência. O não pagamento do terço de férias, o atraso no salário dos professores temporários, salas superlotadas, a possibilidade de demissão de servidores, a iminência da alteração da previdência dos servidores, entre outras medidas, motivaram os professores ao exercício do direito à greve em 09 de fevereiro de 2015.

“Os professores estavam posicionados majoritariamente contra o Projeto de Lei 252/2015, que previa o pagamento de aposentados e pensionistas com 73 anos ou mais com o dinheiro do fundo previdenciário dos servidores estaduais” (FERREIRA; SILVEIRA, 2016, p. 02).

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de seu presidente, Juliano Breda, divulgou nota na Assembleia Legislativa do Paraná, dia 10 de fevereiro, contra a tramitação sumária – ‘tratoração’ do “pacotaço de maldades” do governador Beto Richa (MORAIS, 2015):

A OAB, que em 2013 impediu na Justiça a criação do Caixa Único (CU) de Richa, afirma que o fundo previdenciário foi constituído para desonerar o Estado do encargo de pagamento de proventos e de pensões. “O desequilíbrio das finanças do Estado não pode ser equacionado com uma oneração excessiva à população e aos funcionários públicos”, diz um trecho da nota, que ainda roga para que os deputados estaduais “rejeitem o projeto de lei em exame” (MORAIS, 2015, p. 01).

A adesão que o movimento registrou, de acordo com levantamento da Paraná Pesquisas, encomendado pelo jornal Gazeta do Povo, foi de 90% dos paranaenses:

Os números mostram também apoio expressivo, de 80% das pessoas, sobre a ocupação da Assembleia Legislativa (Alep), ocorrida no dia 10 de fevereiro. O estudo indica ainda que 90% dos habitantes do estado ficaram sabendo da greve, tendo condições, inclusive, de citar parte dos motivos que levaram à paralisação (SENKOVSKI, 2015, p. 03).



Já no início da manhã de segunda-feira, 09 de fevereiro de 2015, professores da rede estadual de ensino se mobilizavam em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, localizada no bairro Centro Cívico, em Curitiba. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), aproximadamente cinco mil educadores participaram do protesto, bem como 2,1 mil colégios ficaram sem aula, havendo adesão de quase 100 mil funcionários.

De acordo com reportagem de Trisotto e Antonelli (2015, p. 04-05) da Gazeta do Povo, 300 grevistas foram liberados para entrar no plenário da Assembleia no começo da tarde: “Os professores pretendiam acompanhar a sessão que começou às 14 horas e que deu início ao trâmite do ‘pacotão’. No entanto, o acesso deles ainda foi lento e, por vezes, interrompido até perto das 16 horas, o que causou irritação”.

Por volta de 50 professores conseguiram entrar na Assembleia, além dos outros 80 educadores que já estavam no plenário a fim de terem acompanhado uma audiência pública que discutiria a previdência, mas que acabou sendo cancelada. “Durante a manhã, os portões da Casa foram fechados para impedir a entrada dos grevistas no local” (TRISOTTO; ANTONELLI, 2015, p. 05).

Para organizar a entrada dos manifestantes, o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, e o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano, se reuniram e ficou decidido que apenas uma galeria seria liberada.

Na manifestação da multidão de servidores e docentes, havia gritos de ordem: “‘Beto caloteiro’ era uma das favoritas. Do alto de um carro de som, um professor perguntava ‘quem quebrou o Paraná?’ e a resposta vinha em coro: ‘Richa!’. Outro bordão era ‘deputado amigo da educação, vota contra o pacotão’” (TRISOTTO; ANTONELLI, 2015).

Conforme reportagem do jornal Gazeta do Povo, os professores recebiam apoio de usuários de ônibus que passavam nas imediações da Casa de Leis. Os alunos do Colégio Estadual do Paraná (CEP), integrantes do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), servidores da saúde municipal (Sismuc), do poder judiciário estadual (Sindijus), dos engenheiros (Senge) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>6</sup> também apoiaram o movimento.

Durante o ato, houve distribuição de folheto pela APP-Sindicato.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/02/13/mst-se-solidariza-com-os-professores-e-servidores-publicos-em-greve-no-pr.html>, acesso em 20 de abril de 2017.

O folheto cita a dívida das escolas com fornecedores pela falta de repasse do fundo rotativo, diminuição drástica de funcionários, diminuição ou fechamento de turmas, diminuição do número de professores e não contratação de novos profissionais, fechamento de atividades complementares e contraturno, ameaça de fechamento de programas como Leite das Crianças e fornecimento de merenda, fim de programas de formação de professores e do plano de carreira da categoria e as dívidas com pagamento de rescisões contratuais, terço de férias e atrasos e cortes de salários (TRISOTTO; ANTONELLI, 2015, p. 06).

Na tarde do dia 10 de fevereiro, a Alep foi ocupada pelos manifestantes que acompanhavam a votação do pacote de medidas do governo do Paraná. O episódio ocorreu depois que os deputados aprovaram a admissibilidade da apreciação dos projetos em Comissão Geral, ou seja, sem haver pareceres prévios das comissões internas da Casa.

Favoráveis à Comissão Geral foram 34 deputados contra 19. Com a ocupação, o presidente da Alep, Ademar Traiano, suspendeu a sessão “(...) e os deputados saíram do plenário, refugiando-se em uma sala. Os manifestantes ocuparam o plenário. A transmissão da TV Sinal, emissora oficial da Assembleia, também foi interrompida” (LAÍNY, 2015, p. 02).

O sindicato da categoria (APP-Sindicato) prestou esclarecimento, em nota, quanto aos motivos da ocupação:

A ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná é fruto da indignação que tomou conta dos(as) servidores(as) que acompanhavam, do lado de fora, a votação no plenário. O governo, com a sua falta de diálogo, causou esta situação. A ocupação ocorreu logo após a votação, e aprovação, do requerimento que transformou a sessão em Comissão Geral. Enquanto a Polícia Militar acompanhou a movimentação de forma tranquila, mais uma vez, os seguranças da Alep foram além: agrediram muitas pessoas.

A direção da APP-Sindicato, que estava no local, a todo o momento pediu calma e instou repetidamente que nada fosse depredado. “Mas, infelizmente, tinha gente infiltrada, que não era da categoria, que começou um quebra-quebra”, informa o secretário de Comunicação da APP, Luiz Fernando Rodrigues. A direção continua no local monitorando, junto com os deputados que votaram contra o pacote, a movimentação da base governista (APP SINDICATO, 2015, p. 01).

Próximo das 15h do dia 11 de fevereiro ouviu-se do restaurante da Alep o estouro das bombas disparadas pela Polícia Militar devido à aproximação de centenas de servidores em direção aos policiais, que asseguravam a sequência dos trabalhos legislativos. No quinto andar do prédio administrativo da Casa ocorria uma sessão improvisada para votação dos projetos polêmicos. No entanto, “na iminência de uma tragédia, a sessão foi encerrada e o Executivo anunciou a retirada das duas propostas que levaram à paralisação de vários serviços públicos nos últimos dias” (GARCIA, 2015, p. 05).

Um texto assinado pelo diretor geral da Casa Civil e endereçado ao presidente da Assembleia Legislativa do Paraná solicitou que fossem retiradas as matérias em tramitação, a fim de garantir a integridade física dos deputados: “(...) foi uma forma de acalmar os servidores que gritavam ‘só com documento’, logo após serem informados de que a sessão havia sido encerrada e que o governo concordava em retirar as propostas. Com o papel em mãos, eles deixaram o pátio da Casa bradando ‘vitória, vitória’” (GARCIA, 2015, p. 05).

Desde as primeiras horas do dia, o clima de tensão estava presente devido à opção do governo pelo “tratado”. Os servidores cercaram o quarteirão da Alep para impedir a entrada dos deputados na sessão das 14h30. Porém, bastou uma manobra dos parlamentares para provocar a ira dos manifestantes:

Sem alternativa, 33 dos 54 parlamentares – entre eles Traiano e o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) – chegaram à Assembleia dentro de um ônibus da tropa de choque da Polícia Militar, na companhia do secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini. Policiais cortaram com alicate uma parte da grade que cerca o prédio e escoltaram os deputados até uma porta alternativa do térreo do prédio administrativo (GARCIA, 2015, p. 06).

Os servidores tentaram acesso ao pátio da Casa. E, em poucos minutos, centenas deles derrubaram dois portões e se aproximaram do cordão de isolamento feito pelos policiais. “O resultado foram balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta, que podia ser sentido de onde se realizava a sessão” (GARCIA, 2015).

Com o avanço dos manifestantes, o líder do governo, Romanelli, deixou os projetos em tramitação normal. Traiano fez a suspensão dos trabalhos e encerramento da sessão. Os deputados, que foram para o 2º andar, na sala da presidência, pediram ao Executivo a devolução das matérias. No início da noite os servidores deixaram a Assembleia.

O objetivo da sessão seria analisar a aprovação do regime de comissão geral, que acelera o processo legislativo, a fim de votar dois projetos de lei propostos pelo governador Beto Richa. “Os projetos incluem medidas de austeridade e a autorização de uso de R\$8 bilhões da poupança do Paraná Previdência pelo Executivo estadual” (GAZETA DO POVO, 2015a, p. 03).

No dia 12 de fevereiro, Beto Richa, por meio de nota publicada no site do governo do Paraná, condenou as manifestações e nomeou os servidores de baderneiros. Também comunicou, em torno das 16h, que iria retirar o projeto apelidado de “pacotaço”.

Depois da retirada de votação do projeto de Lei 252/2015, houve a desocupação do plenário pelos servidores por volta das 18h30. “Muitos permanecem acampados no centro Cívico, já que a greve dos servidores continua” (GAZETA DO POVO, 2015a, p. 04).

Durante os 29 dias que ocorreu a primeira fase do movimento grevista, os servidores e professores permaneceram acampados em frente à Alep. Em 04 de março o desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná, atendendo pedido de liminar do governo estadual, determinou o encerramento da greve sob pena de multa diária de R\$ 20 mil ao Sindicato dos educadores.

Porém, os funcionários e docentes das escolas estaduais do Paraná decidiram pela permanência da paralisação, conforme matéria da Revista Fórum “Marcha da educação reúne 20 mil no Paraná”, de 04 de março de 2015:

Cerca de 20 mil servidores lotaram o estádio do Paraná Clube, Vila Capanema, na manhã desta quarta-feira (4) e depois fizeram uma passeata até o Palácio Iguaçú, onde protestaram em frente à Assembleia Legislativa.

“Além de considerarmos insuficientes as respostas que o governo do Estado deu aos nossos itens de pauta, também consideramos as conversas que tivemos, com o conjunto de diretores de escolas, que nos apresentaram a incapacidade das escolas de receber os alunos neste momento”, afirma o presidente da APP, professor Hermes Leão (REVISTA FÓRUM, 2015).

A reportagem cita as categorias que também aderiram às paralisações: servidores da saúde, agentes penitenciários, trabalhadores do Detran (Departamento Estadual de Trânsito do Paraná), bombeiros e servidores de sete universidades estaduais.

Passados cinco dias, os professores decidiram suspender a greve devido à assinatura da “carta compromisso”, no dia 06 de março, na qual o governador definiu propostas para os itens de reivindicação. Em 12 de março as aulas foram retomadas no Estado.

#### **4.1 Segunda fase**

A segunda etapa da greve teve início em 27 de abril de 2015, pois, de acordo com o Sindicato dos educadores, não houve amplo debate por parte do governo estadual acerca do projeto que alteraria o fundo de previdência dos servidores. E este era um dos itens da carta de compromisso firmada pelo governo.

O governo do Estado solicitou a votação em caráter de urgência. Segundo o projeto, o regime de previdência social de mais de 34 mil aposentados com mais de 73 anos seria

alterado para o Fundo Previdenciário. Contra a votação da medida, professores universitários também iniciaram paralisações.

Conforme pedido do governo estadual, o desembargador Luiz Matheus de Lima estabeleceu multa diária no valor de R\$ 40 mil ao Sindicato dos educadores em caso de continuidade da greve. Além disso, uma multa de R\$500 por dia ao presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão Silva.

No dia 29 de abril, houve manobras dos deputados estaduais que impediram o acompanhamento dos servidores na sessão em que seria votado o projeto. Isso gerou revolta entre os manifestantes.

No protesto contra a aprovação do referido projeto – sobre o qual a categoria de servidores alegou que seria colocada em risco a sustentabilidade da Previdência estadual –, os professores acamparam no Centro Cívico da capital paranaense, onde se localiza a Assembleia Legislativa e a sede do governo.

Quando os deputados estaduais decidiram votar o projeto, em 29 de abril, foi montado um cerco no prédio da Assembleia Legislativa com aproximadamente 1.100 policiais militares. Jasper e Gadini (2015, p. 49-50) detalham o cenário:

Um verdadeiro aparelho de guerra – com cerca de 4,8 mil soldados de prontidão que cercavam os prédios públicos do centro administrativo da capital paranaense (ironicamente denominado de ‘centro cívico’), cães treinados, milhares de bombas de gás lacrimogênio, gás de pimenta e armas com balas de borracha, centenas de civis à paisana entre os professores, dispersos estrategicamente para incitar agressões, ameaças ou provocações, todos filmando os manifestantes, entre os milhares de armas e demais artifícios de luta disponibilizados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar e Secretaria de (in)segurança. A operação de “guerra” montada, portanto, em todos os momentos e cenas, ficou bem distante de qualquer insinuação de acidente! (JASPER; GADINI, 2015, p. 49-50).

De acordo com Jasper e Gadini (2015, p. 50), entre 14h45 e 17h10 do dia 29 de abril haviam sido registrados 392 feridos, “213 procuraram atendimento médico emergencial nos corredores do prédio da Prefeitura Municipal de Curitiba, porque não havia qualquer serviço público (diferente do que afirmou o Governo PR em nota oficial, no mesmo dia)”.

Ainda durante o bombardeio os deputados aprovaram as mudanças na ParanáPrevidência e, em menos de 24 horas após o protesto, o projeto de lei foi sancionado pelo governador Beto Richa. “Com a aprovação do projeto, o Estado deixa de injetar R\$ 142 milhões por mês na ParanaPrevidência, valor referente a 33 mil aposentadorias” (SILVEIRA, 2015, p. 02).

Transformada em lei, a proposta estabelece que os atuais servidores públicos arquem com a aposentadoria desses 33 mil, anteriormente sendo responsabilidade do Estado.

No dia 5 de maio de 2015, servidores e população realizaram um ato de repúdio em Curitiba referente ao episódio do dia 29, que reuniu aproximadamente 25 mil pessoas. Depois da manifestação, se instaurou um debate sobre a data-base, pois o governo estadual não havia garantido a reposição inflacionária de 2014 e 2015.

Representantes do Fórum Estadual dos Servidores (FES) se reuniram com a secretária de Administração e Previdência, Dinorah Nogara, para tratar sobre o assunto:

Servidores querem ao menos a correção inflacionária, de 8,17% (IPCA), mas o governo estadual não garante a aplicação do índice e pede mais uma semana para a pasta da Fazenda estudar possibilidades. À tarde, sob influência da indefinição em torno da data-base, os professores decidem em assembleia manter a greve (GAZETA DO POVO, 2015b, p. 02).

No dia seguinte, o secretário de educação Fernando Xavier Ferreira é exonerado do cargo, pois o sindicato dos educadores alegava impossibilidade de diálogo pelo fato de ele não ter experiência anterior com educação pública. Ana Seres Trento Comin assume a pasta. “Formada em matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) ela foi professora do estado por mais de 40 anos e ocupava o cargo de superintendente da secretaria de educação” (PAVAN, 2015, p. 01).

Em 08 de maio de 2015, o coronel César Kogut tece críticas ao então secretário de Segurança Pública do estado do Paraná, Fernando Francischini, e pede exoneração do comando da Polícia Militar. Francischini se demite na sequência.

Uma nova reunião, no dia 12 de maio de 2015, com o governo estadual sobre a data-base termina sem definições. Os servidores permanecem em defesa da greve. No entanto, o discurso do governo era de que a greve não apresentava motivo para que fosse retomada, pois afirmou que as discussões acerca da previdência haviam sido realizadas e alegou que a categoria havia mudado de pauta (referindo-se à data-base).

Após dois dias, em 14 de maio de 2015, é anunciado pelo governo o fim das negociações com os servidores e o envio de um projeto de lei ao Legislativo que previa um índice de reajuste de 5%, sendo o pagamento efetuado em duas parcelas, ainda sem datas definidas.

No entanto, de acordo com o jornal *Brasil de Fato*,

Na tarde de segunda-feira (18) o Governo do Estado suspendeu o envio do projeto de lei que propõe o reajuste de 5% em duas parcelas para os servidores públicos. O recuo pode ser visto como uma vitória da categoria, uma vez que o governador Beto Richa já havia declarado publicamente as negociações como encerradas (MENDES, 2015, p. 02).

No dia 19 o FES solicitou a retomada do diálogo com o governo, que agendou nova reunião com os representantes dos servidores no Palácio do Iguazu. Porém, durante a reunião, o índice de 5% foi mantido a fim de ser encaminhado ao Legislativo. Simultaneamente a sua realização, ocorria um protesto no Centro Cívico organizado pelo FES.

Em 25 de maio, a base aliada na Assembleia Legislativa do Paraná comunicou decisão oficial a respeito da votação do reajuste do funcionalismo, que aconteceria caso fosse de 8,17%.

Seguindo a cronologia dos embates entre governo e professores na greve de 2015, no dia 27,

Com base em duas propostas levadas pelos parlamentares, governo estadual propõe outro projeto de lei. O Executivo oferece um reajuste de 3,45% parcelado em três vezes, nos meses de setembro, outubro e novembro. Este índice foi calculado com base na inflação do período entre maio e dezembro de 2014. O texto também prevê a antecipação da data-base do funcionalismo, de 1.º de maio para 1.º de janeiro. Assim, no início de 2016, o governo estadual se compromete a fazer a revisão dos salários com base no IPCA entre janeiro e dezembro de 2015. A nova proposta, contudo, não agrada aos servidores, que resolvem não convocar assembleias para deliberar sobre o assunto (GAZETA DO POVO, 2015b, p. 02).

Na mesma data, a Defensoria Pública do Paraná entra com uma ação civil pública contra o governo estadual pelo ocorrido no dia 29 de abril. A indenização pedida é de R\$ 5 milhões referentes aos danos morais coletivos.

O governador Beto Richa, no dia 28, solicitou o bloqueio das contas bancárias da APP-Sindicato, quem organizou o segundo momento da greve dos educadores. A petição tenta assegurar o pagamento da multa diária de R\$1,24 milhão imposta pelo Tribunal de Justiça do Paraná referente aos dias parados. Houve uma tentativa de o governo impedir o repasse das mensalidades descontadas dos docentes filiados à APP.

Outra medida tomada no dia 28 de maio disse respeito à publicação de um link específico no “Portal da Transparência” com a divulgação dos salários dos professores. Porém, constavam valores distorcidos.

Em 1º de junho, os deputados estaduais apresentaram nova proposta de reajuste ao Executivo, com a previsão de aplicar 3,45% em outubro e de 4,56% em dezembro. Assim

manteve-se em maio a data-base do funcionalismo. O governador descartou o reajuste proposto por parlamentares e, conseqüentemente, se agravou a crise entre os aliados.

No dia 2, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná negou recursos à APP-Sindicato, havendo a manutenção da decisão que determinava o fim da greve. Há o surgimento de nova proposta de reajuste, afinada entre governo estadual e parlamentares, no dia 03 de junho.

A ideia agora é pagar 3,45% (referente à inflação de maio a dezembro de 2014) em uma única parcela, em outubro deste ano. A inflação de 2015 seria zerada em janeiro de 2016. As perdas inflacionárias de 2016 seriam pagas em janeiro de 2017 – quando os servidores também ganhariam um adicional de 1%. Além disso, a proposta prevê a reposição da inflação de janeiro a abril de 2017 em 1º de maio daquele ano – quando a data-base do funcionalismo estadual voltaria a ser em maio e não mais em janeiro (GAZETA DO POVO, 2015b, p. 03).

O sindicato dos educadores decidiu levar a proposta para uma assembleia, que ficou agendada para a manhã do dia 09, no estádio da Vila Capanema, em Curitiba. Mais de 10 mil servidores lotaram o estádio para votação, que ficou dividida: 60% votaram pelo término da greve contra 40%, pela continuidade.

De acordo com a publicação da Gazeta do Povo, dos 29 núcleos regionais, 23 decidiram por encerrar a paralisação, mesmo que a proposta de reajuste salarial do governo estadual protocolada na Assembleia Legislativa não tenha agradado a categoria.

A proposta não contemplou a lei nacional do piso, não repôs a inflação do período, desconsiderou o reajuste dos educadores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS) e não ofereceu garantia de não perseguição aos diretores (as) que apoiaram a construção da greve.

No próximo item será apresentado um breve histórico da APP-Sindicato.

## **4.2 APP-Sindicato: breve histórico e participação nas manifestações**

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná foi fundado como Associação dos Professores do Paraná – por isso a sigla APP – em 26 de abril de 1947.

Tornou-se sindicato, atuando na representação dos professores, em 18 de março de 1989, um ano após a promulgação da Constituição de 1988, que permitiu a organização sindical de servidores públicos. Em 1995, se filia à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1997, professores e servidores se unificam sob a mesma entidade, a APP-Sindicato<sup>7</sup>.

<sup>7</sup>

Fonte: <http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/quem-somos.aspx>. Acesso em: 15 nov. 2016.



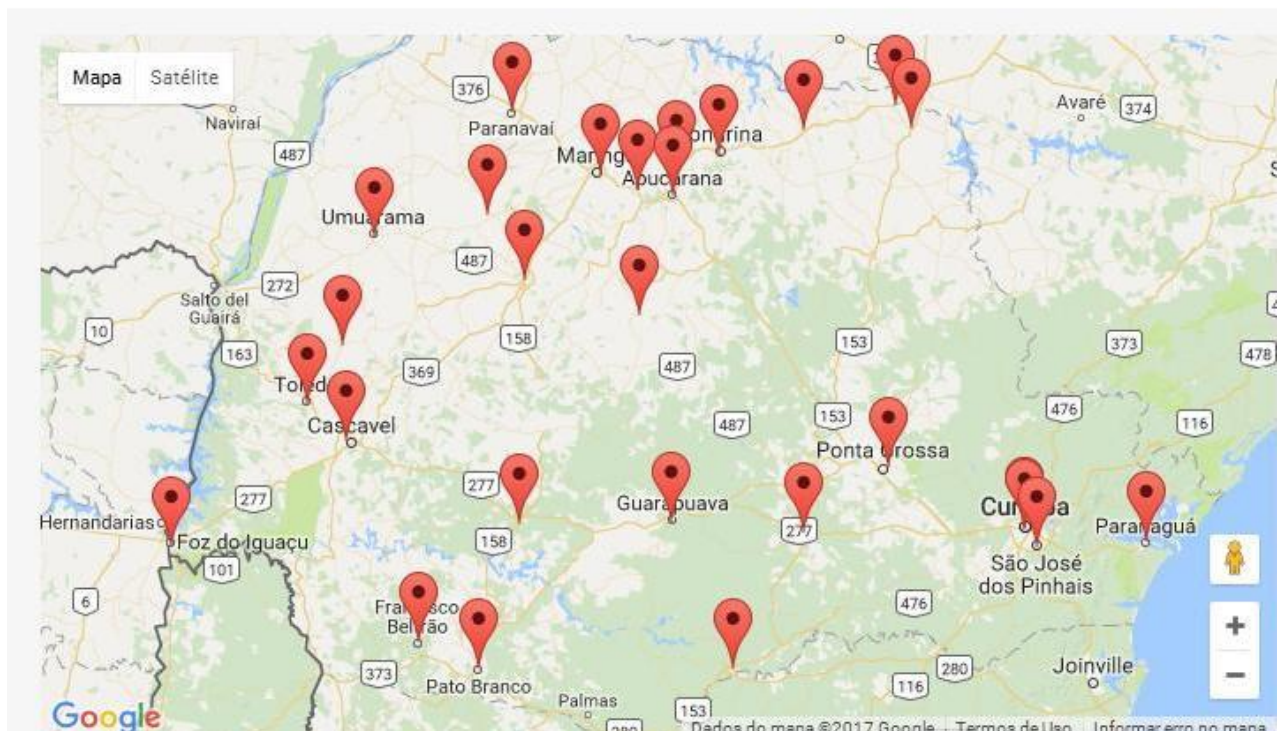
“A representação da categoria abrange professores(as), pedagogos(as) e funcionários(as) de pré-escola, ensino fundamental, médio e especial, independente do regime jurídico; das redes públicas estadual e municipais do Paraná” (HISTÓRICO..., 2017). Também representa profissionais da educação de prefeituras de aproximadamente 200 cidades paranaenses, a metade dos municípios do Estado.

De acordo com a direção da entidade, a representação da APP-Sindicato refere-se a cerca de um terço do funcionalismo público paranaense, o que equivale aproximadamente a 120 mil professores e servidores na ativa.

Com uma direção estadual, a entidade é dividida em 29 Núcleos Sindicais relativamente independentes, cuja base territorial segue a divisão dos Núcleos Regionais de Ensino da Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Paraná.

A seguir o mapa mostra a localização dos núcleos sindicais no Estado:

## Núcleos Sindicais



**Figura 1 - Núcleos Sindicais**

Fonte: APP-Sindicato, disponível em <http://appsindicato.org.br/index.php/nucleos/>, acesso em: 20 mar. 2017

São quatro núcleos em Curitiba e Região Metropolitana – Curitiba Metropolitana Norte, Curitiba Metropolitana Sul, Curitiba Norte, Curitiba Sul –, e os demais estão localizados no interior do Estado, nas cidades de Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Cambará, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mandaguari, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama, e em União da Vitória.

Os Núcleos Sindicais possuem eleições próprias, ou seja, pode haver direções regionais alinhadas ou não à direção estadual da entidade, que conta com 17 membros.

A entidade conta com cinco jornalistas que trabalham na assessoria de imprensa, os quais produzem, além do jornal impresso 30 de Agosto<sup>8</sup>, informativos especiais para as secretarias, também impressos, boletins, além do trabalho nos veículos e perfis nas redes sociais.

A APP-Sindicato utilizou vídeos compartilhados no YouTube, notícias disponibilizadas no website da entidade e informações divulgadas em sua página oficial no Facebook durante a greve dos professores e servidores da rede estadual de ensino do Paraná no início do ano de 2015<sup>9</sup>.

Sua participação durante as manifestações contra a proposta do governo do Estado de alteração do regime previdenciário teve como principal característica a tentativa de organizar o movimento social.

Mesmo que a APP-Sindicato tenha integrado a ação coletiva após o início da deflagração da greve, contribuiu na articulação do movimento grevista contra o desmonte da educação.

Os dois períodos de greve dos servidores públicos do Paraná em 2015, que culminou na violência impetrada contra os trabalhadores em 29 de abril, conhecido por “Batalha/Massacre do Centro Cívico”, configuram-se como um episódio de relevância para a história dos movimentos sociais e sindicais.

O capítulo seguinte contém a descrição do instrumento teórico-metodológico utilizado para analisar o enquadramento das notícias veiculadas na *Folha de S. Paulo* e no *Brasil de*

---

<sup>8</sup> Referência a 30 de agosto de 1988, quando professores em greve foram agredidos pela Polícia Militar em ato público realizado em Curitiba, durante a gestão do ex-governador Álvaro Dias, então filiado ao PMDB e atualmente senador em terceiro mandato pelo Podemos.

<sup>9</sup> Mais detalhes na pesquisa intitulada: “Ativismo online na APP-Sindicato”, publicada nos anais do I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 2015.

*Fato*, objetos desta dissertação. Foi apresentado também o histórico de surgimento dos veículos e vinculação político-ideológica.

## 5 ANÁLISES

Para identificar os vieses implícitos da cobertura dos veículos de comunicação brasileiros *Folha de S. Paulo* e jornal *Brasil de Fato*, a metodologia utilizada é a do enquadramento, pois permite a identificação do significado que foi atribuído à repressão do movimento social, mais especificamente a greve dos servidores públicos do Paraná. Assim, através da representação dos acontecimentos estruturada pela mídia é possível perceber como foi definida a realidade social.

Robert M. Entman pode ser considerado um dos principais teóricos do *framing*<sup>10</sup>. “Segundo Entman, enquadramentos constituem propriedades específicas da narrativa noticiosa que encorajam percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares sobre eles” (SOARES, 2009, p. 226).

Mauro Pereira Porto (2001) afirma que estes enquadramentos exercem um importante efeito no modo como a audiência interpreta os problemas sociais e políticos. Para identificar o enquadramento de uma reportagem, Entman (1993 apud COLLING, 2001) indica que primeiro é preciso ir à busca da definição do problema apresentado, verificando se é político ou econômico, por exemplo. É preciso também verificar se há ou não personalização do problema, se a economia é colocada ou não como um ente.

Feito isso, é necessário identificar as causas do problema apresentado na reportagem, quais são os seus atores, a quem está sendo creditada a solução deste problema e, afinal, quais são as suas soluções. Por último, é possível identificar a avaliação moral do problema, se o momento crítico é positivo ou negativo (COLLING, 2001, p. 95).

Buscou-se assim considerar as contradições e complexidades da dinâmica social que envolveu a manifestação em Curitiba (PR). Foi verificado aqui se a cobertura dos veículos de comunicação selecionados traçou a contextualização do movimento grevista: causas, soluções e consequências, ou se focalizou, apenas, versões e interpretações para justificar um ponto de vista – nesse caso, o da criminalização do movimento, que desconsiderou a repressão impetrada aos servidores públicos que compunham a manifestação no Centro Cívico.

A visibilidade de determinados enquadramentos em prejuízo de outros possibilita notar o significado e o valor que a repressão ao movimento grevista assumiu perante a *Folha de S. Paulo* e o jornal *Brasil de Fato*. Mediante leitura exploratória do material jornalístico

---

<sup>10</sup> Método originalmente proposto por Erving Goffman (1974) no artigo Framing Analysis. O autor se dedicava a estudar o enquadramento realizado pela audiência.

coletado, foi possível estabelecer categorias que permitiram verificar o significado transmitido na cobertura de cada um dos meios de comunicação com propostas divergentes de linha editorial, de forma a demonstrar aspectos ideológicos nos textos jornalísticos. Pode-se citar: cidadania, direto à greve e liberdade de informação, as quais auxiliaram na criação dos tipos de enquadramentos abaixo classificados.

Para auxiliar na elaboração dessa metodologia foram também utilizadas as propostas de Noam Chomsky e Edward Hermann (2003). Os autores verificaram a presença de cinco filtros que influenciariam na construção da notícia: porte e propriedade dos meios de comunicação, propaganda, fontes, bateria de reações negativas e ideologia do anticomunismo. Neste trabalho foram utilizados dois desses filtros, o das fontes para averiguar a natureza das que foram consultadas nas coberturas e o filtro ideológico, que possibilita verificar uma postura contra hegemônica. Também com os dados obtidos, foi constatado se houve ou não relação da postura ideológica do veículo com a utilização de fontes.

O período de análise foi de 28 a 30 de abril de 2015, pois está incluído no segundo momento da greve, de 44 dias (de 27 de abril a 09 de junho de 2015), com 90% de adesão de educadores contra a aprovação do projeto de lei que propunha a alteração do sistema previdenciário no Estado do Paraná e que foi sancionado menos de 24 horas após a manifestação dos servidores no Centro Cívico.

As técnicas para o estudo passam por três fases. A primeira refere-se à descrição do material coletado da *Folha de S. Paulo* e do *Brasil de Fato*, conforme o período de análise acima delimitado. A segunda diz respeito à quantificação do material, ou seja, após a etapa da descrição houve a contagem dos enquadramentos.

Foi verificada a frequência de aparição de cada tipo de enquadramento, assumindo aqui cinco classificações: factual/episódico, quando há o relato de um fato sem haver contextualização; foco nas ações dos professores (protagonismo), quando o mote do texto jornalístico é o diálogo entre os integrantes do movimento e sua articulação com o governo, enfim, o protagonismo dos sujeitos coletivos; legislativo/executivo, quando é dado enfoque ao posicionamento e medidas dos setores do poder público; criminalização do movimento, quando o foco é dado ao conflito e tensões em si associado a uma forma depreciativa do ativismo; e por último, o enquadramento sobre violência/segurança quando o enfoque do texto é a apresentação de estatística e um tom de denúncia acerca da repressão impetrada aos trabalhadores da educação, profissionais da mídia e estudantes.

No subcapítulo a seguir os veículos de comunicação, foco de atenção desta pesquisa, serão detalhados de acordo com sua história, visão e proposta de surgimento.

## 5.1 Objetos da pesquisa

O universo da pesquisa compreende a cobertura jornalística de dois veículos de comunicação brasileiros, a *Folha de S. Paulo* e o *Brasil de Fato*, relativa à segunda fase do movimento grevista dos servidores públicos do estado do Paraná de 2015. Na sequência será efetuada uma abordagem histórica e descritiva das características de cada um dos veículos de comunicação estudados.

### 5.1.1 *Folha de S. Paulo*

A opção pela *Folha de S. Paulo* se deu por se tratar de jornal de maior circulação no Brasil – com média de 320.741 exemplares de segunda a domingo, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>11</sup>.

O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do país. Controla o jornal de maior circulação e influência (Folha de S. Paulo), a maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de internet (UOL), o site noticioso de jornal com mais audiência (Folha.com) e a maior gráfica comercial do Brasil (Plural), além de outros negócios (FOLHA DE S. PAULO, 2017b).

Com circulação nacional, a *Folha de S. Paulo*, conforme descrição do próprio site, foi o primeiro veículo de comunicação do país a oferecer conteúdo online. A história de seu surgimento começou em 1921, quando Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal “Folha da Noite”. Em 1925 foi criada também a “Folha da Manhã”. A “Folha da Tarde” foi criada 24 anos depois. E, em 1960 surge a *Folha de S. Paulo* com a fusão dos títulos “Folha da Manhã”, “Folha da Tarde” e “Folha da Noite”.

Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho passaram a controlar a empresa, especificamente o periódico da manhã em 1962. Em 1967 o jornal deteve o pioneirismo na impressão offset em cores e, em 1971, foi o primeiro periódico a utilizar o sistema eletrônico de fotocomposição. Em 1976 – época do regime militar no Brasil – houve a criação da seção “Tendências/Debates”, segundo a qual visava o princípio da pluralidade. “A publicação de artigos de todos os matizes ideológicos desempenha papel importante no processo de redemocratização do Brasil” (FOLHA DE S. PAULO, 2017a).

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>.

Em 1981 foi estabelecida uma sistematização de um projeto editorial, cujas metas seriam informação correta, interpretação competente e pluralidade de opiniões. Em 1983 a Folha se tornou a primeira redação informatizada na América do Sul. O primeiro projeto editorial foi publicado em 1984, bem como houve a implantação de seu manual de redação.

A produção noticiosa passou a ser reorganizada em cadernos temáticos em 1991. Nesse ano, o jornal pediu publicamente o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que renunciou no ano seguinte. A partir desse ano também a circulação da primeira página passou a ser colorida.

Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira se tornou o detentor da totalidade do controle acionário da Folha. Nesse ano também o jornal se consolidou como o de maior circulação aos domingos. Mas o recorde de tiragens e vendas ocorreu em 1994 quando foi lançado o “Atlas Folha” junto com o jornal The New York Times em fascículos, atingindo a venda de 1.117.802 exemplares. Em 1995 começou a funcionar o Centro Tecnológico Gráfico da Folha, quando a maioria das páginas dos jornais era colorida.

Em 1996 foi lançado pelo Grupo Folha o Universo Online, que nesse mesmo ano se fundiu com o Brasil Online, do Grupo Abril, formando o Universo Online S.A. Em 1997, foi atualizada a versão do projeto editorial, “que propõe seleção criteriosa dos fatos a ser tratados jornalisticamente, abordagem aprofundada, crítica e pluralista, texto didático e interessante” (FOLHA DE S. PAULO, 2017a).

Em 2001 a quarta edição do Manual da Redação foi publicada. E em 2010 houve a unificação das redações do jornal impresso e online, com reforma gráfica e editorial. A Folha Online passou a denominar Folha.com e a inseriu na internet por meio de lançamentos de aplicativos para smartphones.

### 5.1.2 *Brasil de Fato*

A escolha do veículo *Brasil de Fato* (BdF) baseou-se na natureza alternativa de seus discursos e na postura de ideologia contra hegemônica, situando-se, dessa forma, no lado oposto à *Folha de S. Paulo*, que tende a priorizar interesses comerciais devido a sua vinculação a grandes grupos econômicos.

O contexto de surgimento do *Brasil de Fato* remete ao III Fórum Social Mundial, em 25 de janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre. Vinculado a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina e a Consulta Popular, o primeiro veículo foi um semanário nacional que circulou em edição impressa por

mais de dez anos. O lançamento do site ocorreu pouco tempo depois da criação do BdF, “com coberturas das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo” (QUEM SOMOS, 2017).

Na seção de apresentação do veículo, a motivação de seu surgimento residiu na contribuição do debate de ideias e na análise dos fatos sob a perspectiva de mudanças sociais no país (QUEM SOMOS, 2017). Os temas pautados pelo *Brasil de Fato* são geralmente negligenciados pelos grandes veículos de comunicação, conforme Miani (2006, p. 02): “O Jornal *Brasil de Fato* mostra um país que se apresenta em constante mobilização e identifica cenários de disputas políticas ou de lutas por reivindicações que não se fazem ver, nem mesmo conhecer, pela imensa maioria da população brasileira”.

No início das publicações das edições do *Brasil de Fato* houve dificuldades financeiras por conta da venda de assinaturas. Nas palavras de Moura (2009):

O período que incorpora os anos de 2004 a 2006 foi o de maior dificuldade para o Brasil de Fato. O jornal enfrentou uma queda de faturamento e quase foi obrigado a encerrar suas atividades. Em junho de 2004, a equipe foi forçada a reduzir os custos de operação do jornal para 80 mil reais mensais. Em agosto, sua tiragem caiu para cinco mil exemplares e os custos passaram a ser de 62 mil reais mensais, sendo que para isso o jornal foi obrigado a demitir funcionários, fechando o ano com um quadro de quatro mil assinantes, quando a meta a atingir era de dez mil, e sete mil exemplares de tiragem (MOURA, 2009, p. 7).

A saída adotada pelo veículo para manter as edições impressas em abril de 2006 foi a redução de 16 para oito páginas. Esses impasses exerceram influência no projeto editorial do *Brasil de Fato*, o qual passou a se direcionar mais aos movimentos sociais em detrimento à sociedade de maneira geral. Nesse sentido, afirma Venancio (2009, p. 116):

(...) O Brasil de Fato representa sim a perspectiva dos movimentos sociais, tornando-se não um órgão oficial de algum movimento, mas sim uma ‘imprensa como movimento social’ – uma adaptação necessária ao termo ‘imprensa como partido político’ para dar precisão no caso Brasil de Fato – que dá visibilidade e defende pautas relacionadas aos movimentos sociais de esquerda (VENANCIO, 2009, p. 116).

Sua publicidade provém, assim, de movimentos sociais ou governos de esquerda. Portanto “(...), o *Brasil de Fato* mostra um caráter de classe que condiz tanto com sua imagem de plataforma dos movimentos sociais quanto com o jornalismo praticado pelo seu jornal” (VENANCIO, 2009, p. 115).

Quanto à estrutura, além de site de notícias e das edições impressas, o *Brasil de Fato* possui, desde maio de 2013, jornais regionais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo,



Paraná e Pernambuco, criados com o intuito de promover um diálogo com a localidade desses estados.

Também conta com uma radioagência, incorporada em 2014, cujo material é disponibilizado no site, bem como enviado para rádios de todo o país. “Os temas tratados são de política, economia, direitos humanos, cotidiano e cultura, além de produções de serviços” (QUEM SOMOS, 2017). O *Brasil de Fato* circula em redes sociais. O acesso ao conteúdo do site é livre, ou seja, pode ser reproduzido desde que a fonte seja citada.

À medida que o veículo cumpre uma agenda mínima de movimentos sociais e manifestações da sociedade civil, confere “voz” e visibilidade às minorias. O diálogo da imprensa alternativa com manifestações que pregam mudanças sociais assume relevância na sociedade pelo fato de proporcionar a diversidade, além de mostrar autonomia diante dos grandes conglomerados de comunicação. A análise de um veículo popular/alternativo e um tradicional/hegemônico permite identificar o embate cultural-ideológico do contexto em que são subtraídos os direitos de trabalhadores. Além disso, é possível checar em que medida o jornalismo cumpriu seu papel de instrumento na construção da cidadania à medida que contempla as vozes silenciadas.

A descrição e interpretação dos dados coletados serão abordadas no tópico seguinte.

## 6 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

### 6.1 Brasil de Fato

Na página do *Brasil de Fato*, o dia 29 de abril de 2015 registrou duas publicações – conforme o mecanismo de busca no portal do veículo com a expressão: “29 abril 2015”. O mesmo critério foi adotado para o recorte e a seleção dos textos jornalísticos da versão *online* da *Folha de São Paulo*. Abaixo a tabela descreve as matérias publicadas nos dias 29 e 30 de abril e o respectivo enquadramento.

<b>29 de abril de 2015</b>	<b>Tipo de enquadramento</b>
<i>Governo do Paraná volta a reprimir e não dialogar com servidores em greve</i>	protagonismo e violência/segurança
<i>Truculência da polícia de Beto Richa deixa 107 servidores feridos</i>	violência/segurança
<b>Matéria 30 de abril de 2015</b>	
<i>Pepe Vargas qualifica repressão da PM a professores no Paraná como inaceitável</i>	violência/segurança

Fonte: Elaborado pela autora.

O texto jornalístico “Governo do Paraná volta a reprimir e não dialogar com servidores em greve”<sup>12</sup> inicia chamando a atenção para a forma com que o governo paranaense agia quanto às decisões “a portas fechadas” sobre a ParanaPrevidência: “(...) sem ouvir as considerações de servidores, atingidos diretamente pelas mudanças”.

A matéria ocupa quase duas páginas e possui duas imagens em preto e branco com foco nos servidores mobilizados (plano médio). “O preto e branco na primeira fotografia realçou o assunto, ou seja, favoreceu a visualização do spray de pimenta sendo borrifado nos professores em protesto” (CALDEIRA, 2016, p. 07).

O não uso da cor nas imagens desse texto jornalístico revela a atmosfera nebulosa, de falta de avanço com o governo do estado, que não colocou em debate o projeto (CALDEIRA, 2016).

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/31936/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

A primeira expressão da sentença “uma vez mais”, locução adverbial de intensidade, revela o reforço da posição de não diálogo do governador em outras ocasiões. Essa abertura do texto contextualizou o motivo da necessidade da mobilização grevista por parte dos servidores daquele Estado, que havia se iniciado em 27 de abril. Ao final do primeiro parágrafo ainda é descrita a ambientação do local: “transformou-se em uma praça de guerra”.

No parágrafo seguinte foi relatada a estrutura montada nos arredores da Alep no início da paralisação, com a presença do efetivo de milhares de policiais “que desde a madrugada da terça-feira hostilizam e reprimem os manifestantes”.

O texto detalha o compromisso firmado pelo governo Richa, menos de dois meses, em debater o projeto que propunha ajustes na Previdência com as entidades sindicais antes de ser enviado à votação. Mas que tendo sido aprovado em primeira instância, foi à Comissão de Constituição e Justiça e voltou para votação.

O primeiro intertítulo “Violência” descreve as investidas da polícia contra os manifestantes durante a madrugada e parte da manhã de terça-feira, e menciona o fato de a oposição “ao menos” ter conseguido liminar que garantisse o acesso dos servidores às galerias para a votação de quarta-feira, 29. A utilização do “ao menos” denota um mínimo de razoabilidade.

Essa parte do texto se encerrou com uma fala do presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, proferida em vídeo, que faz a caracterização do comportamento “antidemocrático” do governo do Paraná.

No intertítulo subsequente “Rombo”, a matéria contempla a declaração da dirigente da APP-Sindicato, Marlei Fernandes, acerca do investimento atual do governo na previdência dos servidores e a quantia que deixaria de retirar de seu caixa, após a aprovação do PL 252/2015. O verbo declaratório “critica” utilizado após a fala da dirigente denota juízo de valor do *Brasil de Fato*.

O último intertítulo “Madrugada tensa” reforça o clima de tensão no acampamento dos grevistas, pelo fato de ter circulado mais caminhões com grades de isolamento e carros de polícia e gerado a expectativa de retirada do caminhão de som do movimento. Anunciou-se que haveria uma manifestação de professores e servidores pela manhã, a fim de barrar a aprovação do projeto pela Alep.

A matéria jornalística detalhou a estrutura montada no Centro Cívico, nos arredores da Assembleia Legislativa no momento que antecedia a votação do projeto que alteraria a previdência dos servidores daquele estado. Ficou claro, pela seleção de palavras e construção

da narrativa noticiosa, o clima de tensão e a falta de diálogo por parte do governador com o funcionalismo público, categoria afetada diretamente pelo projeto em pauta.

Isso ocorreu pelas expressões “a portas fechadas”, “praça de guerra”, “clima de tensão”, “comportamento antidemocrático do governo do Paraná” – essa última frase presente na fala do presidente do sindicato que representa a categoria. Os verbos “reprimir” e a negativa diante do “dialogar” no título reforçam esse sentido. O detalhamento do aparato usado contra os manifestantes também comprova a repressão: caminhões de água, sprays de pimenta, gás lacrimogêneo, balas de borracha. O texto foi enquadrado como protagonismo e violência/segurança.

#### 6.1.2 “Truculência da polícia de Beto Richa deixa 107 servidores feridos”

A matéria “Truculência da polícia de Beto Richa deixa 107 servidores feridos”<sup>13</sup> demonstra já no título a responsabilidade/autoria do ato, ao qual lhe é atribuído como sinônimo de crueldade. O espaço utilizado para o texto ocupa quase duas páginas. Há duas fotografias, uma em plano geral do momento da repressão, onde se vê a fumaça das bombas de gás lacrimogêneo, e a outra num plano fechado em manifestante mostrando marca de bala de borracha no abdômen.

O primeiro parágrafo iniciou-se com a descrição da totalidade de pessoas feridas (100) durante uma hora e meia em que a manifestação dos servidores foi reprimida. É mencionado o motivo dos protestos: “contra um projeto de lei que altera as regras de custeio da Paraná Previdência” – que ocorria em frente à Assembleia Legislativa, no Centro Cívico, em Curitiba. Explicou-se que a aprovação do projeto afetaria a perda dos direitos previdenciários e finalizou-se com a informação sobre o acampamento da categoria no local desde o dia 27 de abril, quando teve início o segundo período da greve.

Ao longo do texto, a ação da Polícia Militar é descrita como truculenta, sendo caracterizada como “força de repressão”. Os adjetivos mais utilizados são “feridos”, em referência aos servidores e manifestantes; e “massacrados” para qualificar a situação dos professores. Houve o detalhamento dos manifestantes que sofreram ferimentos: idosos, crianças e deficientes e a menção sobre um disparo de bala de borracha que atingiu uma idosa próxima das grades do prédio da Assembleia Legislativa. A matéria cita também a mordida de

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/31944/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

um cachorro da Polícia Militar em um deputado e um repórter. Além disso, 25 soldados foram intoxicados com gás lacrimogêneo.

O uso de adjetivos que caracterizam a ação repressora diante da manifestação dos servidores em greve demonstra um estímulo a uma avaliação moral por parte do *Brasil de Fato*. A saliência desse posicionamento se revela também na escolha dos verbos declaratórios – utilizados antes ou depois da fala do entrevistado. De um total de oito, quatro apresentaram carga neutra: “disse”, “publicou”, “questionou” e “respondeu”. Os outros podem ser classificados com carga positiva: “denunciou”, “ironizou” – à medida que desmitifica o fato de haver *black blocks* entre os manifestantes –, “advertiu”. No complemento aos verbos declaratórios, o uso de um verbo de ligação com um adjetivo: “foi mais realista”, demonstra mais uma vez o juízo de valor assumido pelo veículo jornalístico quanto à fala do peemedebista Requião Filho – “Nós, como poder, deveríamos nos envergonhar do que aconteceu aqui hoje”.

A metáfora da declaração do então prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), foi citada no texto e como legenda da primeira foto da reportagem. “Parece uma praça de guerra” evidencia o enquadramento voltado à caracterização da ação da PM. Classificou-se, desta forma, que a reportagem se enquadra como violência/segurança, pois houve o detalhamento do cenário da repressão impetrada aos manifestantes, na maioria servidores, em greve. Também houve contextualização sobre o motivo do movimento grevista.

Das cinco fontes utilizadas pelo veículo, quatro foram deputados estaduais: Enio Verri (PT), Nereu Ramos (PMDB), Requião Filho (PMDB), Anibelli Neto (PMDB). Apenas uma representava o sindicato dos trabalhadores da educação, o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão. A classificação atribuída foi violência/segurança.

### 6.1.3 “Pepe Vargas qualifica repressão da PM a professores no Paraná como inaceitável”

Em 30 de abril de 2015, no dia seguinte às repressões policiais ao movimento grevista, o *Brasil de Fato* publicou matéria jornalística<sup>14</sup> que enfatiza posição do então ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, o qual refutou a violência e o tratamento do movimento social como caso de polícia.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/31954/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

Foi mencionado o aguardo de dados na ouvidoria do órgão para que ocorresse prosseguimento quanto às violações de direitos humanos cometidas durante a manifestação. De acordo com a matéria, o ministro não pode acompanhar os atos na tarde do dia 29 de abril porque estava em deslocamento.

O texto retoma informações da repressão do dia anterior no Centro Cívico, como o número de feridos (pelo menos 170 manifestantes e 20 policiais). Também é citado o motivo pelo qual houve o protesto. E que mesmo ocorrendo o tumulto, no início da noite o projeto havia sido aprovado pelos deputados.

Na sequência, aparece uma declaração do ministro a respeito do contato feito com o chefe da Casa Civil do governo do Paraná, Eduardo Sciarra, antes e no mesmo dia da manifestação “com a preocupação de que as forças de Segurança Pública compreendessem o movimento social e se evitasse todo e qualquer confronto ou ato de violência” (MACIEL, 2015, p. 02).

Houve a reafirmação da posição do ministro sobre a repressão a manifestações de movimentos sociais, como ocorreu no dia anterior. E, em seguida, o posicionamento do governador do estado que defendeu a ação da polícia, que, segundo ele, foi uma reação a provocações. “(...) Os policiais ficaram parados para proteger o prédio da Assembleia Legislativa. Na medida em que eram impedidos, reagiram. (...)” (MACIEL, 2005, p. 02). O texto foi finalizado com a informação da Secretaria de Segurança sobre a abertura de inquérito policial militar para apurar o caso.

Três foram as fontes utilizadas: ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas; governador do Paraná, Beto Richa; e Secretaria de Segurança. Dos seis parágrafos da matéria jornalística, quatro foram dedicados ao posicionamento de Pepe Vargas.

Os adjetivos, inseridos nas declarações do ministro: “inaceitável”, uso “desmedido” da força, “desnecessária” referiram-se criticamente à repressão violenta da Polícia Militar. Os verbos declaratórios presentes no texto se revelaram neutros em sua maioria, como em “declarou”, “relatou”, “disse”. A publicação recebeu a classificação de violência/segurança.

## **6. 2 Folha de S. Paulo**

No dia que antecedeu a “Batalha do Centro Cívico” foi publicada apenas uma matéria jornalística no site da Folha, que ocupa três páginas<sup>15</sup>. No mecanismo de busca do próprio veículo, colocou-se a data “28/04/2015” por meio da escolha da seção “Site da Folha – Poder”.

Intitulado “Policiais e professores entram em confronto em Curitiba”<sup>16</sup>, o texto, escrito por Estelita Hass Carazzai, foi publicado às 12h12, com atualização às 13h18. O primeiro parágrafo informa o “confronto” dos policiais militares com os professores do Paraná próximo à Assembleia Legislativa (Alep), onde se votava o Projeto de Lei (PL) que alteraria a previdência dos servidores.

Na sequência, o jornal descreveu que 1.500 manifestantes tentavam se aproximar do prédio da Alep com um carro de som. Porém, estes foram impedidos devido a uma ordem judicial que proibiu a ocupação do plenário, como havia ocorrido no mês de fevereiro. A polícia traçou um perímetro de segurança de mais ou menos 100 metros, conforme afirmou a Folha.

O jornal detalhou que houve aumento da área cercada por grades desde a segunda-feira, dia 27 de abril, e claramente atribuiu a responsabilidade ao governador: “Após ordem judicial, foi o governador Beto Richa (PSDB) quem escalou a PM para cercar o Legislativo paranaense” (CARAZZAI, 2015, p. 02).

Foi citada a tentativa de aproximação do caminhão de som dos manifestantes junto ao bloqueio e o avanço entre os carros da polícia, quando foram lançadas bombas de gás e sprays de pimenta contra os manifestantes.

A Folha entrevistou professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A primeira declaração foi de Ronaldo Nascimento, que justifica não ter havido tentativa de depredação.

Na sequência da fala do professor, o jornal mencionou que houve o lançamento de jato de água contra os manifestantes. O carro teria avançado por metros, mas parou na praça Nossa Senhora de Salete, distante da sede do Legislativo estadual, onde houve votação no período da tarde.

Foi descrito o relato de outra docente da UEL, Adriana Farias, que afirmou ter sido uma truculência jogarem água e bomba diante das pessoas que corriam. A Folha afirmou que

---

<sup>15</sup> Aqui se refere à página de documento no programa Microsoft Word, para onde cada matéria jornalística do site da Folha foi transferida utilizando formatação conforme estabelece as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622101-policiais-e-professores-entram-em-confronto-em-curitiba.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

por volta das 12h houve recuo do bloqueio pelos policiais e foi permitida a entrada do carro de som na rua em frente à Assembleia.

No primeiro intertítulo, retomou-se o “confronto” ocorrido durante a madrugada devido a um caminhão de som. Segundo a Folha, os Policiais Militares solicitaram a retirada dos carros em frente à Alep, mas os manifestantes resistiram.

O jornal expôs o argumento da polícia de que os carros ocupavam o perímetro de segurança e que, por isso, teria usado spray de pimenta a fim de manter o distanciamento dos professores na área.

Na sequência colocou-se a declaração de Marlei Fernandes, diretora do sindicato que representa os professores, APP Sindicato, a qual disse se tratar de uma operação de guerra montada pelo governo.

Especificou-se também o grito dos manifestantes durante a manhã. Foram relatadas todas as categorias de servidores que protestavam contra a alteração na previdência: “Além dos professores, os servidores do Judiciário, agentes penitenciários e servidores da saúde também entraram em greve nesta semana em protesto contra a mudança na previdência” (CARAZZAI, 2015, p. 03).

O segundo e último intertítulo foi nomeado Ordem Judicial, o qual trouxe informação transmitida por meio de nota da Secretaria de Segurança do Paraná, que busca justificar o cumprimento da medida a fim de proteger o patrimônio público e privado. A reportagem da Folha utilizou aspas no trecho da nota que foi republicado, ou seja, o discurso direto.

A afirmação seguinte é da professora da UEL, que disse haver um exagero na condução do processo, pois a ordem serviria para a Assembleia e não para a praça e as ruas. O verbo declaratório selecionado pela Folha foi “contestar”, o que revela a emissão de um juízo de valor pela jornalista autora da matéria. Demonstra oposição, negação, questionamento, protesto e objeção da professora entrevistada. A declaração foi qualificada com um tom negativo.

Na sequência colocou-se outra afirmação do governo sobre a convocação do movimento black bloc via redes sociais como participantes do protesto. Citou-se a permanência dos professores na praça em frente à Alep, em greve desde o dia 27. E mencionou-se não ter havido novos “focos de confronto”.

A afirmação sobre o início da votação do projeto apareceu depois – com hiperlink que remetia ao texto da noite anterior, 27 de abril. Houve um reforço na questão de proteção policial com a qual votavam os deputados.



Os dois últimos parágrafos da matéria trazem a posição da APP Sindicato a respeito da acusação sobre a presença de black blocs. O verbo “repudiou” ressalta a contrariedade e indignação do presidente do sindicato, Hermes Leão. E o texto se encerrou com declarações dele, que atribuiu haver restrição a liberdade coletiva por parte do governador.

As fontes entrevistadas foram Ronaldo Nascimento, professor da UEL; Adriana Farias, professora da UEL; Marlei Fernandes, diretora da APP-Sindicato; Secretária de Segurança do Paraná; e o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão. Das cinco fontes utilizadas, quatro representam a categoria de docentes e do funcionalismo público. De certa forma, o texto deu voz aos trabalhadores da educação e evidenciou o tom das falas por meio dos verbos declaratórios: diz, relata, contestou, afirmou.

Foram publicadas duas fotografias nessa matéria, uma do carro do Batalhão de Fronteira do Paraná, utilizada também em texto do dia seguinte; e outra que mostra o bloqueio de policiais militares em frente à Alep. A legenda da primeira imagem é favorável ao cerco policial, pois descreve que o carro do batalhão “presta apoio durante ato”.

Não houve detalhamento do projeto de lei contra o qual os servidores estaduais se posicionaram contrariamente, tampouco foi informado que dia 27 de abril teve início a segunda fase do movimento grevista dos servidores.

#### 6.2.1 *“Batalhão de Fronteira policia votação desta quarta sobre previdência do PR”*

No dia 29 de abril de 2015 foram publicadas quatro reportagens. A primeira ocorreu às 2h: “Batalhão de Fronteira policia votação desta quarta sobre previdência do PR”<sup>17</sup>. Foram duas páginas com uma fotografia, após o título, do veículo do Batalhão da PM da fronteira do Paraná.

O primeiro parágrafo traz a justificativa do deslocamento de policiais do interior do Paraná, a fim de assegurar a votação do projeto de Lei que visa desonerar o caixa do Estado. O intuito, segundo o texto, seria de proteção ao prédio da Assembleia Legislativa quanto à invasão por manifestantes. Nota-se a preferência pelo substantivo “invasão”, que denota uma ocupação ameaçadora dos servidores.

Houve a menção pela reportagem das cidades e regiões de origem dos policiais que atuavam no cerco à Assembleia Legislativa (Alep): norte, noroeste, extremo oeste, bem como da região fronteira com o Paraguai. E na sequência duas declarações do presidente da

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622437-deputados-do-parana-votam-nesta-quarta-mudanca-na-previdencia.shtml>

Associação dos Praças do Paraná (Apra), Orélio Fontana, sobre o reflexo desse deslocamento nos batalhões no interior do estado.

Depois foi situada ao leitor a economia no caixa do governo (R\$1,7 bilhão ao ano) caso o projeto, cuja votação havia se iniciado naquela semana, fosse aprovado pelos deputados do Paraná. Foram citadas também as categorias organizadas em manifestações em frente à Alep desde o início da segunda fase da greve.

Explicou-se a obtenção de uma ordem judicial pela direção da Casa que proibia a invasão do plenário, como ocorreu no mês de fevereiro de 2015, e a justificativa novamente de que a Polícia Militar agia em cumprimento da decisão.

Foi aberto um intertítulo denominado “Números” que descreveu a quantidade de policiais destacada para o cerco à Alep, de acordo com a Apra. O governo afirmou não haver regiões desguarnecidas.

Detalharam-se as áreas da Assembleia cercadas pela segurança. No início do parágrafo seguinte, um professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Ronaldo Nascimento, foi ouvido pela Folha. Foi citado que policiais militares entraram em confronto com professores, devido à tentativa de levar um carro de som à frente da Assembleia. Bombas de gás e sprays de pimenta foram disparados contra os manifestantes. Nota-se o uso da palavra “confronto”, a qual pressupõe igualdade das partes na batalha.

O segundo e último intertítulo “diárias” destacou a queixa dos policiais vindos do interior em não receberem as devidas diárias. A justificativa pela Secretaria de Segurança Pública foi informada na sequência.

O final do texto explicou que a votação do projeto de alteração da previdência seria em segunda discussão no dia seguinte, quarta-feira, 29 de abril. E que haveria grande mobilização dos servidores em greve a fim de pressionar os deputados pela não aprovação da proposta.

As fontes utilizadas pela Folha foram o presidente da Associação dos Praças do Paraná, Orélio Fontana; professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Ronaldo Nascimento; bem como a Secretaria de Segurança Pública. Na maioria oficiais, as fontes revelam o enquadramento de criminalização do movimento.

Os verbos declaratórios “afirmar” e “protestar” assumem cargas, respectivamente, neutra e negativa, pois este último reforça o caráter de denúncia e manifesto ao ataque contra o trabalhador dito pelo docente entrevistado diante da estrutura policial montada nos arredores da Assembleia.

Por meio do título nota-se a orientação do texto, que coloca as forças de segurança como garantidoras da fiscalização da ordem e proteção contra a “invasão” dos manifestantes. No primeiro parágrafo essa ideia é reforçada: “(...) centenas de policiais do interior para proteger a Assembleia Legislativa”, bem como no último parágrafo antes do intertítulo: “A direção da Casa conseguiu uma ordem judicial que proíbe a invasão do plenário”.

A matéria menciona a desoneração do caixa do governo estadual com a aprovação de um projeto de lei – cujo tratamento é genérico, pois não houve especificação do número do mesmo: “Os deputados do Paraná começaram a votar, nesta semana, um projeto que pretende alterar a previdência estadual, aliviando o caixa do governo em R\$ 1,7 bilhão ao ano”. Porém não houve aprofundamento de como a alteração no fundo de previdência afetaria o funcionalismo. Apenas foi exposta a posição contrária dos servidores, pois protestavam nos arredores da Alep. Nesse sentido o texto foi assim encerrado: “Os servidores em greve prometem uma grande mobilização em frente à Assembleia para pressionar os deputados a não aprovarem a proposta”.

#### 6.2.2 “*Professores cercam Assembleia do PR contra proposta que muda previdência*”

A matéria jornalística intitulada “Professores cercam Assembleia do PR contra proposta que muda previdência”<sup>18</sup> foi publicada às 11h10 do dia 29 de abril. Uma galeria com 20 fotos integra o texto que, dessa vez, coloca os professores como sujeitos da ação. O verbo “cercar” caracteriza bloqueio de passagem, demonstrando carga negativa atribuída à ação dos manifestantes.

O primeiro parágrafo traz a informação da vinda de ônibus de diversas cidades do Paraná no período da manhã às proximidades da Assembleia Legislativa, em Curitiba, a fim de acompanhar a votação do projeto do governo que altera a previdência dos servidores estaduais.

Foi colocada a expectativa de participação de 20 mil servidores, segundo os professores, na manifestação contra a proposta aprovada em primeira votação na segunda-feira, 27 de abril. Justificou-se, na sequência, o deslocamento de centenas de policiais do interior do estado para a Alep, um reforço do que havia sido publicado no texto das 2h.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622569-professores-cercam-assembleia-do-pr-contraproposta-que-muda-previdencia.shtml>

As cidades onde trabalhavam os policiais que cercavam o prédio desde o dia 27 também foram mencionadas novamente, bem como a desoneração por ano do caixa do governo caso a alteração da previdência ocorresse. Além disso, foram recuperadas da matéria anterior a explicação a respeito das categorias em manifestações e a informação sobre a ordem judicial que proibia a invasão do plenário.

A imagem selecionada, a número 16 das 20 publicadas na galeria, mostrou quase 20 mil professores em manifestação contra mudanças na previdência durante o terceiro dia. A legenda: “Cerca de 20 mil professores do PR em greve no 3º dia de protesto contra mudanças na previdência” não detalha que o protesto faz parte da segunda fase do movimento grevista.

O único intertítulo “Números” recuperou os trechos do intertítulo de mesmo nome da matéria publicada na madrugada, com dados de policiais destacados para cercar a Assembleia e as grades utilizadas para isolar a frente e os fundos do prédio. O texto encerrou com a informação do confronto de policiais militares e professores no final da manhã de terça-feira, 28 de abril, e os materiais disparados contra os manifestantes – bombas de gás e sprays de pimenta.

As expressões que caracterizaram o evento foram: “(...) projeto do governo Beto Richa (PSDB) que altera a previdência dos servidores estaduais” e “(...) manifestação contra a proposta”. A falta de aprofundamento no que consiste o projeto de lei 252/2015 revela a orientação e, conseqüentemente, o enquadramento da notícia.

Não foram utilizados verbos declaratórios por não haver menção direta a fontes entrevistadas pela reportagem. A matéria mostrou ser mais uma atualização da que foi publicada no início da madrugada.

### 6.2.3 “*Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná*”

A matéria “Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná”<sup>19</sup> que foi divulgada às 15h07, com atualização às 22h51, ocupou pouco mais de duas páginas.

No topo da página da matéria jornalística a respeito do Massacre do Centro Cívico foi registrada uma galeria com 20 imagens, sendo que a principal mostra manifestantes se

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622662-pm-do-parana-usa-balas-de-borracha-e-gas-contra-invasao-de-assembleia.shtml>

dispersando na tentativa de se protegerem contra as bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela Tropa de Choque. As imagens revelaram o aparato policial montado como cerco à Assembleia Legislativa, servidores e estudantes durante ato contra o governador, e feridos sendo atendidos numa espécie de enfermaria na Prefeitura de Curitiba.

Intitulada “Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná”, a matéria colocou o enfrentamento dos envolvidos em situação de igualdade. De um lado, professores e servidores públicos e, de outro, a Polícia Militar, sob o comando do governador do Paraná.

O primeiro parágrafo do texto apontou que a tentativa de rompimento do cerco da Polícia Militar pelos servidores estaduais na Alep gerou a reação da corporação com bombas de gás e balas de borracha. Foi finalizado com uma metáfora para o local: “virou uma praça de guerra”, e apresentado o número de pessoas feridas (170).

Desse total foi informado o número de policiais feridos (20) e a estimativa de pessoas atingidas segundo a prefeitura de Curitiba. Houve explicação do porquê terem iniciado as manifestações: “Os protestos ocorreram no Legislativo porque os deputados votaram, a portas fechadas, o projeto do governo Beto Richa (PSDB) que modifica a previdência dos funcionários públicos estaduais”.

O número aproximado pelo sindicato da categoria sobre o total de pessoas que participaram da manifestação foi citado. Nesse bloco de texto, foi mencionada a aprovação do projeto de lei, apesar dos protestos, devido à maioria ser do mesmo partido político do governador, bem como o objetivo da proposta. Na sequência foi descrito que os manifestantes “reclamam que perderam benefícios”.

Um vídeo de um minuto e 14 segundos da TV Folha mostra o avanço do aparato policial sobre os manifestantes por meio do lançamento de bombas de gás, atiradas, inclusive, via helicópteros.

Ao longo do texto, explicou-se o cerco da PM à Alep – motivado por ordem judicial. Foi detalhada a ação da polícia, mas também a dos manifestantes, parte deles professores, segundo a Folha: “atiraram pedaços de pau e pedras”; o prédio da prefeitura como local para agilizar o atendimento dos feridos; a prisão de seis pessoas, além de professores, foi mencionado a presença de “black blocks”; o tempo de “confronto” de pelo menos duas horas; e o detalhe da “operação de guerra” ao redor da Alep. O arredor da Alep foi descrito como “praça de guerra”, “tumulto” e a ação da PM foi denominada de “ataque”, porém com a justificativa de que a mesma teria reagido à tentativa de aproximação dos manifestantes ao prédio da Assembleia.

O intertítulo “Refúgio” detalhou o número de pessoas socorridas por ambulâncias do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e por guardas civis municipais, sendo encaminhadas a hospitais. Citou o local que abrigou as pessoas que se refugiaram durante o tumulto, a interrupção por dez minutos da sessão na Alep devido ao avanço do gás no plenário da Casa, mas que foi retomada “mesmo com o barulho de bombas e gritos do lado de fora”. Foi mencionada a suspensão de aulas no Centro Municipal de Educação Infantil Centro Cívico, localizado próximo da Assembleia, por conta do desconforto e mal-estar gerados pelo gás.

No intertítulo “Segurança”, o texto relatou o contingente de policiais que participaram da operação (quase dois mil): “Ônibus do batalhão de choque, caminhões dos Bombeiros e até a cavalaria foram convocados para fazer a segurança do prédio”; os dizeres nos cartazes dos manifestantes e as palavras de ordem gritadas; a área bloqueada por policiais e a ordem de comandantes aos batalhões para dispersar com escudos, bombas de gás e spray de pimenta, caso houvesse “invasão do perímetro”.

Já o intertítulo “Previdência” trouxe informações a respeito do “alívio” nas contas anuais do governo estadual com a aprovação do PL 252/2015; das categorias do funcionalismo público organizadas em greve, a exemplo dos professores, agentes penitenciários e servidores da saúde.

O texto foi encerrado com a afirmação novamente sobre a ordem judicial, obtida pela direção da Alep, que proibia a “invasão” do plenário e que a Polícia Militar só agia para cumprir a decisão. Essa colocação revela um enquadramento que ameniza ou até mesmo retira a responsabilidade pela repressão com violência da PM e, conseqüentemente, do governador Beto Richa, devido à ênfase na determinação do Poder Judiciário.

Os verbos declaratórios utilizados são “explicar”, que denota carga neutra, e “orientar”, demonstrando carga positiva, que se refere à recomendação de um dos comandantes para a tropa de policiais: “Se precisar usar a tonfa [cassetete], é por baixo! Nada de sair girando por cima”.

As fontes da matéria são duas: um policial e um dos comandantes do batalhão de choque, ou seja, nenhuma ligada à educação (professor, membro de sindicato da categoria, estudante). As expressões que caracterizam o evento, como a recorrente palavra “confronto”, evidenciam a criminalização do movimento grevista, associado a uma forma depreciativa do ativismo, sem a preocupação de contextualizar o motivo da luta e justificando o uso da violência por parte do Estado.

#### 6.2.4 “Richa defende PM, ataca PT e diz que ‘truculência’ foi de black blocs”

A matéria “Richa defende PM, ataca PT e diz que ‘truculência’ foi de black blocs”<sup>20</sup>, publicada às 18h49 do dia 29 de abril, indica pelo título o resumo das declarações do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB). O texto ocupa uma página, além de uma galeria com 20 imagens.

O texto jornalístico utilizou apenas o governador como fonte, o qual concedeu entrevista exclusiva à Folha. Richa defendeu a ação da Polícia Militar e atribuiu a truculência aos *black blocs* que o governo havia identificado na manifestação. Na sequência sua declaração é construída com a alegação de que os *black blocs* jogaram as grades de contenção contra os policiais.

A reportagem situou, no outro parágrafo, que a votação no Legislativo ocorria naquele momento a portas fechadas e que os servidores estaduais eram contrários ao projeto que modifica a previdência.

O fato de tentarem romper o cerco da PM foi posto pela reportagem como o motivo para gerar a reação da corporação, o que ocasionou o “confronto” em frente à Assembleia. A Folha utilizou a expressão “uma praça de guerra” em referência à violência impetrada contra os manifestantes e indicou o número de feridos: ao menos 100 pessoas.

Na sequência, houve a menção de que Richa havia acusado o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) de incentivar os manifestantes atrelados a sindicatos. Nota-se que em sua fala, Richa cita a entidade de representação sindical e outros partidos, porém a Folha seleciona apenas um, o PT.

O texto mencionou, conforme declaração do governador, que sete pessoas haviam sido detidas por serem identificadas como integrantes de *black blocs* e serem flagradas arremessando pedras nos policiais e imagens de coquetel molotov. O número de policiais feridos foi citado por Richa na tentativa de reforçar a ideia de que teriam sido vítimas de ataques dos manifestantes e que teriam reagido como forma de proteção.

No último parágrafo da matéria, foi mencionada em transcrição direta a resposta de Richa quando questionado sobre as orientações de policiais quanto ao uso de cassetete. Apesar de descrito no texto o posicionamento do governador, nesta última fala é mais representativo, pois colocou em dúvida as imagens da violência e repressão registradas

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622852-richa-defende-pm-ataca-pt-e-diz-que-truculencia-foi-de-black-blocs.shtml>>. Acesso em: 22 maio 2017.

naquela tarde de 29 de abril e tratou como se fosse apenas uma “contenção da massa”. Os verbos declaratórios utilizados no texto jornalístico denotam neutralidade: “afirmou”, “disse”, “respondeu”.

A tabela a seguir descreve os enquadramentos referentes a cada matéria analisada:

<b>28 de abril de 2015</b>	<b>Tipo de enquadramento</b>
<i>Policiais e professores entram em confronto em Curitiba</i>	Factual/episódico
<b>29 de abril de 2015</b>	
<i>Batalhão de Fronteira policia votação desta quarta sobre previdência do PR</i>	Criminalização do movimento
<i>Professores cercam Assembleia do PR contra proposta que muda previdência</i>	Factual/episódico
<i>Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná</i>	Criminalização
<i>Richa defende PM, ataca PT e diz que “truculência” foi de black blocs</i>	Criminalização

Fonte: Elaborado pela autora.

### 6.2.5 “Após confronto com ao menos 180 feridos, polícia desfaz cerco no Paraná”

O dia 30 de abril registrou oito publicações sobre o Massacre do Centro Cívico. O mecanismo de busca ocorreu pela data “30/04/2015” com a escolha da seção: “Site da Folha – Poder”, pois a editoria abrigou as matérias que envolveram a temática.

A primeira matéria do dia 30 de abril de 2015 foi publicada às 10h45 no portal da Folha. Intitulado: “Após confronto com ao menos 180 feridos, polícia desfaz cerco no Paraná”<sup>21</sup>, o texto ocupa uma página. No topo está uma galeria com 20 imagens, tendo como destaque a fotografia de quatro carros do batalhão da polícia posicionados em frente ao prédio da Assembleia Legislativa. A legenda confirma a redução da presença de policiais no local: “De quase 2.000 policiais, ficaram quatro viaturas em frente à Assembleia Legislativa do Paraná nesta quinta-feira (30)”.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623071-apos-confronto-com-ao-menos-180-feridos-policia-desfaz-cerco-no-parana.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.



No primeiro parágrafo deu-se o balanço do número de feridos no “confronto” do dia anterior, bem como o fato de o cerco nos arredores da Alep ter sido desfeito pela polícia e de o projeto de alteração da previdência ser aprovado.

Foi descrito o número de policiais escalado pelo governador Beto Richa (PSDB) no momento da votação do projeto e a quantidade presente na manhã de 30 de abril. Foi informado sobre a retirada das grades de segurança e a liberação da praça em frente à Alep. E apresentado o resultado da votação que aprovou o projeto de lei: 31 a 20, “depois de duas horas de confronto com manifestantes”.

A reportagem detalhou, na sequência, os itens que restaram do acampamento dos manifestantes e que foram retirados pelos garis na praça durante a manhã. Afirmou sobre a controvérsia no número de feridos, conforme a Prefeitura de Curitiba e o governo do Paraná.

No intertítulo Luto, colocado entre aspas pela Folha, a jornalista explicou sobre a ideia de que haveria uma reunião entre servidores e professores para definir as próximas etapas da greve e manifestar contra a aprovação do projeto.

Mencionou-se o ato de um grupo de estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná na praça em frente à Alep, vestidos de preto e com cartazes pedindo “luto pela democracia e pela educação”. Encerrou-se essa parte do texto com declarações de duas estudantes, que desaprovaram a repressão aos manifestantes.

No último intertítulo, denominado Black Blocs, retomou-se as declarações do governador do Paraná acerca da defesa à ação da PM, atribuindo a truculência aos black blocs que o governo havia identificado na manifestação e que não teria havido violência policial, mas apenas “contenção da massa” que se aproximava da Assembleia.

Ao final do texto, um vídeo de um minuto e catorze segundos da TV Folha – o mesmo divulgado em matéria do dia 29 de abril – mostra o avanço dos policiais perante os manifestantes, lançando bombas de gás e sprays de pimenta. O cenário é de caos na praça em frente à Assembleia Legislativa. A repórter da Folha, que capta vídeo do momento, narra com perplexidade o arremesso de bombas feito também pelo helicóptero.

À medida que a Folha utiliza o termo “confronto” para descrever a repressão ao movimento grevista, tece uma avaliação de igualdade entre os servidores, que se manifestavam contrariamente a aprovação do projeto de lei, e o aparato policial sob o comando do governo do Paraná. Esse substantivo também omite a responsabilidade do Estado pelo ato de violência, que foi planejado, contra trabalhadores unidos numa mobilização social para manutenção de direitos assegurados.

No início do texto ficou clara uma orientação de batalha perdida, por meio da estrutura narrativa: “Apesar dos protestos, o projeto do governo Richa foi aprovado, por 31 votos a 20, depois de duas horas de confronto com manifestantes”.

Nesse primeiro texto jornalístico do dia posterior a aprovação do projeto, não foi detalhado o impacto para os servidores públicos. Estes foram tratados como números (de feridos) e por meio da descrição dos objetos que restaram na praça: “um colchão inflável sujo de terra, lonas, uma vela da vigília das últimas noites, copos de plástico e uma bandeira da APP Sindicato (que representa os professores)” (CARAZZAI, 2015, p. 03). O texto, portanto, recebeu a classificação de legislativo/executivo.

#### 6.2.6 *“Ex-tucano, prefeito de Curitiba critica ataque da PM a manifestantes no PR”*

A segunda publicação do dia 30, das 12h25, trouxe o posicionamento crítico do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT) diante do ataque da PM, do bloqueio policial nos arredores da Assembleia e do governador do Estado, Beto Richa (PSDB). Com o título “Ex-tucano, prefeito de Curitiba critica ataque da PM a manifestantes no PR”<sup>22</sup>, a matéria registrou pouco mais de uma página de texto. Da galeria de 20 imagens, o destaque foi para a fotografia de policiais usando escudos e cassetetes contra os manifestantes próximos das grades de bloqueio.

Houve a retomada das informações sobre o protesto, reprimido com violência; a menção à aprovação do projeto; o número de feridos; e o relato da desfeita do cerco naquele dia (30).

A reportagem descreveu a publicação do então prefeito de Curitiba, Fruet, em conta do Facebook, o qual qualificou o centro cívico como “uma praça de guerra”. O prefeito expôs a dinâmica de atendimentos pelas equipes da saúde da Prefeitura, que teve espaço liberado para acolhimento, a retirada de crianças das escolas e o transporte de feridos, ou seja, relatou todas as medidas tomadas diante da repressão ao protesto. Ao finalizar, havia feito um apelo ao governador, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Assembleia a fim de cessarem os ataques. Na sequência, a Folha trouxe as declarações de Richa, quando entrevistado na noite do dia 29.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623097-ex-tucano-prefeito-de-curitiba-critica-ataque-da-pm-a-manifestantes-no-pr.shtml>

O único intertítulo do texto “‘Prefs’” informou acerca das publicações da página da Prefeitura no Facebook que considerou abusiva a barreira da PM no centro cívico. Citou o contato realizado pela administração municipal com a Casa Civil do governo estadual, a fim de se evitar que a situação se repetisse. Foi mencionado o relato de valorização dos servidores pela Prefeitura, em crítica indireta a Richa, e que havia sido encaminhado projeto para a Câmara Municipal de reposição inflacionária aos funcionários.

Enquanto os feridos eram atendidos, a prefeitura postou na rede social existir amor em Curitiba, mesmo em circunstâncias difíceis. E, conforme registrou a Folha, a última publicação da “Prefs” no dia 29 de abril foi a música dos Beatles “All need is love”.

Desde o título, nota-se a orientação do texto voltada à crítica do então prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, à ação da Polícia Militar, comandada pelo governador do Paraná. Isso foi comprovado nas entrevistas e menções às publicações por meio de redes sociais do prefeito e da página da Prefeitura de Curitiba.

A repressão da Polícia Militar foi descrita ao longo da matéria como “ataque da PM”, “confronto com os manifestantes”, “transtornos causados pelo bloqueio da PM”. Essa caracterização aponta para um julgamento do ato cometido pela Secretaria de Segurança Pública. Os verbos declaratórios “criticar” e “fazer” um apelo qualificam a fala e comportamento de indignação do então prefeito. Já os verbos “escrever”, “afirmar” e “informar” revelaram-se neutros. O enquadramento pendeu para o de violência/segurança.

### 6.2.7 “*Estudantes fazem ato em apoio a professores feridos em Curitiba*”

Às 16h17, com atualização às 18h02, do dia 30 foi publicado “Estudantes fazem ato em apoio a professores feridos em Curitiba”<sup>23</sup> e ocupou quase uma página. Ainda no topo da notícia consta uma galeria de 20 imagens. A fotografia principal detalha a quantidade de pessoas que participaram: “Cerca de 5 mil estudantes e professores participam de ato na Assembleia Legislativa do Paraná e no Palácio do Governo, em Curitiba”.

O primeiro parágrafo caracterizou as cinco mil pessoas como “um grupo de manifestantes” e terminou mencionando que parte do grupo havia tentado “invadir” a Casa e que um estudante foi preso. Essas saliências no texto acabam por imputar uma negatividade ao comportamento dos manifestantes, pois ao selecionar o verbo invadir pressupõe a

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623173-estudantes-fazem-ato-contra-professores-feridos-em-curitiba.shtml>

utilização de força. Outro indicativo foi a tentativa de reduzir o número de pessoas que se manifestavam em apoio aos professores, o que gera depreciação do ato.

Foi retomado pela matéria o número de pessoas feridas por balas de borracha durante o protesto. Houve novamente a opção pelo substantivo confronto, o qual presume um enfrentamento violento entre partes semelhantes.

Mencionou-se que a forma de organização se deu por redes sociais e foi citada a “tomada de participantes do ato” na entrada do Palácio Iguazu, o que ofereceu um sentido de apoderar-se por meio de força. Citou-se a estimativa da Polícia Militar quanto à quantidade de participantes do protesto – inferior ao número estimado na legenda. Também foi mencionada pela Folha a denominação dada pelos manifestantes ao dia anterior: “massacre do dia 29 de abril”. A reportagem descreveu as frases repetidas em coro com críticas à ação da polícia.

Foi detalhada a informação do primeiro parágrafo sobre a detenção de um jovem, por servidores da Casa Militar do Palácio Iguazu, o qual permanecia no interior do prédio. O último parágrafo abordou que protestos de mais grupos foram agendados para aquele dia 30 e para o dia 1º.

Apesar de o mote da matéria jornalística ter sido o protesto de estudantes, nenhum foi entrevistado pelo jornal. As expressões usadas pela Folha permitem traçar sua avaliação diante do evento: “professores feridos em confronto com policiais”, “embate entre policiais e docentes”, “(...) chamaram de ‘massacre do dia 29 de abril’ o confronto do dia anterior”.

Às 17h11, a Folha divulgou texto sobre parecer do Ministério da Educação (MEC) emitido em nota, dia 30, diante dos atos violentos contra servidores em greve em frente à Assembleia Legislativa. A matéria foi classificada com o enquadramento de criminalização.

#### 6.2.8 “Em nota, MEC lamenta confronto entre policiais e docentes em Curitiba”

Com o título: “Em nota, MEC lamenta confronto entre policiais e docentes em Curitiba”<sup>24</sup>, houve o reforço novamente do substantivo utilizado pela Folha para descrever o episódio que envolveu professores e servidores do Paraná no dia 29 de abril. A matéria ocupou meia página e ainda contou com uma galeria de 20 imagens, sendo a principal uma panorâmica dos manifestantes portando cartazes.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623220-em-nota-mec-lamenta-confronto-entre-policiais-e-docentes-em-curitiba.shtml>

Os atos violentos foram qualificados como “inaceitáveis” pelo MEC. A Folha destacou dois trechos do texto do ministério, então comandado por Renato Janine Ribeiro, que reforçaram a lamentação do ocorrido e a convicção de que o diálogo seria o caminho para a solução de conflitos. Na última frase da matéria, a Folha retomou o número de feridos do dia 29: 180.

#### 6.2.9 “*Confronto no Paraná gera embate entre petista e tucano no Senado*”

A matéria “Confronto no Paraná gera embate entre petista e tucano no Senado”<sup>25</sup> foi publicada às 17h39 de 30 de abril. Com uma página e meia, abordou a reverberação do episódio no plenário do Senado que gerou discussão entre o então líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Humberto Costa, e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB).

A Folha resumiu o posicionamento de cada um dos senadores no início do texto. O senador do PT definiu a ação como um massacre e cobrou posicionamento do PSDB diante do caso. Já o senador do PSDB teceu elogios à atuação da polícia “e afirmou que os movimentos sociais alinhados ao PT protagonizam situações piores” (HAUBERT, 2015, p. 01).

Na primeira declaração de Humberto Costa, o senador ressaltou o número de pessoas feridas no tempo de duas horas e apontou uma incoerência no uso dos termos confronto e conflito pela imprensa nacional, reafirmando ter se tratado de um massacre. Foi descrito pela Folha a menção por Costa sobre a situação fiscal do Paraná, cuja despesa supera a arrecadação; a crítica à base aliada de Richa por ter aprovado projeto de lei que altera direitos trabalhistas; e a cobrança da presença de senadores tucanos, principalmente do então presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, para defender a violência cometida contra os trabalhadores.

Em continuidade ao questionamento feito por Costa, abriu-se um intertítulo “Estou aqui” para as declarações do tucano, que afirmou ter se tratado de apenas um impedimento da Polícia Militar para os servidores não invadirem a Assembleia e que analisaria os “excessos” da PM.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623237-confronto-no-parana-gera-embate-entre-petista-e-tucano-no-senado.shtml>

Os verbos declaratórios utilizados: “afirmou”, “questionou”, “disse” apresentaram carga neutra, salvo o “ironizou” usado para transpor a fala de Humberto Costa, que apresentou uma avaliação positiva visto que aclarou o tom da enunciação do senador.

#### 6.2.10 *“PM do Paraná posta foto coberto de tinta vermelha e é criticado na internet”*

Às 19h34, a Folha publicou a matéria de pouco mais de meia página: “PM do Paraná posta foto coberto de tinta vermelha e é criticado na internet”. O texto relatou a polêmica gerada na quinta-feira, 30 de abril, em torno de um “selfie” postado nas redes sociais por um policial militar do Paraná coberto com um produto avermelhado. Isso ocorreu um dia depois do episódio que feriu 180 pessoas em Curitiba.

A fotografia foi publicada pelo policial Umberto Scandelari com a legenda: “Professor, conta outra...”. Segundo o relato da reportagem, houve questionamento por parte dos internautas sobre se de fato ele estava ferido. Foi mencionado que no final da tarde a página não estava mais no ar.

A Folha consultou a assessoria da Polícia Militar do Paraná que confirmou não se tratar de sangue, mas sim tinta de bombas identificadoras, usadas para manchar os suspeitos a fim de identificá-los na multidão.

Também foi questionado à assessoria se a afirmação não teria sido uma provocação e ironia com os professores feridos. A assessoria informou que o policial quis dizer que quem começou foram os manifestantes. O jornal relatou que fez tentativa de contato com o PM, mas não conseguiu.

Além da imagem muito compartilhada nas redes, a Folha publicou uma do referido PM na Assembleia Legislativa em que aparecem os braços e rosto manchados de vermelho, com a legenda: “Policial Militar Umberto Scandelari, sujo com um líquido avermelhado durante manifestação”.

Dos verbos declaratórios utilizados – “minimizou” e “informou”, o primeiro considerou que a fala da assessoria de imprensa da Polícia Militar diminuiu a importância do fato.

#### 6.2.11 *“Para tucanos, faltou ‘habilidade política’ a Richa em protesto”*

A matéria jornalística “Para tucanos, faltou ‘habilidade política’ a Richa em protesto”<sup>26</sup> tratou exclusivamente de expor os pontos de vista da cúpula nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sobre o episódio de violência contra os servidores em greve no Centro Cívico, em Curitiba. Ocupando o espaço de uma página, o texto foi publicado às 20h13 do dia 30. Não houve imagem nessa matéria.

A avaliação dos tucanos, segundo a Folha, foi ter havido falta de habilidade política a Beto Richa. O verbo “lamentar” foi utilizado para descrever a reação da cúpula – denotou imobilidade dos governantes à medida que exprime tão somente uma aflição –, que diagnosticou “exageros” por parte da Polícia Militar. O uso do substantivo, sinônimo de excessos, diminui a responsabilidade do ato violento cometido pelo aparato estatal. Não houve menção ao fato de o deslocamento dos policiais de outras regiões do Paraná ter sido uma ação planejada.

No parágrafo seguinte foi apontado que o episódio gerou impacto na crise administrativa do governo e poderia afetar as pretensões políticas. Porém, a cúpula avaliou haver tempo para recuperar o “abalo” na imagem do governador, por ainda ser o primeiro ano do segundo mandato dele.

A narrativa noticiosa segue em torno de amenizações para o fato, como a declaração do senador Aloysio Nunes Ferreira que imputa às imagens o adjetivo no plural: “impressionantes”. Afirmou que os exageros devem ser investigados e que os manifestantes não levavam “rosas” à Assembleia Legislativa. Após essa fala, a Folha usou o verbo avaliar, o que denota certa concordância à posição do senador.

A declaração de Cássio Cunha Lima, então líder do PSDB no Senado Federal, acentuou o não êxito da ação policial, por haver feridos, e que episódios como aquele não poderiam se repetir. A última fonte a aparecer na matéria foi o senador Álvaro Dias, à época filiado ao PSDB – passou ao Partido Verde (PV) e desde 1º de julho de 2017 pertence ao Podemos. Sua fala igualou os “exageros” de manifestantes e de policiais. Porém, afirmou não ter comparação à atuação da Polícia Militar em 1988, quando houve uso da força contra manifestantes, pois, segundo ele, o episódio de 29 de abril foi “desproporcional”.

O uso de adjetivos citados pelos entrevistados do mesmo partido político do governador do Paraná salienta a amenidade atribuída ao ato violento contra os servidores em greve, que feriu cerca de 200 pessoas. As declarações que mais reconhecem a truculência do

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623441-para-tucanos-faltou-habilidade-politica-a-richa-em-protesto.shtml>

episódios foram colocadas ao final da notícia. A estrutura da matéria orienta para preocupações da cúpula com o gerenciamento da crise de imagem do partido e da própria administração do governador do Paraná. Os feridos apenas tornaram-se números para referenciar a ação desmedida da PM.

#### 6.2.12 “Promotoria vê ‘indício de excesso’ na ação da PM do Paraná em protesto”

A matéria “Promotoria vê ‘indício de excesso’ na ação da PM do Paraná em protesto”<sup>27</sup> foi publicada às 20h20 com atualização às 21h36. Com uma página e meia, o texto constou a avaliação do Ministério Público sobre a repressão policial contra manifestantes na Assembleia Legislativa do Paraná. Qualificada pelo órgão como uma “tragédia”, foi aberta uma investigação para identificar os excessos cometidos pela PM na ação.

A primeira declaração do procurador Eliezer Gomes da Silva afirmou que o resultado dessa manifestação “fugiu do padrão”. O procurador-geral, Gilberto Giacoia, fez sua fala enfatizando que seria desenvolvido um trabalho rigoroso de apuração dos fatos.

Nos três parágrafos subsequentes, a Folha contextualizou o cenário dos arredores da Assembleia, mencionando a decisão judicial que garantiu o isolamento do prédio na quarta-feira, 29 de abril; a convocação de ônibus de choque, caminhões dos Bombeiros e da cavalaria; e citou o início dos disparos com bombas de gás, motivado pela queda da grade que isolava os manifestantes. Segundo a reportagem, foram ao menos 60 minutos de disparos de balas de borracha e sprays de pimenta. Também foram utilizados jatos de água.

A Folha citou ter havido revide por parte de alguns manifestantes. A opção pelo uso de “revide” salienta uma postura de contra-ataque por pessoas que integravam o movimento de greve, ou seja, pressupõe igualdade nas condições de enfrentamento. Mais adiante, nas frases seguintes do mesmo parágrafo, notou-se a discrepância dos ativistas e da PM na contagem de participantes do ato de protesto: 15 mil e cinco mil, respectivamente.

Mencionou-se a posição do comando da PM quanto à presença de black blocs; e a quantidade de feridos entre manifestantes e policiais. A entrevista a uma agente educacional, Saionara Silveira, afirmou o longo alcance das bombas e tiros, motivo de queixa contra a atuação da PM.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623425-promotoria-ve-indicio-de-excesso-na-acao-da-pm-do-parana-em-protesto.shtml>



Essa parte do texto foi finalizada com a declaração do comandante-geral da PM, coronel Cesar Vinicius Kogut, o qual afirmou ter adotado procedimentos comuns de uso da força, a fim de cumprir a ordem judicial. Foi citado o ato realizado por estudantes em apoio aos feridos, com a estimativa de participantes segundo a PM.

No intertítulo “Crise tucana” foram retomadas as declarações da cúpula do PSDB divulgadas em matéria anterior.

A orientação do presente texto demonstra uma alteração, de certa forma, na avaliação do episódio, pois o enfoque foi direcionado ao Ministério Público. Mesmo assim, o título não enfatizou fielmente as declarações dos procuradores, já que se optou pela ponderação. O uso de “indício de excesso” em vez de “tragédia” permite tecer essa consideração.

Foi consultada uma fonte ligada à educação, uma agente educacional, o que pareceu equiparar os lados opostos ouvidos pela reportagem, ou seja, que houve uma pluralidade de vozes. Porém, em um intertítulo exclusivo houve a retomada de avaliação da cúpula do partido político do governador. Abaixo a tabela demonstra a descrição do enquadramento de cada matéria.

<b>30 de abril de 2015</b>	<b>Tipo de Enquadramento</b>
<i>Após confronto com ao menos 180 feridos, polícia desfaz cerco no Paraná</i>	Legislativo/executivo
<i>Ex-tucano, prefeito de Curitiba critica ataque da PM a manifestantes no PR</i>	Violência/segurança
<i>Estudantes fazem ato em apoio a professores feridos em Curitiba</i>	Criminalização
<i>Em nota, MEC lamenta confronto entre policiais e docentes em Curitiba</i>	Legislativo/executivo
<i>Confronto no Paraná gera embate entre petista e tucano no Senado</i>	Legislativo/executivo
<i>PM do Paraná posta foto coberto de tinta vermelha e é criticado na internet</i>	Legislativo/executivo

<i>Para tucanos, faltou “habilidade política” a Richa em protesto”</i>	Criminalização
<i>Promotora vê “indício de excesso” na ação da PM do Paraná em protesto</i>	Violência/segurança

Fonte: Elaborado pela autora.

### 6.3 Contrapontos entre *Brasil de Fato* e *Folha de S. Paulo*

Diante das análises empreendidas, torna-se relevante tecer ponderações acerca da cobertura noticiosa de cada veículo. O *Brasil de Fato* registrou três matérias jornalísticas no período delimitado – de 28 a 30 de abril de 2015, sendo duas no dia do “Massacre” e uma no dia posterior. As fontes revelaram a preocupação do jornal em dar visibilidade ao trabalhador da educação, bem como aos representantes do poder público que se manifestaram contrariamente à aprovação do projeto de lei e à violência policial. Classificados como violência/segurança, os textos noticiosos revelaram o tom de denúncia da violência, por meio das declarações das fontes consultadas pelo *Brasil de Fato*. A primeira matéria publicada também se enquadrou como protagonismo, devido ao reforço nas ações de mobilização dos professores e profissionais da educação diante das “manobras fiscais na aposentadoria pública”.

Das três publicações, apenas uma é de autoria do profissional do veículo, Pedro Carrano, sendo justamente a matéria enquadrada como protagonismo e violência/segurança. As outras duas foram provenientes da Agência Brasil, a qual é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, instituição do sistema público. Esse dado mostra a condição diferente de produção do jornal se comparado à Folha, que dispõe de equipes para cobertura *in loco*. O limite se revela na falta de consulta às fontes ligadas a outros sindicatos que também atuaram na mobilização de greve, como os de universidades estaduais do Paraná. Apesar da visibilidade e contextualização dos motivos da greve e a denúncia à repressão policial, o *Brasil de Fato* não explorou uma pluralidade de entrevistados relacionados à educação.

A Folha registrou 13 matérias nos três dias avaliados. O predomínio foi do enquadramento de criminalização do movimento, com cinco matérias. Na sequência, com quatro, foi a classificação em legislativo/executivo. As categorizações em factual/episódico e violência/segurança foram atribuídas a respectivamente duas publicações textuais do veículo.

A primeira<sup>28</sup> do rol das análises, do dia 28 de abril de 2015, mostra a utilização de fontes que representam os trabalhadores da educação, como a consulta aos professores de uma universidade estadual, o presidente e a diretora de um dos sindicatos que organizaram o movimento grevista e a descrição do grito dos manifestantes.

Como contraponto, no intertítulo “Ordem Judicial” ao final do texto, o veículo mencionou o posicionamento do governo mediante nota da Secretaria de Segurança do Paraná sobre o impedimento da “invasão da Assembleia”. Mas, por não haver detalhamento da motivação da luta e menção a respeito do início da segunda fase da greve dos servidores, a matéria foi classificada como “factual/episódica”. A mesma classificação foi atribuída à publicação textual do dia 29 de abril: “Professores cercam Assembleia do PR contra proposta que muda previdência”.

Vale ressaltar o papel das fontes na definição do enquadramento da notícia. Os cinco textos enquadrados como criminalização do movimento grevista utilizaram predominantemente fontes oficiais, como o governador do Paraná, comandantes, policiais, assessoria da Polícia Militar, e representantes do poder público do mesmo partido político do governo do Estado. As duas matérias enquadradas como violência e segurança apresentaram, além de dados sobre feridos, uma crítica e denúncia à ação da Polícia Militar. Geralmente se tratava de fontes oficiais que não integravam a cúpula do governador do Paraná, o caso do então prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet. E, no outro texto, a postura do Ministério Público e de uma profissional da educação.

Nas quatro classificações em legislativo/executivo, o enfoque foi para o posicionamento e as medidas dos setores do poder público após o “Massacre do Centro Cívico”. As fontes mais utilizadas foram as oficiais, tais como o governador, senadores e assessoria da Polícia Militar. Apenas na primeira matéria que recebeu tal classificação, foram entrevistadas duas estudantes de graduação que integravam manifesto em apoio à educação e democracia.

Não houve registro do enquadramento de protagonismo no total de textos analisados da *Folha de S. Paulo*, o que contribui para a consideração de uma interferência do componente ideológico, político e econômico na cobertura jornalística.

---

<sup>28</sup> Intitulada: “*Policiais e professores entram em confronto em Curitiba*”.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de enquadramento foi possível compreender quais elementos da realidade retratada na versão *online* dos jornais brasileiros de circulação nacional, *Folha de S. Paulo* e *Brasil de Fato*, foram ampliados ou reduzidos, sendo possível tecer considerações acerca dos padrões de cobertura de cada um dos veículos. Em maior medida, proporcionou uma reflexão quanto ao papel do jornalismo na cobertura de ações coletivas de movimentos sociais.

As análises desenvolvidas nesta pesquisa tiveram o intuito de verificar os padrões de cobertura dos veículos tradicional/hegemônico e alternativo diante do “Massacre/Batalha do Centro Cívico”, episódio marcado pela repressão aos manifestantes que lutaram contra a aprovação do Projeto de Lei 252/2015 que alterou o regime de previdência dos servidores. Trata-se de um episódio de relevância para a história dos movimentos sociais e sindicais. À medida que uma mobilização social de trabalhadores da educação foi retratada pelos meios de comunicação, tornou-se possível desvelar os significados e interpretações apreendidos nesse acontecimento específico. O processo de construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 2011) foi verificado por meio da análise da cobertura noticiosa.

A fundamentação teórica assentada na perspectiva de Thompson (1998) auxiliou na compreensão dos resultados dos padrões de cobertura dos jornais *online* objetos desta pesquisa, visto que a mídia e os meios de comunicação atuam na ressignificação de identidades. Essa influência atinge a formação da opinião pública quanto às ações coletivas de movimentos sociais. O campo jornalístico, pois, ao selecionar aspectos da realidade a determinados fatos influencia na formação simbólica, política e ideológica dos indivíduos.

A posição dos meios de comunicação a respeito de mobilizações e articulações da sociedade é revelada pelo enquadramento jornalístico, aqui fundamentado pelos estudos de Entman (1993). O uso de determinadas palavras, imagens, metáforas, adjetivos, advérbios e ironias revela as intenções jornalísticas quanto à ideia central organizadora sobre determinado evento. Muitas vezes o título já tornava visível e anunciava a orientação de todo o texto. Para isso, as técnicas para o estudo passaram pelas fases de descrição das matérias, quantificação e classificação dos enquadramentos.

Ambos os jornais ressaltaram a violência dos órgãos de segurança do Paraná, que marcou a dispersão e ferimento de mais de 200 pessoas, a maioria servidores públicos que protestavam contra a aprovação do projeto de lei.

A *Folha de S. Paulo* enquadrou a maioria das matérias jornalísticas de forma a criminalizar a ação do movimento e com enfoque nos órgãos executivo e legislativo, colocando as forças de segurança como garantidoras de uma ordem e fiscalizadora diante da “invasão” dos manifestantes.

As análises permitiram confirmar que houve omissão pela Folha da responsabilidade do Estado diante do ato de repressão e violência, o qual foi planejado contra trabalhadores unidos numa mobilização para assegurarem a manutenção de direitos. O espaço dedicado às falas de entrevistados ligados ao governo do Paraná indica a prevalência do veículo por fontes oficiais. No entanto, é preciso apontar nuances na cobertura que permitem traçar a estratégia da Folha.

A denominação “confronto” pela Folha equaliza a força policial – munida de balas de borracha, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes –, com os servidores e estudantes, que, segundo o veículo, estariam armados de pau e pedras. Apesar de a cobertura noticiosa no site da Folha ter sido mais numerosa que a do *Brasil de Fato*, não se ateuve a tratar em profundidade a pauta e a dinâmica do movimento grevista. Porém, se verificou o uso mais plural das fontes ligadas à educação e representantes de sindicato de educadores. Isso se deve também às condições estruturais de produção do veículo que disponibiliza equipes para cobertura *in loco*.

O enquadramento de protagonismo não foi registrado no total de textos analisados da *Folha de S. Paulo*, o que reflete a interferência dos componentes ideológico, político e econômico na cobertura jornalística. Essa postura acaba por não contemplar a multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo. Dessa maneira, a atuação ocorreu com privilégio a determinados grupos sociais em detrimento dos cidadãos que reivindicam mudanças.

Já no *Brasil de Fato*, a responsabilidade pela ação planejada do bloqueio policial foi atribuída ao governo do estado do Paraná e a luta dos servidores legitimada pela narrativa noticiosa, à medida que foi dada visibilidade aos profissionais da educação e ao sindicato que os representa – presente no enquadramento de protagonismo da primeira publicação que antecedeu o “Massacre do Centro Cívico”. Em contrapartida, o jornal apresentou limitações quanto à publicação de um maior número de matérias, que seria possível por meio de envio de equipe jornalística para a cobertura da mobilização em 29 de abril de 2015.

O enquadramento de violência e segurança predominou no BdF ao trazer a estatística do número de feridos e as ações desenvolvidas para o atendimento das pessoas atingidas durante a repressão às manifestações. Isso foi explicitado pelo uso de verbos, substantivos, além dos adjetivos mencionados pelas fontes selecionadas pelo repórter.

Houve a preocupação do BdF em contextualizar o motivo da greve e das ações de mobilização no entorno da Assembleia Legislativa do Paraná, assim que eclodiu a segunda fase do movimento grevista, em 27 de abril de 2015. O conteúdo de reivindicação predominou no jornal, que se assume como de esquerda e a veiculação de publicidade provém de movimentos sociais ou governos de esquerda (VENANCIO, 2009).

Dessa forma, ao enquadrar temas a serem discutidos publicamente e conferir legitimidade a determinado debate, o jornalismo configura o exercício da cidadania, na medida em que atua como construtor no estímulo à participação.

Por meio da rede de organização da sociedade e conscientização da cidadania, é possível exercer o controle do poder, no qual os meios de comunicação se constituem de instrumento de contribuição (DEMO, 2009). Potencializar a ação de movimentos e entidades por meio da estrutura noticiosa torna-se capaz de apresentar a complexidade do movimento e da questão de cidadania envolvida nesse processo, que perpassa pela divulgação de temas de interesse público.

A análise da cobertura de um veículo alternativo e um tradicional/hegemônico mostra-se relevante, pois permite identificar as intenções jornalísticas e de linha editorial no contexto de repressão a movimentos sociais. Os enquadramentos jornalísticos se revelam importantes para a compreensão de ideias salientes num texto em detrimento de outras, sendo possível verificar a existência ou não de uma pluralidade da informação e o cumprimento do princípio do contraditório, por exemplo.

Além disso, a pesquisa permitiu a compreensão do funcionamento da hegemonia e sua articulação com a mídia, quando a cobertura demonstra o foco na discussão entre senadores e agentes de Estado, ganhando destaque as vozes oficiais instítuidas pelo sistema político-democrático no Brasil. Esse deslocamento para os cenários institucionais do Estado em detrimento dos espaços da mobilização dos grevistas expressa as concepções reduzidas sobre os espaços públicos, que também deveriam ser levados a sério para o exercício da cidadania e da democracia. Dessa forma, a rua perde legitimidade como cenário de disputa de sentidos para arranjar não apenas um sistema, um *modus operandi*, mas também as próprias relações sociais.

Em contrapartida, salientam-se as dificuldades de infraestrutura da mídia alternativa, sobre a qual encontra-se claro o desafio de criar estratégias e os recursos técnicos para dar visibilidade a esses outros cenários que tornam possível a disputa de significados. Assim, se revelam as relações de poder que lhe subjazem quando quer se virar o jogo da política, pois,

nessas ações se consegue enxergar o caráter dinâmico e processual da democracia e o exercício cidadão além da premissa normativa, estática e pré-definida pela lei.

A mobilização da sociedade civil contemporânea em nome da garantia de direitos não apenas trabalhistas, mas também à educação pública e gratuita de qualidade, problematiza o papel dos meios de comunicação alternativos nesse tipo de articulação que busca, incessantemente, expressões de cidadania. Acredita-se que este estudo poderá contribuir para a discussão de modo amplo e crítico, na qual situa o papel das mídias alternativa e tradicional/hegemônica na relação com mobilizações sociais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- APP Sindicato. Nota de esclarecimento: ocupação da Assembleia Legislativa, 10/02/2015. Notícias. Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/index.php/nota-de-esclarecimento-ocupacao-da-assembleia-legislativa/>>. Acesso em: 02. nov. 2016.
- ARBEX JR., José. O legado ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi. In: **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 07-13.
- ATTON, Chris. **Alternative media**. London: Sage, 2001.
- BECKER, Maria Lúcia. Comunicação alternativa em redes digitais: apontamentos para uma historiografia necessária. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6., 2008, Niterói. **Anais...** Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2008, p. 01-13. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BERGER, Peter L. ; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 33 ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 6 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.
- CALDEIRA, Priscila Santana. O Brasil de Fato na Marcha da Liberdade e Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. In: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, 2015, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2015, p. 01-19. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/#!/departamentos/comunicacao-social/midia-cidada-2015/anais-do-evento/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.
- CARAZZAI, Estelita Hass. Após confronto com ao menos 180 feridos, polícia desfaz cerco no Paraná. **Folha de S. Paulo**, Curitiba, p.01-04, 30/04/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623071-apos-confronto-com-ao-menos-180-feridos-policia-desfaz-cerco-no-parana.shtml>>/ Acesso em: 25 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. Policiais e professores entram em confronto em Curitiba. **Folha de S. Paulo**, Curitiba, p.01-03, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622101-policiais-e-professores-entram-em-confronto-em-curitiba.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. Richa responsabiliza governo federal por crise econômica no Paraná. In: **Folha de S. Paulo**, 27/05/2015. Poder. p. 01-02. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1634251-richa-responsabiliza-governo-federal-por-crise-economica-no-parana.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança** – Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



CHOMSKY, Noam; HERMAN, S. Edward. **A manipulação do público**. Política e poder econômico no uso da mídia. Tradução Bazán tecnologia e lingüística. São Paulo: Futura, 2003.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 14, abril 2001. Disponível em: <[www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/301/232](http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/301/232)>. Acesso em: 30 de abr. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUT-PR. **Base aliada aprova "tarifaço" de Beto Richa**. p. 01, 10/12/2014. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/base-aliada-aprova-tarifaco-de-beto-richa-9949/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. Tradução Silvana Vieira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

EKECRANTZ, Jan. Espetáculos midiáticos e comunicações democráticas – entre a hegemonia global e a ação cívica. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Mônica Chagas; SILVEIRA, Fábio Alves. Paradigmas da opinião jornalística no Confronto do Centro Cívico. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Curitiba, 17., 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Conheça a Folha de S. Paulo. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml)>. Acesso em: 26 de abr. 2017a.

FOLHA DE S. PAULO. Conheça o grupo Folha. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca\\_o\\_grupo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml)>. Acesso em 15 de mar. 2017b.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 39-45, nov. 2005.

GARCIA, Euclides Lucas. **Assembleia tomada e confronto levam à retirada de "pacotaço"**. In: Gazeta do Povo, 12/02/2015. Vida Pública. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/assembleia-tomada-e-confronto-levam-a->

[retirada-de-pacotaco-ejw0xp3b7y63x10ajht1wbeq6](#)>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GAZETA DO POVO. Após protesto e confronto, governo retira “pacotação” de tramitação, Curitiba, 12 fev. 2015a. Vida Pública. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apos-protesto-e-confronto-governo-retira-pacotaco-de-tramitacao-ejvaldecpnuqcmh8r0cz5g4wum#ancora2>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

GAZETA DO POVO. Cronologia dos embates entre governo e professores na greve de 2015, Curitiba, 17 jun. 2015b. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cronologia-dos-embates-entre-governo-e-professores-na-greue-de-2015-bxyes24fyo4r7knblzc9uzrut>>. Acesso em: 13 set. 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230 pp.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil** – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 75-91, jan. 2004. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624>>. Acesso em: 25 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/13624>.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAUBERT, Mariana. Confronto no Paraná gera embate entre petista e tucano no Senado. **Folha de S. Paulo**, Brasília, p. 01-03, 30/04/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623237-confronto-no-parana-gera-embate-entre-petista-e-tucano-no-senado.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

HISTÓRICO da APP-Sindicato. Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/index.php/historico/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

JASPER, Aline; GADINI, Sérgio Luiz. A cobertura do ‘Massacre’ de 29 de abril 2015 pelos diários impressos paranaenses. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas jornalísticas (de)marcadas**: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. Disponível em: <[http://pitanguiepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%20C3%8DSTI%20CAS%20\(DE\)MARCADAS.pdf](http://pitanguiepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%20C3%8DSTI%20CAS%20(DE)MARCADAS.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016, p. 49-65.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 1ª ed. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LAÍNY, Laís. **Manifestantes ocupam Assembleia Legislativa**. In: Central Gazeta de Notícias, ALEP, 10/02/2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/123551/manifestantes-ocupam-assembleia-legislativa>>. Acesso em: 30 out. 2016.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LORENZETTI, Jorge; FACCIO, Odilon. **O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta**. São Paulo: LTr, 2000.

MACIEL, Camila. **Pepe Vargas qualifica repressão da PM a professores no Paraná como inaceitável**. Brasil de Fato, 30/04/2015. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/31954/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

MALERBA, J. P. A comunicação comunitária no limite. In: PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (Org). **Comunidade e Contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MENDES, Gibran. **Greve no Paraná leva mais de 30 mil trabalhadores às ruas**. Brasil de Fato, 20/05/2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/32089>>. Acesso em: 13 set. 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Comunicação e movimentos sociais. **ECOS, REVISTA**, Pelotas, 10 (1): 109-134, jan-jun/2006.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Jornal Brasil de Fato: disputando a hegemonia no campo da comunicação. In: II SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2.. 2006, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/rozinaldoantoniomiani.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MORAES, Dênis de (Org.). Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Por uma outra comunicação**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010a, p. 09-11.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: \_\_\_\_\_. **Por uma outra comunicação**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010b, p. 187-216.

MORAIS, Esmael. **OAB-PR lança manifesto contra pacote de Beto Richa que extingue fundo previdenciário**. In: Blog do Esmael, 10/02/15. Disponível em: <<http://www.esmaelmorais.com.br/2015/02/oab-lanca-manifesto-contrapacote-de-richa-que-extingue-fundo-previdenciario/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

MORALES, Cláudio Rodrigues. **Manual prático do sindicalismo**. São Paulo: LTr, 1999.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **O jornal Brasil de Fato: a construção de um meio de comunicação popular**. (Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor). São Paulo: ECA/USP, 2009.

MOURIAUX, René; BEROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (organizadores). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta** (Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor). São Paulo: ECA/USP, 2009.

PAVAN, Bruno. **Secretário de educação do Paraná pede demissão**. In: Brasil de Fato, 06/05/2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/31993>>. Acesso em: 13 set. 2016.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave** [online]. 2008, vol.11, n.2, pp.367-379. ISSN 0122-8285.

PORTO, Mauro Pereira. **A Mídia Brasileira e a Eleição Presidencial de 2000 nos EUA: A Cobertura do Jornal Folha de S. Paulo**. Cadernos do CEAM. Ano II, n. 6. 2001. Disponível em: <<http://www.tulane.edu/~mporto/EleicaoEUA2000.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

POSSEBON, Alessandra. Comunicação alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88231/0>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

QUEM SOMOS. **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 243-252.

REVISTA FÓRUM. Marcha da educação reúne 20 mil no Paraná, 04/03/2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/03/04/marcha-da-educacao-reune-20-mil-parana/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e estórias**. 1. ed. Lisboa: Vega, 1993. parte 1. p. 27-33.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Han. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, n.4, p. 13-35, out. 2004.

SEGURADO, R.; BACHINI, N.; ARAÚJO, R. A.P. **A representação e a rede: a liderança política nos movimentos sociais contemporâneos**. In: Anais do VI Congresso da Compolítica (2015). Disponível em: <[http://www.compolitica.org/home/?page\\_id=1672](http://www.compolitica.org/home/?page_id=1672)>. Acesso em: dez. 2016.

SENKOVSKI, Antonio. Greve dos professores tem o apoio de 90% dos paranaenses. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 mar. 2015. *Vida e Cidadania*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/greve-dos-professores-tem-o-apoio-de-90-dos-paranaenses-c2vttvx33gmztbrf8xhvgx9kh>>. Acesso em: 31 out. 2016.

SILVA, Marcos Paulo da; ANDRADE, Thiago Pinto de. Resistência na ‘sociedade de controle’: Jornalismo alternativo e novas linguagens. In: **Esferas: revista Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro-Oeste**. Ano III (jul./dez. 2014). Brasília: UCB: UNB, 2014.

SILVEIRA, Jaqueline. **Entidades fazem ato contra violência policial no Paraná**. In: *Brasil de Fato*, 05/05/2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/31981>>. Acesso em: 13 set. 2016.

SINET-UFU. **História do Sindicalismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sinet.ufu.br/sindicalismo.htm#HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL>>. Acesso em jan. 2017.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: cultura acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 21-40.

SOUZA, Hamilton Octavio. A atualidade dos estudos do jornalista e professor Perseu Abramo. In: **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 15-22.

SOUZA, Maria Antonia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba. IESDE Brasil S.A., 2008, 164 p.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social** – um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. V.2. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRISOTTO, Fernanda; ANTONELLI, Diego. **Protesto de professores reúne milhares em frente à Assembleia**. Gazeta do Povo, 09 fev. 2015. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/protesto-de-professores-reune-milhares-em-frente-a-assembleia-ejqmrx8ldrep61ja2y1p0s9ji>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Jornalismo e Linha Editorial**: Construção das notícias na imprensa partidária e comercial. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: E-papers, 2009. 242 p.

**ANEXO A – MATERIAL JORNALÍSTICO DO BRASIL DE FATO**



## Truculência da polícia de Beto Richa deixa 107 servidores feridos

*Ambulâncias tiveram dificuldade de se aproximar da Assembleia Legislativa para socorrer feridos. 'Professores estão sendo massacrados', diz sindicato. Vinte e cinco soldados foram intoxicados*

29 de Abril de 2015

Foto: Reprodução/Prefeitura Curitiba

*Da Rede Brasil Atual*



*"Parece uma praça de guerra", publicou no Twitter o prefeito Gustavo Fruet. Foto: Reprodução / Prefeitura de Curitiba*

Mais de cem pessoas ficaram feridas em cerca de uma hora e meia de repressão da polícia do governador tucano Beto Richa a servidores que protestam desde o início da semana contra um projeto de lei que altera as regras de custeio da Paraná Previdência, no Centro Cívico, em frente à Assembleia Legislativa. O projeto promove perdas em direitos previdenciários do funcionalismo a pretexto de socorrer as finanças do estado. Os professores, em greve, estão acampados desde segunda-feira (27) no local.

Ambulâncias tiveram dificuldade de se aproximar para socorrer os feridos, uma vez que a Tropa de Choque da Polícia Militar fez um cordão para isolar o prédio da Assembleia e lançou bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral e jatos de água.



A maioria das vítimas era composta de manifestantes: 107. Havia entre os feridos idosos, crianças e deficientes. Uma senhora que se apoiava nas grades do prédio da Assembleia foi alvejada à queima-roupa por um disparo de bala de borracha no meio das costas enquanto a polícia avançava contra os manifestantes.

O deputado Rasca Rodrigues (PV) e um repórter foram mordidos por um cachorro da PM. Entre as forças de repressão, 25 soldados intoxicaram-se com o gás lacrimogêneo lançado por seus colegas.

O governo Richa é acusado pela oposição, que tenta protelar a votação, de promover ação "truculenta", ao enviar policiais militares para cercar a Assembleia Legislativa. "São trabalhadores organizados fazendo uma mobilização não para conquistar direitos, mas para não perdê-los. O governo não tem diálogo nenhum com o setor público e ainda por cima manda colocar a polícia", disse o deputado estadual Enio Verri (PT).



Foto: Pedro Carrano

Os feridos procuraram refúgio na prefeitura de Curitiba. "Parece uma praça de guerra", publicou no Twitter o prefeito Gustavo Fruet (PDT). No prédio do Executivo municipal, a menos de 100 metros da Assembleia, servidores foram obrigados a deixar seus postos de trabalho por causa do gás lacrimogêneo. A todo tempo servidores apelavam para que a polícia parasse de atirar. "Os professores estão sendo massacrados", denunciou o presidente do sindicato da categoria, Hermes Leão.

A maioria dos deputados deixou o plenário, mas o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), recusou-se a parar a sessão, que já tem os votos favoráveis de 31 dos 54 deputados estaduais.

Enquanto deputados governistas falavam na ação de supostos black blocs, o deputado Nereu Ramos (PMDB) ironizou: "São black blocs armados de giz e avental". O também peemedebista Requião Filho foi mais realista: "Nós, como poder, deveríamos nos envergonhar do que aconteceu aqui hoje".

Pouco antes do início da sessão, os senadores Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT) reuniram-se com líderes do governo e da oposição para pedir que os deputados esperassem ao menos um parecer do Ministério da Previdência solicitado pelo próprio governador antes de seguirem com a votação, o que não demoraria mais do que alguns dias.

Gleisi advertiu que um eventual parecer negativo pode impedir o Paraná de ter acesso a repasses voluntários da União e inviabilizar uma certidão que garantiria ao estado acesso a empréstimos. A base governista optou por seguir com a pauta apesar dos protestos e da advertência de Gleisi. "Por que a pressa?" questionou o deputado Anibelli Neto (PMDB). "Porque esse governo quebrou o estado", respondeu ele mesmo.

O projeto de lei em votação na Assembleia Legislativa foi encaminhado pelo Executivo para alterar a previdência estadual. O governo paranaense quer tirar 33 mil aposentados com mais de 73 anos do Fundo Financeiro, sustentado pelo Tesouro estadual e que está deficitário, e transferi-los para o Fundo de Previdência estadual, pago pelos servidores e pelo governo, que está superavitário.

Com reportagem de Ricardo Gozzi e informações de Gisele Federicce (Brasil 247) e da Agência Brasil

Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/31944>

---

## **Governo do Paraná volta a reprimir e não dialogar com servidores em greve**

*Professores e servidores voltam às ruas contra tentativa de aprovação de alterações na previdência do funcionalismo.*

*Joka Madruga*

29/04/2015



*Por Pedro Carrano,*

*De Curitiba (PR)*

Uma vez mais, os rumos da ParanaPrevidência estão sendo decididos a portas fechadas pelo governador Beto Richa (PSDB), sem ouvir as considerações de servidores, atingidos diretamente pelas mudanças. Com isso, professores estaduais e trabalhadores do Judiciário, estão em greve, desde a segunda-feira (27). Além disso, o Centro Cívico, em frente ao governo estadual, transformou-se em uma praça de guerra.

Já no início da paralisação, o governo do estado sitiou o entorno da Assembleia Legislativa com o efetivo de milhares de policiais, que desde a madrugada da terça-feira hostilizam e reprimem os manifestantes.

Isso ocorre menos de dois meses depois que os projetos que fazem ajustes na Previdência dos servidores terem sido retirados do regime de urgência, com o compromisso do Governo Richa de debater o tema com as entidades sindicais, antes de enviá-lo à votação. No entanto, o projeto, aprovado em primeira instância, foi à Comissão de Constituição e Justiça, e volta para votação.

### **Violência**

Durante a madrugada e parte da manhã da terça-feira, caminhões de água, sprays de pimenta, gás lacrimogêneo e balas de borracha foram utilizados pela polícia contra os manifestantes. Também ocorreram tentativas de retirar o caminhão de som dos sindicatos por parte do governo.

A oposição ao governo estadual, ao menos, conseguiu liminar garantindo o acesso dos servidores às galerias para a votação desta quarta-feira (29). Além disso, uma comissão de cinco senadores acompanhará a decisão dos deputados estaduais para minimizar conflitos.



Foto: Joka Madruga

“O governador tem feito uma fala de que foram os servidores que desrespeitaram o compromisso. Isso é uma inverdade. (...) Ilegal é o comportamento antidemocrático do governo do Paraná”, afirmou, em vídeo, o professor Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato, entidade que representa os professores estaduais.

### **Rombo**

A avaliação de Marlei Fernandes, dirigente da APP-Sindicato, é de que o governo não pode fazer manobras fiscais a partir da aposentadoria pública.

“ Fizemos todos os estudos. Hoje, o governo investe na previdência do servidor R\$ 6 bilhões anuais. O fundo de Previdência, o fundo Militar e o fundo Financeiro. Ele vai resolver o seu problema de caixa. Vai aliviar o seu caixa em R\$ 142 bilhões. Mas o governo não está resolvendo o problema de previdência dos servidores. O governo tem que encontrar suas próprias saídas e não querer confiscar os recursos da previdência”, critica Marlei, em entrevista à Imprensa do Sismuc.

### **Madrugada tensa**

Na madrugada desta quarta-feira (29), o clima narrado por quem está no acampamento dos grevistas é de tensão, bem como de expectativa de que o governo mobilize tropas para tentar retirar o caminhão de som do movimento, como ocorreu na noite anterior.

Caminhões com mais grades de isolamento e carros da polícia circularam durante a madrugada. Pela manhã, ocorre uma manifestação convocada por professores e servidores , na tentativa de barrar a aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa.

<http://www.brasilefato.com.br/node/31936>

.....

### **Pepe Vargas qualifica repressão da PM a professores no Paraná como inaceitável**

*Lucio Bernardo/ Câmara dos Deputados*

O ministro reafirmou sua posição sobre as repressões policiais a protestos de movimentos sociais. “Na nossa opinião, movimento social não deve ser tratado como caso de polícia, e, sim, como movimento político reivindicatório”

30 de Abril de 2015



Lucio Bernardo/ Câmara dos Deputados

*Por Camila Maciel*

*Da Agência Brasil*

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, qualificou hoje (30), na capital paulista, como inaceitável a repressão da Polícia Militar (PM)

ao protesto dos professores paranaenses na tarde de ontem. “O que eu vi ali, nas imagens, no mínimo, o uso desmedido da força e uma violência desnecessária que, em uma sociedade democrática, precisa ser debatido”, declarou após participar de ato em São Paulo contra a redução da maioria penal.

Vargas informou que aguarda manifestações na ouvidoria do órgão para que sejam adotadas medidas sobre violações de direitos humanos cometidos no protesto. “A partir dos dados que chegarem à ouvidoria da secretaria, em cima dos fatos concretos, nós analisaremos o que pode e deverá ser feito”, apontou. Ele informou que estava em deslocamento na tarde de ontem, o que o impediu de acompanhar os atos.

Pelo menos 170 manifestantes, na maioria professores, ficaram feridos durante a ação policial para reprimir o protesto em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, no Centro Cívico. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, 20 policiais se machucaram. Os professores, em greve desde segunda-feira (27), protestavam contra um projeto de lei que altera a Previdência estadual. O projeto foi aprovado no início da noite, em segundo turno, pelos deputados.

O ministro informou que a pasta já havia sido procurada pelos manifestantes na terça-feira (28). “Conversei com o chefe da Casa Civil do governo do Paraná [Eduardo Sciarra] e no dia na manifestação conversamos novamente com a preocupação de que as forças de Segurança Pública compreendessem o movimento social e se evitasse todo e qualquer confronto ou ato de violência”, relatou.

Vargas reafirmou sua posição sobre as repressões policiais a protestos de movimentos sociais. “Na nossa opinião, movimento social não deve ser tratado como caso de polícia, e, sim, como movimento político reivindicatório. Havendo disposição para diálogo, dentro de um princípio de mediação de conflitos, é perfeitamente possível fazer o acompanhamento de uma manifestação pública, de movimentos sociais, sem o uso desmedido da força, sem cenas que nós assistimos ontem”, avaliou.

O governador do Paraná, Beto Richa, defendeu a ação da polícia por ter sido uma reação à provocações. “A reação não partiu dos policiais. Os policiais ficaram parados para proteger o prédio da Assembleia Legislativa. Na medida em que eram impedidos, reagiram. A polícia não partiu para cima dos manifestantes uma única vez. Tem filmes que comprovam o que estou dizendo”, disse em entrevista coletiva. Segundo a Secretaria de Segurança, será aberto um inquérito policial militar, com participação do Ministério Público, para apurar o caso.

<http://www.brasildefato.com.br/node/31954>

.....

**ANEXO B – MATERIAL JORNALÍSTICO DA FOLHA DE S. PAULO**



## Policiais e professores entram em confronto em Curitiba

Estelita Hass Carazzai/Folhapress



Carro do Batalhão de Fronteira do Paraná, que atua a quase 600 km de Curitiba, presta apoio durante ato

---

**ESTELITA HASS CARAZZAI**  
DE CURITIBA

28/04/2015 12h12 - Atualizado às 13h18

Com spray de pimenta e bombas de gás, policiais militares e professores do Paraná entraram em confronto nesta terça-feira (28) em Curitiba, próximo à Assembleia Legislativa, onde é votado um projeto que pretende mudar a previdência dos servidores estaduais.

Os manifestantes, que eram cerca de 1.500, tentavam chegar ao Legislativo do PR com um carro de som. Um [perímetro de segurança](#), porém, foi traçado pela polícia, a cerca de 100 metros do prédio –uma ordem judicial impede que os manifestantes ocupem o plenário, como ocorreu em [fevereiro](#).

O perímetro aumentou de segunda (27) para hoje, quando os protestos começaram: agora, toda a rua em frente à Assembleia está cercada por grades, e a entrada de carros de som tem sido impedida pela polícia. Após ordem judicial, foi o governador Beto Richa (PSDB) quem escalou a PM para cerca o Legislativo paranaense.

Estelita Hass Carazzai/Folhapress



Bloqueio de policiais militares em frente à Assembleia do Paraná nesta terça (28)

Pouco antes das 11h, o caminhão tentou se aproximar do bloqueio e avançou em direção à Assembleia numa brecha entre os carros da polícia, segundo relato de professores ouvidos pela **Folha**. Nesse momento, bombas de gás e sprays de pimenta foram lançados contra os manifestantes.

"Não houve nenhuma tentativa de depredação. As pessoas estavam com a mão para o alto", diz Ronaldo Nascimento, 54, professor da UEL (Universidade Estadual de Londrina).

Em seguida, um jato de água também foi lançado contra os manifestantes. O carro avançou alguns metros, mas parou em seguida, na praça Nossa Senhora de Salette, ainda distante da sede do Legislativo estadual –onde haverá votação à tarde.

"Foi uma truculência. Jogaram água e bomba em cima do povo que estava correndo", relata Adriana Farias, também professora da UEL.

Por volta das 12h, os policiais recuaram o bloqueio e permitiram a entrada do carro de som na rua em frente à Assembleia.

## MADRUGADA



Policiais e professores já haviam entrado em confronto na madrugada também por causa de um caminhão de som. Os PMs pediram a retirada dos carros que estavam em frente à Assembleia, mas os manifestantes resistiram.

A polícia, que argumenta que os carros estavam dentro do perímetro de segurança, usou spray de pimenta para afastar os professores.

"A indignação só aumenta. O governo montou uma operação de guerra", diz Marlei Fernandes, diretora da APP Sindicato (que representa os professores).

Pela manhã, os manifestantes gritavam "ei, polícia, vai prender o Beto Richa" e "servidor não é bandido".

Além dos professores, os servidores do Judiciário, agentes penitenciários e servidores da saúde também entraram em greve nesta semana em protesto contra a mudança na previdência.

## **ORDEM JUDICIAL**

Em nota da Secretaria de Segurança do Paraná, o governo informou que está cumprindo a ordem judicial que impede a invasão da Assembleia, e que agirá "em consonância com o livre direito constitucional de manifestação, mas com o devido rigor com qualquer pessoa que venha a danificar o patrimônio público e privado".

"Há um exagero na condução desse processo. A ordem é para a Assembleia, e não para as ruas, para a praça", contestou Farias.

O governo também afirma que integrantes do movimento black-bloc foram convocados, pelas redes sociais, para participarem do protesto.

Os professores, em greve desde segunda (27) por causa do projeto da previdência, permanecem na praça em frente à Assembleia. Não houve novos focos de confronto.

Com a manifestação, os deputados [iniciaram a votação](#) do projeto com proteção policial.

A APP Sindicato repudiou a acusação de que haveria black-blocs na manifestação. "É só o [Fernando] Francischini [secretário de Segurança] pra dizer isso. É uma vergonha para todos nós", afirmou o presidente Hermes Leão. "Está todo mundo vendo, gente. Quem é que estava de rosto coberto? Ninguém."

Para ele, o governo Richa "instalou a ditadura no Paraná". "O governo se acha no direito de mandar no espaço público, de restringir a liberdade coletiva."

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622101-policiais-e-professores-entram-em-confronto-em-curitiba.shtml>

.....

## Batalhão de Fronteira policia votação desta quarta sobre previdência do PR

Estelita Hass Carazzai - 28.abr.2015/Folhapress



Veículo do Batalhão de Fronteira do PR, que atua a quase 600 km de Curitiba, no cerco à Assembleia

**ESTELITA HASS CARAZZAI**  
DE CURITIBA

29/04/2015 02h00

Para garantir a votação de um projeto que irá aliviar o caixa do Estado, o governo do Paraná destacou centenas de policiais do interior para proteger a Assembleia Legislativa, em Curitiba, e evitar sua invasão por manifestantes.

A **Folha** encontrou, entre os policiais que cercam o prédio desde segunda (27), militares de Maringá (norte do Estado), Umuarama (noroeste) e até de Marechal Cândido Rondon, no extremo oeste do Paraná, a 585 km de Curitiba.

Carros do Batalhão de Fronteira, que atua na divisa com o Paraguai, também foram flagrados pela reportagem nesta terça (28).

"Não tenha dúvida de que vai ter batalhão desguarnecido no interior", afirma o presidente da Apra (Associação dos Praças do Paraná), Orélio Fontana. "A maioria veio de cidade pequena, onde o efetivo é de quatro, seis policiais. E aí aperta a escala para todo mundo."

Os deputados do Paraná começaram a votar, nesta semana, um projeto que pretende alterar a previdência estadual, aliviando o caixa do governo em R\$ 1,7 bilhão ao ano. Em protesto, professores e outras categorias, como agentes penitenciários e servidores da saúde, entraram em greve e têm organizado manifestações em frente à Assembleia desde segunda (27).

A direção da Casa conseguiu uma ordem judicial que proíbe a invasão do plenário, como já ocorreu em fevereiro. A PM diz que está agindo para cumprir a decisão.

## **NÚMEROS**

No total, cerca de 1.200 policiais foram destacados para cercar a Assembleia, segundo a Apra –o governo não confirma. Há 22 mil militares na corporação.

Do efetivo total, cerca de 900 vieram do interior, calcula a Apra. O governo não comenta –só diz que não há regiões desguarnecidas.

Em Curitiba, grades formam um perímetro de segurança, e isolam a frente e os fundos da Assembleia. Centenas de policiais ficam permanentemente entre as grades e o prédio. Os edifícios do Tribunal de Justiça e do governo estadual, que estão ao lado do Legislativo, também foram cercados.

"Estão vindo aqui para atacar trabalhador", protesta o professor Ronaldo Nascimento, 54, que leciona na UEL (Universidade Estadual de Londrina). No final da manhã de terça (28), PMs entraram em confronto com os professores. Bombas de gás e sprays de pimenta foram disparados contra os manifestantes, que tentavam levar um carro de som à frente da Assembleia.

## **DIÁRIAS**

Os policiais que vieram do interior ainda se queixam de que estão sem receber as diárias, devidas a quem sai de sua base para trabalhar. São R\$ 230 por dia.

A Secretaria da Segurança Pública informou que as diárias atrasaram devido ao trâmite burocrático, mas seriam liberadas no final desta terça (28). Os recursos foram autorizados na segunda, e os cartões corporativos, carregados no dia seguinte.

O projeto que altera a previdência será votado, em segunda discussão, nesta quarta-feira (29). Os servidores em greve prometem uma grande mobilização em frente à Assembleia para pressionar os deputados a não aprovarem a proposta.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622437-deputados-do-parana-votam-nesta-quarta-mudanca-na-previdencia.shtml>

.....

## Professores cercam Assembleia do PR contra proposta que muda previdência

16 de 20



ESTELITA HASS CARAZZI  
DE CURITIBA  
29/04/2015 11h10

Ônibus com professores de várias cidades do Paraná começaram a chegar na manhã desta quarta-feira (29) às proximidades da Assembleia Legislativa, em Curitiba, para acompanhar a votação final do projeto do governo Beto Richa (PSDB) que altera a previdência dos servidores estaduais.

A expectativa dos professores é que cerca de 20 mil servidores participem da manifestação contra a proposta, já aprovada em primeira votação na segunda-feira (27). Para impedir as manifestações, o governo do Paraná destacou centenas de policiais do interior para proteger o prédio do Legislativo e evitar sua invasão por manifestantes.

A **Folha** encontrou, entre os policiais que [cercam o prédio](#) desde segunda (27), militares de Maringá (norte do Estado), Umuarama (noroeste) e até de Marechal Cândido Rondon, no extremo oeste do Paraná, a 585 km de Curitiba.

Carros do [Batalhão de Fronteira](#), que atua na divisa com o Paraguai, também foram flagrados pela reportagem nesta terça (28).



Os deputados do Paraná [começaram a votar](#), nesta semana, um projeto que pretende alterar a previdência estadual, aliviando o caixa do governo em R\$ 1,7 bilhão ao ano. Em protesto, professores e outras categorias, como agentes penitenciários e servidores da saúde, entraram em greve e têm organizado manifestações em frente à Assembleia desde segunda (27).

A direção da Casa conseguiu uma ordem judicial que proíbe a invasão do plenário, como já ocorreu em fevereiro. A PM diz que está agindo para cumprir a decisão.



Paulo Lisboa/Brazil  
Photo Press/Folhapress

Cerca de 20 mil professores do PR em greve no 3º dia de protesto contra mudanças na previdência

---

## NÚMEROS

No total, cerca de 1.200 policiais foram destacados para cercar a Assembleia, segundo a Apra (Associação dos Praças do Paraná) –o governo não confirma. Há 22 mil militares na corporação.

Além dos policiais, grades formam um perímetro de segurança, e isolam a frente e os fundos da Assembleia. Centenas de policiais ficam permanentemente entre as grades e o prédio. Os edifícios do Tribunal de Justiça e do governo estadual, que estão ao lado do Legislativo, também foram cercados.

No final da manhã de terça, PMs [entraram em confronto](#) com os professores. Bombas de gás e sprays de pimenta foram disparados contra os manifestantes, que tentavam levar um carro de som à frente da Assembleia.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622569-professores-cercam-assembleia-do-pr-contra-proposta-que-muda-previdencia.shtml>

.....

## Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná

12 de 20



ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA  
JULIANA COISSI  
DE SÃO PAULO

29/04/2015 15h07 - Atualizado às 22h51

Após servidores estaduais do Paraná tentarem romper o cerco da Polícia Militar na Assembleia Legislativa e a corporação reagir com bombas de gás e balas de borracha, manifestantes e PMs entraram em confronto na tarde desta quarta-feira (29) em frente à Casa. O local virou uma praça de guerra onde ao menos 170 pessoas se feriram.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, 20 dos feridos são policiais. Já a prefeitura de Curitiba estipula que 150 civis foram feridos.

Os protestos ocorreram no Legislativo porque os deputados votaram, a portas fechadas, o projeto do governo Beto Richa (PSDB) que modifica a previdência dos funcionários públicos estaduais. De acordo com o sindicato servidores, foram à manifestação 15 mil pessoas –a PM não fez estimativa.

Apesar da confusão e dos protestos, o projeto da administração tucano acabou sendo aprovado pela Assembleia, onde Richa tem maioria. A proposta reduz a contribuição do governo –em crise financeira desde o ano passado– sobre as pensões pagas pelo Estado no PR. Os manifestantes reclamam que perderam benefícios.

Desde o início desta semana, a Assembleia foi cercada por PMs a pedido do governador tucano, que se baseou numa ordem judicial para fazer a votação sem a presença de manifestantes.

A polícia jogou também jatos de água contra os ativistas. Já os manifestantes atiraram pedaços de pau e pedras. Parte deles são professores, que entraram em greve na última segunda (27) contra o projeto.

O prédio da prefeitura, que fica em frente à Assembleia, foi transformada em uma espécie de enfermaria para agilizar o atendimento dos feridos.

A polícia prendeu seis pessoas –entre eles, há professores e black-blocks, segundo a pasta.

O confronto durou pelo menos duas horas. Após o ataque da PM, os manifestantes –entre eles também alunos da rede pública–, recuaram, mas continuaram ocupando as ruas ao redor do Legislativo.

A gestão Richa montou uma operação de guerra ao redor da Assembleia.

Um deputado chegou a ser mordido por um cachorro da PM. Pelo menos dois cinegrafistas que cobriam o confronto também ficaram feridos –um por uma bala de borracha, outro também mordido na perna por um cão da polícia.

O cinegrafista Luiz Carlos de Jesus, atacado por um pit bull da PM, foi atendido em um hospital, tomou vacina antirrábica, recebeu curativos e teve alta em seguida. Ele não fez cirurgia nem levou pontos.

## **'REFÚGIO'**

Dos 170 feridos, 35 foram socorridos por ambulâncias do Samu e por guardas civis municipais. Eles foram levados para hospitais e para a UPA matriz. Havia também entre eles pessoas que passaram mal com o gás usado pela PM.

Segundo a assessoria da prefeitura, diante do tumulto, as pessoas se refugiaram na prefeitura. O saguão principal ficou lotado de pessoas ensanguentadas, ainda sob efeito de crise nervosa ou que tiveram algum tipo de ferimento.

Funcionários tentaram acalmar manifestantes, distribuindo água.

Enquanto isso, a sessão foi realizada na Assembleia. Foi interrompida por cerca de dez minutos, já que o gás chegou a atingir o plenário da Casa, mas foi retomada, mesmo com o barulho de bombas e gritos do lado de fora.

Também [houve confronto](#) nesta terça-feira (28), quando um caminhão de som tentou se aproximar do Legislativo. Na ocasião, a PM reagiu com bombas de gás e spray de pimenta.

A expectativa dos servidores era evitar a aprovação da proposta de Richa.

Com medo de que o prédio do Legislativo fosse invadido, a exemplo do que ocorreu [em fevereiro](#), a gestão Richa montou uma [operação de guerra](#) ao redor da Assembleia Legislativa do Paraná para garantir a votação.

Diante da fumaça, foram suspensas as aulas na CMEI Centro Cívico, uma creche infantil para filhos de funcionários, que também fica perto da Assembleia.

Os pais foram convocados a buscar às pressas as crianças. Assustadas, algumas passaram mal e começaram a tossir diante do desconforto com o gás.

## SEGURANÇA

Quase 2.000 policiais, segundo apurou a **Folha**, participaram da operação. Ônibus do batalhão de choque, caminhões dos Bombeiros e até a cavalaria foram convocados para fazer a segurança do prédio.

Do lado de fora, manifestantes carregaram cartazes e gritaram "retira, retira" e "eu estou na luta".

Todas as entradas do Legislativo ficaram cercadas. Os manifestantes foram concentrados em apenas um dos lados do prédio. Entre eles e a entrada da Assembleia, há cerca de 30 metros e duas fileiras de grades.

No início da tarde, comandantes davam ordens à seus batalhões. Em caso de invasão do perímetro, homens da Rotam e do Bope agirão para dispersar os manifestantes, com escudos, bombas de gás e spray de pimenta.

"É tipo aquele filme 300", explicou um policial, em referência ao filme em que 300 soldados de Esparta enfrentam um exército persa com milhares de integrantes.

O batalhão de choque teve dezenas de homens dentro do prédio, preparados para o avanço do grupo, com balas de borracha e escudos.

"Se precisar usar a tonfa [cassetete], é por baixo! Nada de sair girando por cima", orientou um dos comandantes à tropa de policiais.

## PREVIDÊNCIA



O projeto que pretende [alterar a previdência](#) estadual alivia, nas contas dos tucanos, o caixa do governo em R\$ 1,7 bilhão ao ano.

Em protesto, professores e outras categorias, como agentes penitenciários e servidores da saúde, entraram em greve e têm organizado manifestações em frente à Assembleia desde segunda (27).

A direção da Casa conseguiu uma ordem judicial que proíbe a invasão do plenário, como já ocorreu em fevereiro. A PM diz que está agindo para cumprir a decisão.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622662-pm-do-parana-usa-balas-de-borracha-e-gas-contra-invasao-de-assembleia.shtml>

.....

**Richa defende PM, ataca PT e diz que 'truculência' foi de black blocs**

12 de 20



ANDRÉIA SADI  
DE BRASÍLIA

29/04/2015 18h49

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), defendeu nesta quarta-feira (29) a ação da Polícia Militar que entrou em [confronto com manifestantes](#) no Paraná, em frente à Assembleia Legislativa. Em entrevista exclusiva à **Folha**, Richa disse que quem agiu com "truculência" não foi a polícia, mas os black blocs identificados pelo governo na manifestação.

"Partiram para cima dos policiais com as grades de contenção e estavam preparando coquetel molotov quando foram detidos", afirmou.

Deputados votam no Legislativo, a portas fechadas, o projeto do governo Richa que modifica a previdência dos servidores do Estado, que são contrários à proposta.

Servidores estaduais tentaram romper o cerco da PM e a corporação reagiu. Manifestantes e PMs entraram em confronto em frente à Assembleia Legislativa. O local virou uma praça de guerra onde ao menos cem pessoas se feriram.

Richa acusou o PT e a CUT de inflar os manifestantes ligados a sindicatos de diferentes categorias, como professores. "O pessoal do PT, alguns do PMDB, PSOL e PSTU claro que instigaram. A CUT com presença forte aqui", disse.

O governador afirmou que foi identificada a presença de black blocs infiltrados nas manifestações e que sete pessoas foram detidas. Segundo ele, há vídeos mostrando mochilas contendo pedras sendo arremessadas nos policiais e também imagens de coquetel molotov.

"Eles pegaram as grades e foram no peito dos policiais. Os policiais estavam parados, partiu para cima deles e foi uma reação natural da proteção da vida e revidaram. Tem 20 policiais feridos", disse.

Perguntado se não houve violência policial, quando confrontado com as informações de que uma das orientações dos policiais era usar o cassetete quando necessário, Richa respondeu: "Tem que analisar melhor as cenas. Mas o relato que recebo da Segurança Pública é que não houve violência, só contenção da massa que vinha para cima deles tentando invadir a Assembleia, principalmente com spray de pimenta e gás de efeito moral".

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622852-richa-defende-pm-ataca-pt-e-diz-que-truculencia-foi-de-black-blocs.shtml>

.....

**Após confronto com ao menos 180 feridos, polícia desfaz cerco no Paraná**



## ESTELITA HASS CARAZZAI DE CURITIBA

30/04/2015 10h45

Compartilhar345

### Mais opções

Depois do [confronto entre PMs e manifestantes](#) que deixou pelo menos 180 feridos no Paraná –sendo 63 hospitalizados–, a polícia desfez nesta quinta-feira (30) o cerco em torno da Assembleia Legislativa, em Curitiba, que aprovou projeto que altera a previdência dos servidores públicos estaduais.

Dos 1.600 policiais escalados pelo governador Beto Richa (PSDB) para cercar o prédio nesta quarta(29), quando o projeto foi votado, restavam apenas quatro viaturas na manhã desta quinta. As grades de segurança foram retiradas, e a praça em frente ao local –onde ocorreram os conflitos com bombas de gás, balas de borracha e jatos de água– foi liberada.

Apesar dos protestos, o projeto do governo Richa foi aprovado, por 31 votos a 20, depois de duas horas de confronto com manifestantes.

Na praça, pela manhã, garis retiravam o que restou do acampamento dos manifestantes: um colchão inflável sujo de terra, lonas, uma vela da vigília das últimas noites, copos de plástico e uma bandeira da APP Sindicato (que representa os professores).

O número de feridos ainda é controverso: a Prefeitura de Curitiba diz ter feito 160 atendimentos na rede municipal e nos hospitais. Há ainda 20 policiais feridos, segundo o governo –o que soma os 180. Já a administração tucana afirma que foram 60 manifestantes feridos.

## 'LUTO'

Servidores e professores estaduais, que entraram em greve contra o projeto, fariam uma reunião pela manhã para definir os próximos passos. A ideia era fazer um ato em protesto contra a aprovação do projeto ainda nesta quinta, e estimular quem fosse solidário a vestir preto, num ato de "luto pela educação".

Nesta manhã, um grupo de 15 estudantes de pedagogia da PUC-PR foi à praça em frente à Assembleia vestido de preto e com cartazes pedindo "luto pela democracia e pela educação".

"A gente viu pela televisão. A vontade era chorar. Foi horrível", diz a estudante Suelen Fabris, 27. "Ele [Richa] não teve sensibilidade. Porque a população que estava aqui faz parte de quem o elegeu", comenta Josefa Dombroski, 41, também estudante da PUC.

## BLACK BLOCS

Em entrevista à **Folha** nesta quarta, Richa [defendeu a ação da PM](#) e afirmou que quem agiu com "truculência" não foi a polícia, mas black blocs identificados pelo governo na manifestação.

"Partiram para cima dos policiais com as grades de contenção e estavam preparando coquetel molotov quando foram detidos", afirmou.

Richa acusou o PT e a CUT de inflar manifestantes. "O pessoal do PT, alguns do PMDB, PSOL e PSTU claro que instigaram. A CUT com presença forte aqui", disse.

Perguntado se não houve violência policial, quando confrontado com as informações de que uma das orientações dos policiais era usar o cassetete quando necessário, Richa respondeu: "Tem que analisar melhor as cenas. Mas o relato que recebo da Segurança Pública é que não houve violência, só contenção da massa que vinha para cima deles tentando invadir a Assembleia, principalmente com spray de pimenta e gás de efeito moral".

*-vídeo*

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623071-apos-confronto-com-ao-menos-180-feridos-policia-desfaz-cerco-no-parana.shtml>

.....



## Ex-tucano, prefeito de Curitiba critica ataque da PM a manifestantes no PR

11 de 20

Paulo Lisboa - 29.abr.2015/



DE SÃO PAULO

30/04/2015 12h25

O prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), criticou o cerco que a Polícia Militar do Paraná fez à Assembleia Legislativa do Estado nesta semana, o confronto com os manifestantes e o governador do Estado, Beto Richa (PSDB).

Nesta quarta-feira (29), a polícia usou bombas de gás, balas de borracha e jatos de água para evitar que um protesto organizado por professores da rede pública contra um projeto que alterava a previdência dos servidores chegasse até a Assembleia e impedisse a votação pelos deputados.

O texto foi aprovado, e o conflito terminou com [mais de 180 feridos](#), parte deles atendidos na própria prefeitura.

O cerco [foi desfeito](#) nesta quinta (30).

No Facebook, Fruet –um ex-tucano que deixou o partido após atritos com Richa o impedirem de disputar a prefeitura de Curitiba– disse que o centro cívico da cidade parecia "uma praça de guerra".

"Cerco no Centro Cívico! Equipes da saúde da Prefeitura atendendo feridos e a rede foi acionada para deslocamentos. Determinamos a evacuação do prédio da Prefeitura. Servidores liberados. Crianças estão sendo retiradas das escolas e CMEIs [centros de educação infantil] da região em razão do tumulto e efeito de gás lacrimogêneo. Guarda municipal convocada para ajudar no transporte dos feridos, já que as ambulâncias não conseguem chegar a região. Liberado todo espaço da Prefeitura para acolhimento. Parece uma praça de guerra!", escreveu. Na sequência, fez um apelo ao governador, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Assembleia: "Por favor. Momento é de pacificar. Já temos muitos feridos aqui".

Em [entrevista à Folha](#), Richa afirmou que quem agiu com "truculência" não foi a polícia, mas os black blocs identificados pelo governo na manifestação.

Reproducao/Facebook/gustavofruet

facebook **Cadastre-se** E-mail ou telefone  Senha   
 Mantenha-me conectado  Esqueceu sua senha

**Gustavo Fruet** adicionou 5 novas fotos.  
 17 h ·

Muita gente segue sendo atendida na Prefeitura.  
 Até o momento, mais de 100 feridos já foram encaminhados para o Hospital Cajuru e UPA da Matriz.  
 Primeiras transferências foram feitas com viaturas da própria Guarda Municipal.  
 Saguão da Prefeitura virou um verdadeiro ambulatório.  
 Agradeço empenho das equipes do SAMU e solidariedade dos servidores da Prefeitura que estão ajudando no atendimento.

Português (Brasil) · Privacidade Mais · Facebook © 2015

Post do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, durante confronto entre a PM e manifestantes no Paraná

### 'PREFS'

A prefeitura da cidade, também no Facebook, –onde é chamada de "prefs" pelos internautas–, informou que lamentava os transtornos causados pelo bloqueio da PM no centro cívico, e considerou que a barreira "extrapola o necessário e caracterizou abuso".

"A administração municipal fez contato com a Casa Civil do governo do Estado pedindo providências para evitar o cerceamento do direito de ir e vir, e espera que a situação não se repita", afirmou, na manhã desta quinta. Ainda aproveitou o momento para dizer que valoriza seus servidores, em crítica velada a Richa, afirmando que já encaminhou à Câmara Municipal projeto de reposição inflacionária para para todos os funcionários.

"Curitiba entende que seus funcionários contemplam uma parcela fundamental na construção de uma cidade mais humana. Mesmo em um momento de grandes dificuldades econômicas, a Prefeitura de Curitiba garante a valorização deles."

Durante o atendimento aos feridos na manifestação, a prefeitura escreveu na rede social: "Por enquanto, trabalhamos para atender aos feridos e demonstrar que, sim, existe amor em Curitiba, mesmo em circunstâncias tão difíceis".

E terminou o dia desejando um "Boa noite, Curitiba", postando a música "All you need is love" (tudo que você precisa é de amor), dos Beatles.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623097-ex-tucano-prefeito-de-curitiba-critica-ataque-da-pm-a-manifestantes-no-pr.shtml>

.....—



## Estudantes fazem ato em apoio a professores feridos em Curitiba

6 de 20



DE SÃO PAULO

30/04/2015 16h17 - Atualizado às 18h02

Um grupo de manifestantes realiza na tarde desta quinta-feira (30) um ato de apoio aos professores [feridos em confronto com policiais](#) em frente o palácio do governo Paraná, em Curitiba, no dia anterior. Parte do grupo tentou invadir a Casa e um estudante foi detido. O embate entre policiais e docentes na tarde de quarta (29) deixou pelo menos 180 pessoas feridas, muitas com marcas de balas de borracha. Os professores protestavam contra a aprovação de projeto de lei do governador Beto Richa (PSDB) que altera o pagamento de aposentadorias dos servidores.

O ato de apoio foi organizado pelas redes sociais. A entrada do Palácio Iguazu ficou tomada de participantes do ato, que gritavam "Fora, Beto Richa!" e "Anula a votação!", em referência ao projeto aprovado no dia anterior.

Procurada, a Polícia Militar estima que mil pessoas tenham participado do protesto.

Os manifestantes, a maioria estudantes, chamaram de "massacre do dia 29 de abril" o confronto do dia anterior.

Com frases repetidas em coro, eles criticaram ação da polícia, "ofendendo a integridade física e moral dos alunos, professores e demais servidores deste Estado, mostrando a vergonha do que aconteceu dentro dessa Casa e fora dela".

Um jovem foi detido por servidores da Casa Militar do Palácio Iguazu, sede do governo paranaense. Ele permanece no interior do prédio.

Protestos de pelos menos outros cinco grupos foram marcados para esta quinta, um deles às 19h, e para a tarde desta sexta (1º), todos organizados por redes sociais.

Legenda foto:

Cerca de 5 mil estudantes e professores participam de ato na Assembleia Legislativa do Paraná e no Palácio do Governo, em Curitiba

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623173-estudantes-fazem-ato-contra-professores-feridos-em-curitiba.shtml>

.....

**Em nota, MEC lamenta confronto entre policiais e docentes em Curitiba**



DE BRASÍLIA

30/04/2015 17h11

O Ministério da Educação divulgou nota nesta quinta-feira (30) sobre [conflito entre manifestantes e policiais militares](#) em frente à Assembleia legislativa de Curitiba, na tarde de ontem. Sem indicar os autores, a pasta afirma que atos violentos diante da paralisação de servidores são "inaceitáveis".

"A greve e seus desdobramentos, entre eles os mais graves e inaceitáveis, como a violência, praticada por qualquer parte, prejudicam a todos: estudantes, professores, pais e sociedade", diz o texto do ministério, sob comando do ministro Renato Janine Ribeiro.

"O Ministério da Educação lamenta os fatos ocorridos recentemente em Curitiba e reitera a convicção de que o diálogo é o caminho para solucionar os conflitos", diz o texto. O conflito entre policiais e docentes na capital do Paraná deixou ao menos 180 feridos, muitos com marcas de balas de borracha.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623220-em-nota-mec-lamenta-confronto-entre-policias-e-docentes-em-curitiba.shtml>

.....



## Confronto no Paraná gera embate entre petista e tucano no Senado

6 de 20



MARIANA HAUBERT  
DE BRASÍLIA

30/04/2015 17h39

O confronto entre policiais militares e servidores do Paraná desta quarta-feira (29) reverberou no plenário do Senado e provocou uma discussão entre o líder do PT, Humberto Costa (PE), e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O petista classificou [a ação](#) como um massacre e cobrou um posicionamento do PSDB sobre o caso.

Em defesa do partido e do governador Beto Richa (PSDB), Ferreira elogiou a atuação da polícia e afirmou que os movimentos sociais alinhados ao PT protagonizam situações piores.

"Mais de 200 pessoas ficaram feridas em mais de duas horas, não de confronto, como a imprensa nacional tentou caracterizar. Confronto e conflito é quando as duas partes têm condições mínimas de equilíbrio para um enfrentamento. O que houve foi um massacre", afirmou Costa na tribuna do plenário.

O petista disse que a situação fiscal do Paraná, administrado pelos tucanos desde 2011, é grave e que o governo estadual gasta mais do que arrecada. "Logo eles, que tanto ecoam pelos quatro cantos que são grandes gestores da administração pública e sagrados protetores da eficiência do Estado", ironizou.

Ele comparou a atuação dos parlamentares tucanos no Congresso, contrários às medidas de ajuste do governo federal justamente por alterar direitos trabalhistas, enquanto no Paraná, a base aliada de Richa [aprovou o projeto de lei](#) que reduz repasses para pensões e transfere inativos de fundos previdenciários.

"O atraso no pagamento dos professores da rede estadual e a alteração do regime previdenciário da categoria caem como uma bomba sobre o novo discurso tucano de proteção dos trabalhadores. Como nunca foram reconhecidos por defender os direitos dos trabalhadores, e, sim, de grandes empresários e patrões, a contradição atual é interessante", afirmou.

Costa cobrou a presença de senadores tucanos, principalmente do presidente nacional da legenda, Aécio Neves (MG). "Onde está o PSDB para aqui defender o indefensável, defender uma gestão temerária e, acima de tudo, a violência cometida contra os trabalhadores?", questionou.

## 'ESTOU AQUI'

Ferreira pediu para falar: "Estou aqui". O tucano afirmou que a PM apenas impediu os servidores de invadir a Assembleia. "A ideia de que vinham acompanhar a votação é conversa mole. Iam impedir a votação, ocupar os lugares na Assembleia, os lugares dos representantes do povo, para impedir que a sessão se realizasse."

Ferreira comparou as ações de movimentos sociais alinhados ao PT que também terminaram em confronto.

"Eu penso, meu caríssimo líder do PT, que o seu partido é o menos autorizado para, entre todas as agremiações políticas, preconizar a prudência e a moderação, porque quando se trata de promover os interesses políticos do seu partido, por via dos chamados movimentos sociais, não há moderação, o que há é a tentativa de impor na marra os seus pontos de vista", disse.

O senador disse ainda que Richa irá analisar se houve excessos da PM. "Eu confio na ponderação, no espírito democrático do governador Beto Richa para que ele mande proceder as apurações, com rigor, para que, se houve indícios de excessos que possam ser atribuídos a membros das forças de segurança, eles sejam punidos", disse.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623237-confronto-no-parana-gera-embate-entre-petista-e-tucano-no-senado.shtml>

.....

## PM do Paraná posta foto coberto de tinta vermelha e é criticado na internet

Reprodução/BBC



Policia militar do Paraná posta 'selfie' em que está coberto com um produto avermelhado

DE SÃO PAULO

30/04/2015 19h34

Compartilhar 7,1 mil

A imagem de um "selfie" feito por um policial militar do Paraná coberto com um produto avermelhado gerou polêmica nas redes sociais nesta quinta-feira (30), um dia depois do confronto entre PMs e professores em Curitiba.

A estimativa é que 180 pessoas se feriram no ato –20 deles, policiais, segundo o governo.

O policial Umberto Scandelari postou a foto com a legenda "Professor, conta outra...".

Internautas começaram a questionar se de fato ele havia sido ferido e se tratava mesmo de sangue pelo seu corpo.

Alguns insinuaram ser tinta de carimbo, groselha e até de "caneta de correção" dos professores manifestantes. No final da tarde, a página não estava mais no ar.

A assessoria da PM do Paraná confirmou que não se trata de sangue, mas sim tinta.

O líquido que cobre o policial, segundo a corporação, seria a tinta das chamadas bombas identificadoras, que são lançadas com a função justamente para soltar tinta e manchar os suspeitos para identificá-lo posteriormente na multidão.

Questionada se a foto não seria uma provocação e uma ironia com os professores feridos com balas de borracha, a corporação minimizou. "A frase é esta, depende da interpretação. Na verdade, ele quis dizer que quem começou [o embate] foram os manifestantes, e não a PM", informou a assessoria.

A **Folha** tentou, mas não conseguiu falar com o PM.

Reprodução/Facebook/Amigos do Beto



Policial Militar Umberto Scandelari, sujo com um líquido avermelhado durante manifestação

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623404-pm-do-parana-posta-foto-coberto-de-tinta-vermelha-e-e-criticado-na-internet.shtml>



.....

## **Para tucanos, faltou 'habilidade política' a Richa em protesto**

**CATIA SEABRA  
GUSTAVO URIBE  
DE SÃO PAULO**

30/04/2015 20h13

A cúpula nacional do PSDB lamentou nesta quinta-feira (30) que faltou "habilidade política" ao governador do Paraná, Beto Richa, na reação ao confronto que deixou [cerca de 180 feridos](#) em Curitiba.

O diagnóstico é de que houve exageros por parte da Polícia Militar ao tentar conter os professores durante manifestação na quarta-feira (29) em frente à Assembleia Legislativa do Paraná.

A avaliação, feitas nos bastidores, é de que o episódio agrava a crise administrativa enfrentada pelo tucano desde o início do ano e pode ter impactos em suas pretensões políticas.

Na opinião deles, no entanto, há o consolo de que o governador está no primeiro ano do segundo mandato e ainda tem tempo para reverter o abalo causado em sua imagem.

Ainda que defenda publicamente o governador, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que as imagens do confronto são "impressionantes".

"Se houve exageros, como aparentemente houve, devem ser investigados. É importante, contudo, lembrar que os manifestantes não estavam levando rosas à Assembleia Legislativa", avaliou.

O líder do PSDB no Senado Federal, Cássio Cunha Lima (PB), considerou que uma ação policial não pode ser considerada exitosa se houve um saldo de pessoas feridas.

"É importante que sirva como lição para que episódios assim não se repitam", disse.

O senador tucano Álvaro Dias, que já foi governador do Paraná, reconhece que houve exageros tanto de manifestantes como de policiais.

Questionado sobre a atuação da Polícia Militar em 1988, quando policiais também detiveram manifestantes à força, o tucano afirma que a situação atual "não tem comparação".

"Hoje, é muito mais grave. A reação da polícia militar foi desproporcional", disse.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623441-para-tucanos-faltou-habilidade-politica-a-richa-em-protesto.shtml>



.....

Promotora vê 'indício de excesso' na ação da PM do Paraná em protesto

### [Professores protestam no Paraná](#)

6 de 20



**ESTELITA HASS CARAZZAI**  
DE CURITIBA

30/04/2015 20h20 - Atualizado às 21h36

A [repressão policial contra manifestantes](#) insatisfeitos com a votação de um projeto previdenciário na Assembleia Legislativa do Paraná –ação que deixou ao menos 180 feridos na quarta (29)– foi qualificada como uma "tragédia" pelo Ministério Público local.

O órgão abriu uma investigação para identificar excessos da PM na ação, episódio que afeta a imagem do governador Beto Richa (PSDB).

"Outras manifestações ocorreram nos últimos meses no Paraná e nós não experimentamos nenhum resultado como o de ontem [quarta]", disse o procurador Eliezer Gomes da Silva. "No mínimo, fugiu do padrão."

"Cabe ao Ministério Público fazer um papel de historiador, num trabalho rigoroso de apuração dos fatos, para que a verdade seja condutora de um processo de justiça", disse o procurador-geral, Gilberto Giacoia.

Com base em uma decisão judicial que garantia o isolamento da Assembleia, a PM cercou o prédio e arredores na quarta. Ônibus do choque, caminhões dos Bombeiros e a cavalaria foram convocados.

Ainda antes de a votação começar, parte dos manifestantes começou a forçar grades que isolavam a multidão. Os disparos com bombas de gás começaram quando quando a grade caiu e alguns tentaram furar a barreira.

Foram ao menos 60 minutos de disparos ininterruptos. Balas de borracha, sprays de pimenta e jatos de água também foram usados.

O revide de parte dos presentes foi feito com pedaços de madeira, pedras e copos de água. A maioria, porém, corria da confusão. Segundo os ativistas, 15 mil protestavam; para a PM, eram 5.000.

O comando da PM sustenta que havia black blocs infiltrados, armados com coquetel molotov. Segundo o governo, 20 policiais ficaram feridos. Do outro lado, foram pelo menos 160.

Uma das principais queixas contra a PM é que bombas e os tiros alcançaram mesmo quem não estava na linha de frente da confusão. "A gente estava longe, atrás do carro de som, não fizemos nada. E era bomba de gás o tempo todo", disse a agente educacional Saionara Silveira.

O comandante-geral da PM, coronel Cesar Vinicius Kogut, disse que adotou "procedimentos comuns em todas as polícias no mundo", com base no uso progressivo da força. "A missão era cumprir uma ordem judicial. Não queríamos ferir ninguém."

Nesta quinta, cerca de mil estudantes, na estimativa da PM, fizeram um ato em Curitiba em apoio aos feridos.

## **CRISE TUCANA**

A cúpula do PSDB [avalia que houve exageros](#) por parte da PM e que faltou "habilidade política" ao governador Beto Richa. Avalia ainda que o episódio agrava a crise administrativa do Paraná.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que as imagens são "impressionantes": "Se houve exageros, como aparentemente houve, devem ser investigados. É importante, contudo, lembrar que os manifestantes não estavam levando rosas."

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), considerou que uma ação policial não pode ser considerada positiva se houve um saldo de pessoas feridas.

O senador Álvaro Dias (PSDB), que já foi governador do Paraná, reconhece que houve exageros tanto de manifestantes como de policiais.

Questionado sobre um episódio similar em sua gestão em 1988, quando policiais também detiveram manifestantes, afirmou que a situação "não tem comparação": "Hoje, é muito mais grave. A reação da polícia militar foi desproporcional", disse.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1623425-promotoria-ve-indicio-de-excesso-na-acao-da-pm-do-parana-em-protesto.shtml>